



ACADEMIA MILITAR

OS ELEMENTOS IGNIDORES DAS AGRESSÕES CONTRA MILITARES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO COMANDO TERRITORIAL DE FARO

Autor

Aspirante de Infantaria GNR Mário Fernando Pereira Carneiro

Orientador: Capitão de Infantaria GNR Orlando Filipe Abelha de Garcia Libório

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012



ACADEMIA MILITAR

OS ELEMENTOS IGNIDORES DAS AGRESSÕES CONTRA MILITARES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO COMANDO TERRITORIAL DE FARO.

Autor

Aspirante de Infantaria GNR Mário Fernando Pereira Carneiro

Orientador: Capitão de Infantaria GNR Orlando Filipe Abelha de Garcia Libório

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012

Dedicatória

Aos meus pais e irmã

Agradecimentos

A realização do RCFTIA exigiu um esforço e o contributo de várias pessoas. Por toda a dedicação, disponibilidade, compreensão, e reconhecimento do apoio por vós prestado, deixamos os mais sinceros agradecimentos.

Estando certo de que um singelo agradecimento é pouco pelo tempo que disponibilizaram, e não tendo outra forma de enaltecer o contributo prestado, resta-me deixar aqui o meu sentido agradecimento:

Ao meu orientador, Capitão Libório, pelo seu incessante apoio durante a realização do RCFTIA.

A todos os Sr.(s) Oficiais do CTer de Faro, que prontamente se disponibilizaram a auxiliar-me na realização do trabalho de campo.

À minha família, designadamente, os meus pais e irmã, por todo o amparo e compreensão ao longo dos cinco anos de AM.

Ao camarada e amigo Richard Teixeira, ex-aluno da Academia Militar, que me auxiliou e ensinou a realizar o tratamento estatístico de dados com recurso ao programa SPSS.

Ao 17.º curso da GNR pelo apoio e contributo, sobretudo no que respeita a suporte bibliográfico e discussão de ideias.

A todos aqueles que, embora, não se encontrem aqui enaltecidos, contribuíram de alguma forma para a minha formação.

A todos vós, um sincero e singelo obrigado.

Resumo

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “Elementos Ignidores das Agressões contra os Militares da GNR no Comando Territorial de Faro (CTer), visa, essencialmente, perceber quais são os elementos que estão na origem das Agressões que os militares são vítimas.

Foram formuladas várias hipóteses e perguntas derivadas, que se revelaram indispensáveis para dar resposta à pergunta de partida: “Quais são os elementos ignidores das *Agressões* contra os militares da GNR no CTer?”

O trabalho de investigação é composto por uma parte teórica e concetual e uma parte prática. A primeira foi realizada com recurso a uma exaustiva pesquisa bibliográfica, que serviu de base e sustentou a parte prática. A segunda, desenvolveu-se tendo em conta o ano de 2011, em que se procedeu à análise dos crimes que compreendiam todo o tipo de agressões (físicas, verbais e morais) contra os militares da GNR no CTer de Faro. Realizaram-se ainda, entrevistas a alguns militares que foram agredidos mais que uma vez.

Concluiu-se que grande parte das agressões contra os militares da GNR naquele CTer, partiram de condutas negligentes praticadas pelos mesmos. Considerou-se o excesso de zelo no exercício do serviço policial e a falta de instrução, como um dos principais elementos ignidores. Adveniente da investigação, concluiu-se que também há fragilidades nos serviços de atendimento e secretariado. Pelo exposto, deduziu-se que existe falta de harmonização de procedimentos e falta de controlo e supervisão por parte dos Comandantes das Subunidades, cujas consequências se denotam pela pouca complacência no serviço desempenhado pelos militares.

Palavras-chave: Agressão. Agressor. Elementos Ignidores. Militares GNR. Serviço Policial.

Abstract

The present Work of Applied Investigation which the subject is “The Ignite Elements of aggressions against the Military of the GNR in The Territorial Command of Faro”, essentially pretends to realize which elements origin the attacks that the military are victims.

There have been formulated several hypotheses and derived questions that revealed themselves essential to answer the initial question: “What are the ignite elements of attacks/aggressions, against the military of the GNR in The Territorial Command of Faro?”.

The research consists of a theoretical and conceptual part and a practical part. The first was held with an exhaustive bibliographical research, which served as a base and supports the practical part. The second was developed taking into account the year 2011, having been analyzed the crimes that included all kinds of aggressions (physical, verbal and moral) against the military of the GNR in Territorial Command of Faro. There were also interviews with some military personnel who have been assaulted more than once.

It has been concluded that many of attacks against the military of the GNR in Territorial Command have started from negligent conduct practiced by them. It has been considered that the overzealous and the lack of panache in the exercise of the police service as one of the main ignite elements. In result, it is concluded that there are also weaknesses in the secretarial and support services. Therefore it is deduced that there is a lack of control and supervision by the commanders of Sub-units, whose consequences are denoted by little complacency on the service performed by the military.

Key-words: Aggression. Aggressor. Elements Ignites. Militaries GNR. Police Service.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Figuras.....	ix
Índice de Quadros	xi
Lista de Apêndices	xiii
Lista de Anexos	xiv
Lista de Abreviaturas	xv
Lista de siglas e acrónimos.....	xvi
Lista de Símbolos	xvii
Capítulo 1 — Introdução	1
1.1. Introdução	1
1.2. Enquadramento.....	1
1.3. Importância da Investigação	2
1.4. Objetivos do trabalho.....	3
1.5. Pergunta de Partida e perguntas derivadas.....	4
1.6. Hipóteses	4
1.7. Metodologia da Investigação	5
1.8. Estrutura do trabalho.....	6

Capítulo 2 — Revisão de Literatura	7
2.1. Introdução	7
2.2. Conceitos Fundamentais	8
2.2.1. Violência.....	8
2.2.2. A Polícia	10
2.2.3. Agente Policial.....	11
2.2.4. Ação Policial.....	12
2.2.5. Vítima.....	12
2.3. A Agressão	13
2.3.1. Definição de Agressão.....	13
2.3.2. Agressão vs Agressividade.....	14
2.3.3. Teorias Gerais da Agressão	15
2.3.4. Fatores que contribuem para a Agressão	18
2.4. A Agressão nas forças de Segurança	19
2.4.1. No Mundo e Europa	20
2.4.2. Em Portugal — GNR	20
2.5. O CTER de Faro: Caracterização Sociodemográfica.....	21
2.6. A GNR no Comando Territorial de Faro	23
2.7. A Criminalidade no Comando Territorial de Faro	24
Capítulo 3 — Trabalho de Campo — Metodologia e Procedimentos	26
3.1. Introdução	26
3.2. Metodologia do Trabalho de Investigação Aplicada	26
3.3. Procedimentos e Técnicas	27
3.4. Levantamento dos Dados	27
3.5. Entrevistas	28
3.6. Universo e Amostra	30
Capítulo 4 — Apresentação, análise e discussão dos resultados	31
4.1. Introdução	31
4.2. Análise e descrição dos dados.....	31
4.2.1. Caracterização das ocorrências analisadas.....	31
4.2.2. Caracterização dos militares agredidos.....	33
4.2.3. Caracterização dos Agressores	35

4.3. Análise e descrição das Entrevistas	36
4.3.1. Análise das Respostas à questão n.º 1	37
4.3.2. Análise das Respostas à questão n.º 2	38
4.3.3. Análise das Respostas à questão n.º 3	39
4.3.4. Análise das Respostas à questão n.º 4	39
4.3.5. Análise das Respostas à questão n.º 5	40
4.3.6. Análise das Respostas à questão n.º 6	42
4.4. Verificação das Hipóteses	43
4.4.1. Hipótese n.º 1	43
4.4.2. Hipótese n.º 2	44
4.4.3. Hipótese n.º 3	46
4.4.4. Hipótese n.º 4	47
4.4.5. Hipótese n.º 5	49
Capítulo 5 — Conclusões e Recomendações	50
5.1. Introdução	50
5.2. Resposta às Perguntas Derivadas	50
5.3. Resposta à Pergunta de Partida e Reflexões Finais	51
5.4. Recomendações e sugestões	53
5.5. Limitações da Investigação	54
5.6 Investigações Futuras	55
Capítulo 6 — Bibliografia	56
6.1. Metodologia	56
6.2. Livros, Publicações e Dissertações	57
6.3. Internet	59
Apêndices	61
Anexos	71

Índice de Figuras

Figura n.º 1 — Efetivos por classes no CTer de Faro.....	24
Figura n.º 2 — Tipo de Agressões	32
Figura n.º 3 — Agressões por mês.....	32
Figura n.º 4 — Ocorrências por dias de semana.....	32
Figura n.º 5 — Agressores por Ocorrência	33
Figura n.º 6 — Género dos militares agredidos.....	33
Figura n.º 7 — Militares agredidos por classes de idade	33
Figura n.º 8 — Militares agredidos por tipo de serviço	34
Figura n.º 9 — Género dos agressores	35
Figura n.º 10 — Estado civil dos Agressores	35
Figura n.º 11 — Nacionalidades dos agressores.....	35
Figura n.º 12 — Influência de álcool ou outras substâncias nos agressores	36
Figura n.º 13 — Agressores residentes na área da agressão	36
Figura n.º 14 — Militares agredidos no desempenho da PO	45
Figura n.º 15 — Períodos de ocorrência das agressões.....	48
Figura n.º 16 — Média de tempo de serviço dos militares agredidos	66
Figura n.º 17 — N.º de ocorrências por trimestre com agressores nacionais e estrangeiros.....	67
Figura n.º 18 — Teste de <i>Kruskal-Wallis</i>	68
Figura n.º 19 — Média de Idades dos Agressores	69
Figura n.º 20 — Teste de <i>Kruskal-Wallis</i>	70
Figura n.º 21 — População residente por regiões, (2001 e 2011).	72
Figura n.º 22 — Percentual da população residente, por regiões (2001-2011).....	72
Figura n.º 23 — População residente, por município, Região do algarve (2001-2011).....	73
Figura n.º 24 — Variação da população residente, por município, Região do Algarve (2001-2011).	73
Figura n.º 25 — População residente, segundo os grupos etários, nas regiões portuguesas (2011).....	74

Figura n.º 26 — Índices de Juventude e de Envelhecimento, Algarve e País (2001 e 2011)	74
Figura n.º 27 — População residente, segundo o nível de instrução mais elevado completo, Algarve e País (2011)	75
Figura n.º 28 — População residente, segundo o nível de instrução completo, por município, Algarve (2011).	75
Figura n.º 29 — População residente, segundo o estado civil, Algarve e País (2011).	76
Figura n.º 30 — População residente, por município, segundo o estado civil, Algarve (2011).	76
Figura n.º 31 — Taxa de crescimento (%) do n.º de famílias clássicas residentes, por regiões (2001-2011).	77
Figura n.º 32 — Estrutura das famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes), Algarve e país (2011).	77
Figura n.º 33 — Variação percentual do n.º de alojamentos familiares clássicos, por regiões (2001-2011).	78
Figura n.º 34 — Variação percentual do n.º de alojamentos familiares clássicos, por município (2001-2011)	78
Figura n.º 35 — Alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação, por regiões (2011)	79
Figura n.º 36 — Alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação, por municípios, Algarve (2011).	79
Figura n.º 37 — População Residente, Alojamentos e Famílias – Algarve (1991, 2001 e 2011).	80
Figura n.º 38 — Movimento de Passageiros do Aeroporto de Faro em 2010	80
Figura n.º 39 — Indicadores das origens dos turistas no Algarve	81
Figura n.º 40 — Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual	81

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 — Percentagem da CVG relativamente ao Total da Criminalidade	
Participada / Número De Crimes Violentos e Graves Participados.....	25
Quadro n.º 2 — Distribuição de militares no CTer de Faro no ano de 2011	24
Quadro n.º 3 — Caraterização da Amostra das Entrevistas	29
Quadro n.º 4 — Caraterização do Universo e Amostra (autos de notícia).....	30
Quadro n.º 5 — Períodos das Agressões.....	33
Quadro n.º 6 — Habilitações literárias dos militares agredidos.....	34
Quadro n.º 7 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 1	37
Quadro n.º 8 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 2	38
Quadro n.º 9 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 3	39
Quadro n.º 10 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 4	40
Quadro n.º 11 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 5	41
Quadro n.º 12 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 6	42
Quadro n.º 13 — Tipos de Ocorrência por período semanal	65
Quadro n.º 14 — Teste do Qui-Quadrado para “Tipo de ocorrência e Período semanal de ocorrência da agressão”	65
Quadro n.º 15 — Teste da Normalidade <i>Kolmogorov-Smirnov</i>	66
Quadro n.º 16 — Teste de Correlações.....	66
Quadro n.º 17 — Teste do Qui-Quadrado.....	67
Quadro n.º 18 — Estatística das agressões tendo em conta a nacionalidade dos agressores	68
Quadro n.º 19 — Teste da normalidade	68

Quadro n.º 20 — Médias e Desvios Padrão entre variáveis.....	69
Quadro n.º 21 — Normalidade nas distribuições das duas variáveis	69
Quadro n.º 22 — Teste de correlação não paramétrica de <i>Spearman</i>	70
Quadro n.º 23 — Médias e Desvios Padrão das idades dos agressores	70
Quadro n.º 24 — Crimes mais participados	82
Quadro n.º 25 — Participações Criminais por Distrito e regiões Autónomas em 2011	82
Quadro n.º 26 — Criminalidade Violenta e Grave	82
Quadro n.º 27 — Participações Criminais por Grandes Categorias	83
Quadro n.º 28 — Criminalidade Violenta e Grave por tipo de crime.....	83
Quadro n.º 29 — Criminalidade contra o Estado participada à GNR em todo TN.....	84
Quadro n.º 30 — Criminalidade contra o Estado participada à GNR no Distrito de Faro.....	84

Lista de Apêndices

APÊNDICE A	Entrevista
Apêndice A.1	Guião da Entrevista
APÊNDICE B	Dados de apoio à verificação da hipótese n.º1
Apêndice B.1	Tipos de Ocorrência por período semanal
Apêndice B.2	Teste do Qui-Quadrado para “Tipo de ocorrência e Período semanal de ocorrência da agressão”
APÊNDICE C	Dados de apoio à verificação da hipótese n.º2
Apêndice C.1	Média de tempo de serviço dos militares agredidos
Apêndice C.2	Teste da Normalidade Kolmogorov-Smirnov
Apêndice C.3	Teste de Correlações
APÊNDICE D	Dados de apoio à verificação da hipótese n.º3
Apêndice D.1	Nacionalidade dos Agressores por trimestre
Apêndice D.2	Teste do Qui-Quadrado
Apêndice D.3	Estatística das agressões tendo em conta a nacionalidade dos agressores
Apêndice D.4	Teste da normalidade
Apêndice D.5	Teste de Kruskal-Wallis
APÊNDICE E	Dados de apoio à verificação da hipótese n.º4
Apêndice E.1	Média de Idades dos Agressores por Ocorrência
Apêndice E.2	Médias e Desvios Padrão entre variáveis
Apêndice E.3	Normalidade nas distribuições das duas variáveis
Apêndice E.4	Teste de correlação não paramétrica de Spearman
Apêndice E.5	Médias e Desvios Padrão das idades dos agressores
Apêndice E.6	Teste de Kruskal-Wallis

Lista de Anexos

Anexo A	N.º populacional e percentual residente em Portugal e por regiões,(2001-2011).
Anexo B	Número e variação da População residente no Algarve (2001-2011)
Anexo C	Distribuição da população por grupos etários (2011) / Índice de juventude e envelhecimento no País e Algarve (2001-2011)
Anexo D	Habilitações literárias do País e da população do Algarve
Anexo E	Estado civil da população no País e Municípios do Algarve
Anexo F	Taxa de crescimento e estrutura de famílias clássicas
Anexo G	Percentagem de alojamentos familiares por região e município
Anexo H	Forma de ocupação dos alojamentos familiares, por região e município
Anexo I	População Residente, Alojamentos e Famílias – Algarve (1991, 2001 e 2011)
Anexo J	Movimentos de Passageiros do Aeroporto de Faro em 2010
Anexo L	Origens dos turistas no Algarve
Anexo M	Criminalidade e CVG, por Distritos e regiões em 2011
Anexo N	Participações Criminais por Grandes Categorias e tipo de crime
Anexo O	Criminalidade contra o Estado participada à GNR em todo TN

Lista de Abreviaturas

al.	Alínea.
apud	Citado por, conforme, segundo – Indica a fonte de uma citação indireta
art.º	Artigo.
Cfr.	Conforme / confrontar
Cmdt	Comandante
Conj.	Conjugado
CTer	Comando Territorial
DTer	Destacamento Territorial
DInter	Destacamento de Intervenção
En	Entrevistado
Ed.	Edição
et al.	(e outros – para pessoas)
Fig.	Figura
FS	Força de Segurança
H	Hipótese
Ic	Ideia central
n.º	Número
p.	Página.
pp.	Páginas
PO	Patrulha às ocorrências
PTer	Posto Territorial
s.d.	Sem data
ss	Seguintes
TN	Território Nacional

Lista de siglas e acrónimos

AM	Academia Militar
ANA	Autoridade Nacional Aeroportuária
CP	Código Penal
CPP	Código Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CVG	Criminalidade Violenta e Grave
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DI	Direção de Informações
EG	Escola da Guarda
GNR	Guarda Nacional Republicana
IBM	<i>International Business Machines</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
NPA	Núcleo de Proteção Ambiental
NUIPC	Número Único de Identificação do Processo-crime
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PERINTREP	<i>Periotic Intelligence Report</i>
PIR	Pelotão de Intervenção Rápida
PM	Polícia Militar
PSP	Polícia de Segurança Pública
PJ	Polícia Judiciária
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais
SITREP	<i>Situation Report</i>
SOITRP	Seção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SRH	Seção de Recursos Humanos

Lista de Símbolos

α	alfa
α_{est}	alfa estatístico
%	percentagem

"A violência está no horizonte da vida social. Embora esta afirmação possa parecer excessiva, ela pretende referenciar a natureza social da violência. Retém-se, assim, um aspecto hoje consensual na literatura científica sobre a violência: os comportamentos violentos e agressivos são o resultado de um processo de construção, no qual intervêm mecanismos psicológicos e sociais que regulam a sua aprendizagem."

Nelson Lourenço

"A Polícia é um instrumento do poder político ao serviço dos direitos humanos e no clima securitário da cidade humana, lutando contra o crime e auxiliando as vítimas."

Pedro Clemente

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

No âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na AM, e já na sua etapa final, a instituição desafia os futuros oficiais a elaborar um RCFTIA. O relatório tem como finalidade, entre outras, contribuir para o desenvolvimento intelectual e profissional dos formandos, o que lhes permitirá, no futuro, integrar o corpo de oficiais de uma determinada força policial, no caso, a GNR, contribuindo de forma ativa na prossecução da sua missão de proteger os cidadãos e garantir o seu bem-estar.

No caso em concreto o tema a desenvolver será “Os elementos ignidores das agressões aos militares da GNR no CTer de Faro, que constitui o culminar do Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança. O relatório visa também, a aquisição de competências e o desenvolvimento de capacidades nos domínios da Segurança e Defesa, úteis para o futuro desempenho das funções do Oficial da GNR.

Daremos início ao tema a que nos propusemos abordar efectuando o enquadramento do mesmo. De seguida apresentaremos a justificação que está na base da investigação a realizar e proceder-se-á à formulação da questão central do nosso trabalho, a qual constituirá o ponto de partida à investigação, ao objecto e objectivos do trabalho e as hipóteses em estudo. Por fim, enuncia-se a metodologia e a estrutura utilizada.

1.2. Enquadramento

O presente RCFTIA tem como propósito a temática das “Agressões” cometidas contra os militares da GNR no desempenho da atividade operacional, nomeadamente, através da investigação e estudo das razões e fatores que conduzem a tais condutas. Este tipo de criminalidade caracteriza-se por produzir um determinado alarmismo social, relativamente aos demais tipos de crime.

O aumento verificado na CVG no ano transato, nomeadamente Resistência e Coação sobre Funcionário¹, determina a necessidade de encetar esforços no sentido de isolar e entender quais os fatores que estão na sua génese, com o propósito de prevenir o seu acontecimento e concomitantemente, que se agrave o sentimento de insegurança nos cidadãos portugueses.

Este estudo incide, particularmente, na análise do RASI de 2011, e dos autos de notícia² por crime de resistência e coação sobre funcionário, elaborados pelos militares da GNR³ do CTer de Faro no ano de 2011. Acresce referir, que no intuito de tentar perceber os motivos que levaram os arguidos a tal conduta, foram efetuadas entrevistas a alguns dos militares envolvidos em situações que deram origem a processos-crime desta índole.

Por último, face ao tipo de agressão mais frequente, às circunstâncias, à análise espaço temporal em que a mesma ocorreu, e interpretando as entrevistas elaboradas, poderá perceber-se algumas medidas a tomar para fazer face à criminalidade violenta e grave, nomeadamente à agressão aos militares da GNR, de forma mais eficaz e minimizando riscos.

1.3. Importância da Investigação

Perante a evolução da sociedade no que concerne à violência, torna-se importante desvendar de que forma essa violência é transportável para áreas específicas da sociedade, sobretudo na área da segurança interna — GNR.

Nos últimos anos, tem-se vindo a verificar um aumento significativo da criminalidade contra militares da GNR, o que tem sido oportunamente, aproveitado pelos OCS para expor algumas pseudo fragilidades da Força. Assim sendo, equipar e qualificar cada vez mais a GNR, é uma das prioridades a considerar, concomitantemente, a identificação das causas e fatores que contribuem para esse aumento de criminalidade é de, não menos, significativo relevo.

¹ Cfr. o disposto no art.º 347.º e seguintes do CP. Sendo a secção I dedicada aos crimes relacionados com a resistência e desobediência à autoridade pública.

O disposto no art.º 347.º sob a epígrafe “Resistência e coação sobre funcionário”, prescreve que “quem empregar violência, incluindo ameaça grave ou ofensa à integridade física, contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, para se opor a que ele pratique acto relativo ao exercício das suas funções, ou para o constranger a que pratique acto relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, é punido com pena de prisão até cinco anos”.

² Cfr. o disposto no art.º 242.º do CPP.

³ Cfr. o disposto no art.º 1.º, alínea c) do CPP.

Torna-se também, de importância acrescida, perceber quais os motivos que levam ao cometimento deste tipo de crimes, bem como os locais mais propícios para tal. Não menos importante será conhecer a opinião dos militares que viveram diretamente as situações.

Assim, proponho-me com a execução deste trabalho, a fazer um estudo da criminalidade atual contra os militares da GNR no CTer de Faro, de forma a perceber quais são os fatores que induzem à prática deste tipo de criminalidade.

Pretende-se assim, fazer um cruzamento e consequentemente uma análise de dados, no intuito de perceber quais os elementos ignidores da violência contra os militares da GNR naquela região do país.

A realização de algumas entrevistas aos militares serão fundamentais, no sentido de recolher informação sobre as dificuldades mais comuns, em que tipo de situações é mais suscetível de haver violência contra os militares, bem como a forma de agressão mais frequente.

A intencionalidade do estudo passa por perceber quais são os fatores/elementos que induzem à prática deste tipo de criminalidade, nomeadamente, locais mais propícios, situações da atividade policial que, frequentemente, resultam em violência contra os militares.

Deste modo, pretende-se obter resultados que nos permitam apontar os motivos que conduzem às agressões contra os militares da GNR no CTer de Faro, e consequentemente instaurar medidas que permitam combater tais agressões.

1.4. Objetivos do trabalho

O principal objetivo deste trabalho de investigação é identificar quais os fatores que estão na origem das agressões contra militares da GNR, focalizando três dimensões o meio, o militar e o agressor.

Decorrente desta análise e da esperada identificação de fatores ignidores das agressões, pretende-se evidenciar e propor algumas medidas de prevenção ativas ou passivas que aumentem a segurança dos militares da GNR em contexto operacional.

1.5. Pergunta de Partida e perguntas derivadas

Com a finalidade de determinar os elementos que estão na origem das agressões aos militares da GNR, bem como perceber e enunciar em que circunstâncias ocorreram as mesmas, partimos da seguinte questão central: “Quais os elementos ignidores das agressões contra militares da GNR no Comando Territorial de Faro?” A definição da pergunta de partida é fundamental, pois, como refere Quivy e Campenhoudt.(2008, p. 29), “o investigador deve obrigar-se a escolher rapidamente um primeiro fio condutor tão claro quanto possível, de forma que o seu trabalho possa iniciar-se sem demora e estruturar-se com coerência”.

Face à questão de partida definida, deparamo-nos com algumas questões, às quais a necessidade de resposta é indispensável para interpretação da problemática em causa.

As questões apontadas são as seguintes:

1. Será que o serviço de atendimento contribui para a propensão das agressões aos militares?
2. Existe algum motivo flagrante para os militares serem vítimas de agressão no exercício da atividade policial?
3. Será que uma força composta por 3 ou 4 militares está exposta da mesma forma que uma força composta por apenas 2 militares?
4. Existem elementos comuns entre os agressores?

Deste modo, após obter as respostas às questões agora apontadas, estaremos em condições de enumerar e concluir sobre os elementos ignidores que induzem às agressões contra os militares da GNR, no CTer de Faro, respondendo assim à pergunta de partida.

1.6. Hipóteses

Um trabalho para ser considerado uma verdadeira investigação tem de ser estruturado em torno de hipóteses. São estas que, por definição, traduzem o espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico (Quivy e Campenhoudt, 2008). Ainda na esteira do mesmo Autor, a hipótese é uma preposição que prevê uma relação entre dois conceitos ou fenómenos, ou seja, é uma pressuposição que tem de ser verificada.

Assim, face às questões de investigação levantadas e aos objetivos a alcançar formulam-se as seguintes hipóteses:

H1 — As agressões aos militares da GNR dependem do tipo de ocorrência e do período semanal em que ocorre;

H2 — O tempo de serviço dos militares está associado ao número de militares agredidos por ocorrência;

H3 — O número de agressores estrangeiros é maior na época balnear, isto é, nos meses de julho, agosto e setembro;

H4 — As agressões estão associadas à hora em que ocorrem e à idade dos agressores; e

H5 — O número de agressões a militares está associado ao consumo de álcool ou outras drogas.

1.7. Metodologia da Investigação

No âmbito da investigação em Ciências Sociais, realizou-se o presente RCFTIA que consiste na apresentação de informação científica organizada segundo a metodologia científica proposta por Quivy e Campenhoudt (2008) e Bell (2010), complementado pelos métodos inculcados por Sarmiento (2008), com as respetivas adaptações às orientações para redação de trabalhos fornecidas pela AM⁴.

O modelo de investigação adotado para a realização deste trabalho, de uma forma simplificada, pode ser demonstrado em sete etapas, designadamente:

1. A formulação da pergunta de partida, respeitando as qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência;
2. A exploração, através da leitura, que visou assegurar a qualidade da problematização;
3. A definição da problemática;
4. A construção do modelo de análise, através da formulação de hipóteses e construção de conceitos;
5. A observação realizada através de consulta de processos e entrevistas;
6. A análise das informações recolhidas dos processos crimes e das entrevistas;
7. As conclusões, no qual se interpretou os resultados, confirmaram as hipóteses e se sugeriram recomendações para investigações futuras.

⁴ Cfr. o disposto na NEP 520/DE de 30 de junho de 2011, da AM.

A metodologia utilizada no capítulo 2 — Revisão da Literatura, constituiu-se por uma análise documental de publicações, outras dissertações de mestrado, de informação pesquisada em sítios da internet de fontes credíveis e fidedignas, pois, como refere ECO (2010, p. 77), “o bom investigador é aquele que é capaz de entrar numa biblioteca sem ter a mínima ideia sobre um tema e sair de lá sabendo um pouco mais sobre ele”.

Na parte prática, vulgo trabalho de campo, procedeu-se à realização de entrevistas e a uma exaustiva recolha de dados, que visou a identificação e análise de todos os autos de notícia por crimes praticados contra a GNR no CTer de Faro, elaborados em 2011. Deste modo, procedeu-se, a interpretações de resultados com o intuito de verificar as hipóteses formuladas e sustentar os conceitos teóricos exposto na parte teórica.

1.8. Estrutura do trabalho

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes: a parte pré-textual, textual e a pós-textual. A parte pré-textual é composta pelo que precede o texto, nomeadamente, desde a capa até à lista de símbolos; a parte pós textual é composta pelo que procede ao texto, ou seja, os apêndices e anexos. Quanto á parte fundamental — o texto — é composta por cinco capítulos: o primeiro é a designada “Introdução”; o segundo capítulo é a “Revisão da Literatura”, onde se define conceitos fundamentais, bem como se efetua um enquadramento teórico do tema; o terceiro capítulo enceta o “Trabalho de campo”, com a explicação dos métodos e procedimentos utilizados; no quarto capítulo menciona-se a “Apresentação, análise e discussão de resultados”; onde se irá efetuar a verificação das hipóteses e, por último segue-se o quinto capítulo compreendido pelas “Conclusões e recomendações”, que compreende a resposta às perguntas derivadas e à pergunta de partida; é, também este capítulo, que o Autor refletirá conclusivamente sobre todo o trabalho. Apresentam-se ainda, no capítulo em questão, as limitações que nos deparamos e, algumas propostas de investigação.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

2.1. Introdução

No âmbito deste trabalho é indispensável abordar e definir, embora de uma forma sucinta, os conceitos de “Violência”, “Agressão”, “Polícia”, “Agente policial⁵”; também, constitui um importante alicerce ao trabalho de campo que irá ser desenvolvido. Assim, abordamos a questão da agressão aos militares da GNR, enquanto matéria essencial, não só pela questão em si mas também pelas consequências, quer para o agente, quer para a sociedade, e quer para o serviço e toda a Instituição.

A agressão a que nos reportamos não é somente a agressão física, mas também as agressões verbais e morais que sendo menos graves em termos imediatos, poderão não o ser em termos de resultado.

Com o estudo efetuado, procuramos, não só identificar melhor o problema, mas também identificar pistas para uma melhor abordagem do mesmo. Como em todas as matérias que afloram o estudo do comportamento humano, não existem soluções completamente corretas, mas sim formas de as encarar de maneira mais ajustada.

A missão policial, pelo risco inerente, conduz ou poderá conduzir a situações de controlo difícil, passando em algumas delas, os agentes a ser as vítimas da situação. A atuação policial, por ser imediata e de resposta rápida, surge no decorrer de situações que por si só já se encontram alteradas. Neste tipo de ocorrências, tudo poderá acontecer, se não existir por parte dos agentes alguma sensibilidade para resolver a situação. Por todas estas razões, defendemos que será essencial partirmos para um maior conhecimento das situações e respetivos problemas de forma a encontrar as medidas mais ajustadas. O conhecimento será, em nosso entender, indispensável à solução deste tipo de problemas.

⁵ Optou-se por designar “Agente policial”, visto que, é o conceito que melhor se adequa à função de um agente de polícia (militar da GNR, elemento da PSP, inspetor da PJ).

Desta forma, o presente capítulo inicia-se com a abordagem aos conceitos supra mencionados, em que se apresentam algumas definições, bem como a evolução dos mesmos até aos tempos que correm.

2.2. Conceitos Fundamentais

No seguimento desta abordagem teórica que nos encontramos a desenvolver, e que permite partir para a parte prática do trabalho, mais cientes e sensibilizados sobre o tema, surgem conceitos que, de forma alguma, podemos deixar por definir.

2.2.1. Violência

O conceito de violência, para além de ser bastante abrangente, o que torna difícil a sua definição, tem sofrido alterações substanciais ao longo dos tempos. O que outrora era entendido como violência, poderá não o ser atualmente, pois, as divergências de entendimentos a nível cultural são cada vez mais.

Embora a violência seja um fenómeno comum a praticamente todas as sociedades, a sua definição não é universal. Segundo PAIS (1996, p. 31). “Cada sociedade tem a sua própria violência, definida segundo os seus próprios critérios que variam de cultura para cultura”, de forma que o seu significado tem conhecido uma grande variação espacial e temporal. Têm sido diversos os entendimentos do que é ou não violência, “variando em função dum complexo processo de construção das nossas sensibilidades e das diversas definições pelas quais o fenómeno tem passado” (idem, ibidem, p. 25).

Segundo LOURENÇO (1991, p. 5), “a percepção do acto violento não é universal no quadro alargado da sociedade. Nem todos os indivíduos, nem todos os grupos, nem todos os estratos sociais, representam um mesmo comportamento do mesmo modo (...)”.

Etimologicamente, o termo deriva do latim *violentia*, “que significa violência, carácter violento ou brávia, força” (Pais *apud* Carvalho, 2008, p. 147). Significa, também, “ projecção de uma força contra qualquer coisa” (Dias, 2004, p. 88). Segundo FISCHER (1992) a palavra violência vem do latim *vis*, que significa força. Neste sentido, violência é uma forma particular da força — “a forma forte da força” (Fischer, 1994, p. 18) que é exercida, em boa parte, com recurso a meios físicos para atingir outrem.

Assim, enquanto conceito, a violência resulta de um complexo processo de construção social, na medida em que incorpora não só os actos e as situações mas também os atributos sociais de quem a pratica (Lourenço e Lisboa, 1992). Aqui, está bem patente o papel da educação e da integração social dos autores da violência.

Segundo DOMENACH (1981), a violência está incorporada na condição humana, emergindo, paradoxalmente, como uma condição necessária ao estabelecimento de relações interpessoais.

De facto, a violência existe em qualquer parte do mundo, variando apenas na forma como é aplicada; o emprego de violência pode ser encarado como mero prazer, sendo que nesses casos, há uma descompensação, sobretudo a nível psíquico, dos seus autores ou coautores.

A violência pode ser física e psicológica. A principal finalidade é afastar a vítima que coloca obstáculos aos desígnios do agressor, mas pode ir mais longe e tornar-se em crueldade deliberada, experimentando o autor da violência um prazer sádico com o sofrimento do adversário (Burnet, 1971). Mas, o mais comum é ver a violência a ser empregue com a finalidade de atingir um determinado objetivo.

Para MATIAS (1978, p. 14) a violência é o “emprego de meios de acção que atacam a integridade física, psíquica ou moral da pessoa de outrem”. Importa referir que a violência pode ser empregue nas mais diversas vertentes, e entendida como forma de resolução de determinadas ações; o recurso à violência traduz-se na ferramenta última para colocar cobro a situações ou atitudes, em que medidas menos violentas foram ineficazes, o que acontece, predominantemente, no âmbito policial.

De facto, ao termo violência cabem várias definições. A violência está intrínseca à sociedade; é a sociedade que impinge violência, ao mesmo tempo que, é dela vítima. Os atores da violência são, essencialmente, os cidadãos, que por variadas razões, se valem de tais ações cruéis e violentas. É importante distinguir **agressão** da **violência**, pois, embora existam pontos comuns, são conceitos diferentes. De acordo com FISCHER (1992) a agressão é uma forma de violência social.

Desta forma, no próximo capítulo aborda-se o tema da **Agressão**, de forma a clarificar interpretações equivocadas.

2.2.2. A Polícia

A noção de polícia liga-se, essencialmente, ao problema da liberdade e da segurança. Foi lenta a sua evolução. Na antiguidade, era ao poder político que competia garantir a ordem e a segurança pública e reprimir os desvios. A expansão do conceito de polícia liga-se ao desenvolvimento da vida económica e ao aparecimento das cidades

Polícia deriva do latim *politia*; o étimo polícia significa a “corporação, encarregada de fazer observar as leis concernentes à ordem pública”. (Figueiredo, 1939 *apud* Clemente 2006, p. 19).

A evolução verificada em Portugal dá-nos um conceito administrativo de polícia, entendida como “modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 1980, p. 1060) e uma noção mais específica, elaborada sobretudo a partir do século XIX, em que a polícia está primordialmente ao serviço da manutenção da ordem e da segurança.

Quando se fala em polícia, associa-se à prevenção, repressão e proteção dos direitos dos cidadãos, que estão constitucionalmente⁶ previstos, bem como assegurar a tranquilidade pública. Contudo, a tarefa não tem sido facilitada, uma vez que o desenvolvimento tecnológico e social, implicam adaptações constantes. “Somos hoje, por isso, uma sociedade marcada pela inovação, pela mudança e pela construção.” (Loureiro *apud* Vieira, 2000, p. 19).

A sociedade atual já nada tem a ver com as sociedades de outrora. A mudança emergente foi célere e obriga a que a Polícia se adapte, de forma a conseguir satisfazer as necessidades da sociedade. As sociedades modernas estão dotadas de uma polícia que, segundo BITTNER *apud* ALVES (2011, p. 83), se caracteriza por ser uma

“organização sistematicamente enquadrada por regras jurídicas, composta por agentes especialmente recrutados e formados para exercerem a força física, em todas as situações em que este recurso constitua uma necessidade urgente para resolver os problemas que vão surgindo. (...) o papel da polícia é tratar de qualquer espécie de problemas humanos quando, e na medida em que, a solução necessita ou pode necessitar do uso da força, no lugar e no momento em que eles surjam”.

⁶ Cfr. o disposto no art.º 272.º, n.º 1, da CRP, aprovada pela Lei Constitucional n.º 1/97 de 20 de Setembro. “A Polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, esses que se encontram preceituados no capítulo I do Título II da CRP.

De acordo com CLEMENTE (2006, p. 39), o conceito atual de polícia “emana do Código dos Delitos e Penas francês: *“La police est instituée pour maintenir l’ordre et la tranquillité publique, la liberté, la propriété, la sûreté individuelle.”*” Assim sendo, estabelecer um conceito de polícia não constitui uma tarefa conclusiva. Segundo o mesmo Autor (2006. pp. 19-20).

“o estabelecimento definitivo do conceito de polícia afigura-se impossível, face à dinâmica e à complexidade do fenómeno policial, que abrange desde a formação cívica, até à repressão da microcriminalidade⁷, isto é, desde o ato informativo à ação coativa.”

2.2.3. Agente Policial

Na sociedade atual existe a ideia, estereotipada, que a profissão de agente policial é algo magnificante. Na verdade, em tempos ser agente policial era um privilégio e um orgulho, pois tinham investida uma autoridade que se encontrava pouco delimitada. Não obstante, nos dias que correm, ser agente policial continua a ser um orgulho, visto que o desafio é maior.

A função do agente policial tem sido algo controverso; o polícia dos dias de hoje não é o mesmo que os nossos antecessores conheceram. A sociedade atual, face aos constantes progressos tecnológicos, à atual conjuntura política, económica e social, vê no agente policial parte da solução dos seus problemas, daí a necessidade de uma qualificação eficiente e formação constante dos elementos policiais.

Segundo ALVES *apud* Rodrigues (2010, p. 5),

“o polícia é o cidadão dotado de prerrogativas especiais pela função que desempenha” e pode utilizar a força física para restituir situações contrárias à lei, bem como fazer uso dos meios coercivos, nomeadamente, recurso à força física, quando os meios menos gravosos se mostrem incapazes de atingir o fim pretendido, ou seja, a reposição da paz e da tranquilidade social.”

A função de agente policial, à semelhança de outras, é incutida de grande responsabilidade. Contudo, há uma grande diferença, o “público” que serve. De acordo com ALVES (2011, p. 83),

“O que distingue os polícias de outras categorias profissionais é que o seu privilégio neste domínio não está limitado a uma clientela particular, como os guardas das prisões ou os enfermeiros dos hospitais psiquiátricos, nem a uma série de atos previamente definidos”.

Desta forma, ficamos com uma perceção da complexidade da profissão de agente policial, bem como as limitações que lhe estão inerentes.

⁷ Cfr. <http://carlyle.blog.digi.com.br/2010/12/17/crime-e-criminalidade/>

2.2.4. Ação Policial

A intervenção de um agente policial conjectura a ação policial. Segundo REINER *apud* CLEMENTE (2006, p. 54), “a ação policial é essencialmente para regularizar e proteger a ordem social, usando, se necessário, a força legítima”.

São várias as vertentes da ação policial. Assim sendo, podemos compreender a ação policial em dois grandes âmbitos: ação policial dissuasiva e ação policial repressiva. A primeira tem uma função pró-ativa, em que preza a visibilidade e o patrulhamento de proximidade, enquanto que a segunda reveste um caráter pós-ativo, coercivo e sancionatório.

De acordo com CLEMENTE (2006, p. 55)

“Outrora, como hoje, a ação dissuasiva da polícia foca-se fundamentalmente na vigilância do espaço público, daí a importância do patrulhamento apeado, por agentes policiais uniformizados. Contudo, inúmeras perturbações da ordem sucedem em lugares inacessíveis à polícia, maioritariamente no domicílio, durante o período noturno. Por outras palavras, nem todo o espaço social se encontra imediatamente acessível aos agentes policiais”.

No fundo, o que aqui se pretende evidenciar, é que a ação policial no seu caráter preventivo, ao contrário do que seria ideal, não chega a todo o lado. A ação policial é fundamental para salvaguardar os direitos fundamentais do cidadão e manter a paz pública. Por vezes, só se consegue tal objetivo através do recurso, legítimo, da força. Como refere CLEMENTE (2006), a força coerciva caracteriza a função policial, visto que, há situações em que é necessário recorrer legitimamente à violência física e mesmo à armada, a fim de pôr cobro a atos ilegais. Neste sentido, podemos, claramente, afirmar que o papel da ação policial é servir o cidadão.

2.2.5. Vítima

O termo vítima vem do latim *victimia* e *victus*, que significa vencido, dominado. No sentido originário, vítima era a pessoa ou animal sacrificado aos deuses no paganismo⁸. Atualmente, a palavra vítima estende-se por vários sentidos. No sentido geral, vítima é a pessoa que sofre os resultados infelizes dos próprios atos, dos de outrem ou do acaso.

⁸ A palavra pagão provém do latim *paganus*, cujo significado é o de uma pessoa que viveu numa aldeia, num dado país, um rústico. O uso mais comum da palavra no latim clássico era utilizado para designar um civil, alguém que não era um soldado. (<http://literatura.pl.dmoza.net>, 2012).

No contexto das agressões, a vítima é a parte interveniente que sai lesada. Para ANDRADE (1980), vítima é toda a pessoa física ou entidade coletiva que é diretamente atingida contra a própria vontade. Podemos aqui constatar, que, para estarmos na presença de uma vítima, basta ela ser atingida, mesmo que por palavras.

Segundo PABLOS *apud* MONTEIRO (2002, p. 25-26) “vítima é toda a pessoa que em consequência de um delito foi de qualquer forma prejudicada” (...), vítima é aquela que sofre determinada ação que se encontra tipificada, por lei, como contrária aos interesses gerais e individuais.

Por vezes, a vítima arrasta outras vítimas, embora de circunstâncias diferentes. Depreende-se, que uma criança vítima de ofensa corporal, afeta em boa medida os seus pais. Assim, de acordo com ANDRADE (1980, p. 34) “Não deve o conceito de vítima estender-se para além da pessoa diretamente atingida”.

Estamos perante uma temática deveras complexa e sensível. Assim, para o propósito do nosso estudo, considera-se suficiente a abordagem efetuada ao conceito.

2.3. A Agressão

Foram muitos os autores que se debruçaram sobre o fenómeno das agressões, a fim de formularem e sustentarem as suas teorias. Assim, após uma breve abordagem ao conceito de agressão, iremos algumas teorias sobre a agressão, que no nosso entender são pertinentes para o tema.

2.3.1. Definição de Agressão

Podemos abordar a **Agressão** de diferentes formas. Podemos estabelecer um nexo com a violência, considerando-a como forma de violência, mas também autónoma e similar à violência. Segundo FISCHER (1992, p. 22),

“A Agressão distingue-se da Violência naquilo que tem de situação de interação, caracterizada por um tipo de violência delimitada, que se manifesta em termos de ataque com carácter de brutalidade dirigido a um indivíduo, a um grupo ou a toda a sociedade”.

De acordo com SEGALL *apud* Monteiro (2002, pp. 10-11), agressão é “um qualquer comportamento tido por uma pessoa que inflige ofensas a outra”. A definição deste Autor é

bastante ampla e discutível, pois, determinado comportamento pode constituir-se ofensivo para uns e inofensivo para outros.

As formas de agressão podem ser muito variadas, englobando qualquer reação direta ou indireta, ativa ou passiva, motora ou verbal, que se destina a prejudicar o outro. Uma distinção estabelecida por BUSS (1971) recenseia: a agressão ativa (bater, proferir insultos); a agressão passiva (recusar ajudar alguém); a agressão física; a agressão verbal; e a agressão direta e a agressão indireta (Fischer, 1992).

Uma outra distinção (Feshbach, 1964) coloca em evidência a agressão hostil, que consiste em causar diretamente dano a alguém; a agressão instrumental, que é um meio que visa um objetivo diferente; a agressão expressiva, que consiste numa afirmação de si através de um comportamento agressivo. Assim, FISCHER (1992, p. 24) tendo em conta algumas das perspetivas da agressão, definiu-a “como uma forma específica de violência, numa situação de interação social que se actualiza em condutas que visam causar dano a outrem, de maneiras diversas e em graus variáveis, que implicam um ataque mais ou menos grave à sua integridade física, moral ou cultural”. Esta é aquela que mais dificilmente se esgota. Assim, consideramo-la como referência para o trabalho.

Como pudemos constatar, as definições de agressão são muitas e interpretáveis de diversas formas. Não se pretendeu fazer um levantamento exaustivo de todas as definições, mas apenas enfatizar e comentar algumas que são pertinentes.

Neste estudo, que visa o fenómeno das agressões contras os militares da GNR no CTer de Faro, pretende-se abordar as agressões nas suas dimensões verbais, físicas e morais, condutas que, se encontram tipificadas como ilícitas no Código Penal (CP).⁹

2.3.2. Agressão vs Agressividade

Pode existir a tentação de confundir **Agressão** e **Agressividade**, o que, não nos admira, visto que, só mediante algum estudo, se poderá apontar as diferenças. A controvérsia existente tem vindo a ser esbatida por vários autores que se dedicaram ao estudo da temática.

De acordo com DARON e PAROT (2001) a agressividade significa uma disposição permanente para efetivar condutas agressivas. Segundo HACKER (1972, p. 99), “a

⁹ Cfr. o disposto no art.º 131º conj. com art.º 132º, art.º 143º conj. com art.º 144º e 145º, art.º 153º conj. com art.º 155º, art.º 154º conj. com art.º 155º, art.º 181º conj. com art.º 184º, e art.º 347º, todos do CP.

agressividade natural do homem tem, pois, um carácter inato e hereditário, uma realidade que nada poderia, portanto, modificar”. Para BLOCH, CHEMAMA, E ALIA (1993) a agressividade deve ser entendida como uma tendência para atacar outra pessoa ou objeto que possa constituir obstáculo a uma qualquer satisfação imediata.

Segundo FERNÁNDEZ (1989), a agressividade, no homem, obedece a três motivações fundamentais: uma **determinação biológica-instintiva**, que designamos pela pulsão agressiva; uma **motivação psicológica**, que se traduz na reação agressiva à frustração e a outros estímulos emocionais; e por fim, um **condicionamento sociocultural**, relacionado com a sociedade e a cultura da organização competitiva e agressiva. O ser humano e o animal partem do mesmo patamar de agressividade; o Homem começa a destacar-se do animal no que respeita à agressividade intraespecífica, esta que se deve à aprendizagem. O homem nasce com determinado potencial de agressividade, que se pode ou não vir a concretizar, mediante os condicionamentos psicológicos e socioculturais a que seja sujeito (Fernandéz, 1989).

Importa referir que a agressão e a agressividade são, de facto, fenómeno que tem vindo a ser estudado por diversos Autores. Desta forma, o próximo passo do nosso trabalho é perceber e interpretar algumas dessas teorias.

2.3.3. Teorias Gerais da Agressão

Foram vários os Autores que se empenharam no estudo e explicação das agressões e comportamentos agressivos. Após a panóplia de bibliografia consultada, parece-nos, que seguir a esteira de FISCHER (1992) é o mais adequado. Como vamos ver, FISCHER apresenta a suas ideias e teorias, também com base no trabalho e aceção de outros autores.

São várias as teorias que fornecem uma explicação para o comportamento agressivo. Genericamente, podemos extrair das teorias que existem, três grandes linhas teóricas para a explicação da agressão. São elas: os fatores biológicos, estrutura psicológica e emocional da personalidade, e a aprendizagem social.

Assim, apresentam-se os aspetos principais das teorias supramencionadas.

2.3.3.1. A agressão como instinto

De acordo com a abordagem etológica, que procurou os fundamentos biológicos do comportamento de agressão, este, é considerado um ato instintivo. LORENZ (1966) defende que os seres humanos, à semelhança dos animais, são naturalmente agressivos; ou seja, a nossa tendência para a agressão depende de fatores biológicos que escapam ao nosso controle e cuja função é sobrevivência.

De acordo com esta conceção e generalizando um pouco, existem, para todos os comportamentos (e não apenas para o agressivo), modelos de ação que assentam, primeiramente, num potencial energético interno, que se manifesta, apenas quando há um estímulo externo que o ative.

Consequentemente, quando se despende energia para um estímulo externo, considera-se que a tendência para um futuro comportamento agressivo também diminui. Desta forma, podemos dizer que perante dois comportamentos sucessivos de agressão, o primeiro será sempre mais severo do que o segundo. Segundo FISCHER (1996), a agressividade é um instinto fundamental do ser vivo, que é alimentado por uma interação permanente com acumulação progressiva no interior do indivíduo, seguida de descarga para o exterior de uma ou de outra forma.

Outros estudos¹⁰, que assentaram nas variações culturais do comportamento agressivo, permitiram desenvolver um argumento fundamental contra o carácter instintivo de agressão. Assim, verificou-se que em ambiente de conflito armado, os soldados não iam espontaneamente para o combate, pelo que, se desenvolveram campanhas de propaganda para os incitar a considerar a defesa do seu país como um dever. Assim, refuta-se o carácter instintivo do comportamento humano agressivo.

Em suma, mediante outros trabalhos, admite-se que a agressividade tem uma componente biológica, mas, a violência é fundamentalmente produto da sociabilidade e condições próprias das situações sociais.

2.3.3.2. A agressão como conduta psíquica

Pelo já estudado, depreende-se que a agressão tem origens diversificadas. Aqui, vamos abordar as teorias que estudaram a agressão em termos de processos psíquicos.

¹⁰ Cfr. Fischer (1996).

Como tal, apresentamos a perspectiva psicanalítica — Teoria Freudiana, Teoria da Frustração — Agressão, e Teoria da Ativação Emocional.

Teoria Freudiana

A grande característica desta teoria reside no conflito intrapsíquico e os dualismos pulsionais. Para Freud, a agressividade origina-se mediante a um determinado impulso interior, que pode vir a afetar o psíquico.

Assim, na perspectiva desta primeira teoria freudiana, a agressividade apresenta-se de duas formas: “por um lado, pode ser um dos componentes da pulsão sexual, por outro lado, está associada à luta do eu para a sua conservação e afirmação” (FREUD *apud* Fischer, 1992, p. 29).

Deste modo, FREUD descreveu um dualismo pulsional, em que opunham pulsões sexuais e pulsões de autoconservação. Segundo ele, as pulsões são formas de excitação para o psiquismo vindas do interior do próprio organismo.

Teoria da Frustração — Agressão

Estamos, provavelmente, perante a teoria mais conhecida da agressão, no seio das ciências sociais. Esta, que assenta no intento de que as pessoas são induzidas a agredir outras, perante a frustração de não ver um desejo ou objetivo alcançado.

A palavra frustração, à semelhança da palavra agressão tem diversos significados. Segundo BERKOWITZ *apud* Monteiro (2002), o termo significa uma barreira externa que impede alguém de alcançar um objetivo, enquanto para RUSSEL *apud* Monteiro (2002), a frustração é uma reação interna e emocional a qualquer acontecimento.

Segundo FISCHER (1992, p. 31), a primeira teoria da agressão, fundamentada na frustração, surge em 1939, numa obra de Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears, em que o fundamento da agressão é uma frustração, bem como, toda frustração origina sempre uma agressão; e quanto maior for a frustração mais grave será a agressão.

Ainda nos passos de FISCHER (1992, p. 31), esta perspectiva da agressão é considerada como uma reação instrumental à frustração, que se emprega segundo duas grandes conceções distintas: a interrupção de uma atividade em curso dirigida para um fim, e a negação de um apetite, definido em 1971, por BUSS, como uma privação. A agressão surge como uma consequência e reação à frustração sofrida, exprimindo-se numa conduta de agressividade para causar dano a outrem, tanto, quanto maior for a frustração.

A teoria da frustração-agressão, é ainda utilizada para explicar a agressão, privilegiando, a noção de catarse. “Segundo uma concepção hidrodinâmica do funcionamento da agressão, a catarse é definida como uma descarga de energia que é acompanhada por uma diminuição da tendência para agredir” (Fischer, 1992, p. 33).

Em conclusão, a teoria da frustração-agressão pode interpretar-se de duas formas: a frustração conduz à agressão, ou a frustração produz agressão. A primeira, significa que a frustração tende a ser seguida por agressão, embora a relação entre ambas não seja necessariamente causal; e a segunda, estabelece que a frustração causa a agressão.

Teoria da Ativação Emocional

Esta teoria assenta, essencialmente, nos laços existentes entre as diferentes formas de ativações emocionais (atividade psíquica, atividade sexual, drogas) e a agressividade de um indivíduo. Assim, de acordo com FISCHER (1992), distinguem-se duas orientações de investigação: as que tentaram demonstrar que mais ou menos todos os tipos de ativação forte elevam o nível da agressividade, e, as mais recentes, que mostram que a ativação não tem efeito direto sobre a agressividade, mas que a pode favorecer, apenas em circunstâncias particulares. Segundo FISCHER (1992, p. 35),

“Outras investigações que incidem sobre as ligações entre a excitação sexual e a agressão ou sobre o álcool, mostram que se estas duas formas de activação podem exercer uma certa intensidade, a sua influência sobre a agressão é, em definitivo, determinada pela visão social que dela se tem; se os indivíduos considerarem, em determinadas situações, que o álcool provoca comportamentos agressivos, podem deslocar a responsabilidade da agressão para o consumo de álcool”.

Pelo exposto, perante uma ativação emocional ligada a um grau de agressividade, este, pode aumentar ou diminuir consoante as condições em que se encontrarem os indivíduos.

2.3.4. Fatores que contribuem para a Agressão

Não podemos ficar indiferentes à atual conjuntura que o país atravessa. Estamos perante um cenário que, juntamente com outros, propicia à marginalidade. Como tal, vamos referir alguns dos fatores que contribuem para a agressão, na perspetiva de FISCHER (1992).

As **influências culturais**, que se podem entender como determinados costumes e valores que certas pessoas adquirem; deste modo, há comportamentos que podem ser considerados agressão por uns e por outros não. Os **fatores de personalidade**, a que podemos também chamar traços de personalidade, podem, por si só, conduzir a atitudes agressivas. A personalidade é adquirida ao longo da vida, com a experiência. Em tal processo, muito influencia a vivência familiar, grupos de amigos, escola, e outras instituições em que ao longo da vida o indivíduo participa direta ou indiretamente. Quanto aos **fatores sociais**, são representados pelo meio social em que se insere determinado indivíduo. “É um fator social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior” (Durkheim, 1996). Assim, o meio em que se inserir determinado indivíduo influencia o seu comportamento. Os **fatores cognitivos** são considerados processos de avaliação que pretendem rotular um comportamento de agressão. Por fim, os **fatores ambientais**, dizem respeito essencialmente, às condições de vida.

Importa referir que apenas fizemos uma abordagem genérica dos fatores que consideramos mais relevantes para o tema. Existem outros¹¹, que não foram por nós considerados, que auxiliam a compreensão de outras perspetivas.

2.4. A Agressão nas forças de Segurança

As agressões nas Forças de Segurança (FS) são um assunto apetecível, sobretudo para a Comunicação Social. Habitualmente, quando se fala em assuntos desta índole, associa-se, imediatamente, os elementos das forças de segurança a um determinado abuso de autoridade ou uso excessivo da força. Se falarmos do inverso, isto é, os elementos das FS serem eles vítimas, levantam-se certos constrangimentos, na medida que a sociedade não compreende como é que um agente de autoridade pode ser agredido, sobretudo quando este se encontra armado.

Como refere CONTUMÉLIAS e CONTUMÉLIAS (2011), o trabalho policial é das atividades mais difíceis e arriscadas, expondo mesmo os elementos a situações extremas, em qualquer parte do mundo. Assim sendo, os motivos são vários e variam de país para país. Existem atos que são considerados agressão em determinado país, e não o são noutro.

¹¹ Cfr. Fischer (1992).

2.4.1. No Mundo e Europa

As forças policiais ou FS, concorrem para um fim que é comum, independentemente do seu país — segurança e tranquilidade pública.

De acordo com um estudo realizado, os elementos policiais agredidos atuavam com cortesia e eram capazes de usar a força quando necessário, mas no momento da intervenção descoravam os procedimentos de segurança. (Pinizzotto, Davis, e Miller, 1997).

Outros estudos demonstram, que se o agente policial for do género feminino, a propensão para este ser agredido reduz drasticamente (Rabe-Hemp e Schuck, 2007). Estes Autores, concluíram ainda, que a mulher como utiliza menos a força física, as agressões contra elementos policiais desciam tendencialmente.

Denotou-se também, mediante estudos em vários países, que as maiorias dos agressores eram de raça negra, pertenciam a uma baixa classe económica e assimilavam uma subcultura de violência (Roh e Choo, 2007). As agressões são concretizadas, em grande parte, através da força física, desferimento de murros e pontapés (Domingues, 2010). De referir ainda, que as agressões foram de pouca gravidade, sendo poucas as que exigiram cuidados médicos.

Quanto à atuação policial, TOCH, *apud* Domingues (2010), defende que uma grande parte das agressões aos elementos policiais, resultam de uma abordagem e tratamento menos digno aos cidadãos. Foi também constatado que as agressões ocorriam maioritariamente na via pública, bares e locais de diversão noturna, bem como em locais confinados (Rabe-Hemp e Schuck, 2007; Rodrigues, 2006).

2.4.2. Em Portugal — GNR

Em Portugal, as agressões a agentes de autoridade, nomeadamente aos militares da GNR^{12 13}, tem sido um fenómeno com tendencial evolução¹⁴.

¹² Cfr. o disposto no art.º 25º, n.º2, al. a), da Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto), estamos perante uma FS Portuguesa com função de segurança interna. As FS são organismos policiais ao dispor do Estado, armados e uniformizados, integrados por pessoal com estatuto militar (GNR), com estatuto militarizado (PM), ou com estatuto civil (PSP), mas sempre com estrutura organizativa caracterizada pela obediência à hierarquia de comando em todos os níveis. (Dias, 2006)

¹³ A GNR é uma FS de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa (Lei n.º63/2007 de 6 Novembro).

Muito por culpa de uma justiça negligente e morosa, presencia-se nos dias que correm, um sentimento paradoxal. Os militares da GNR continuam a ser vítimas de agressões, visto que, os agressores continuam a ser responsabilizados brandamente. De acordo com RODRIGUES (2006, p. 20) “esta incapacidade de resposta institucional punitiva produz no transgressor sentimentos de impunidade em termos do seu comportamento desviante, enquanto suscita um sentimento global de insegurança nas populações”. Este sentimento, para além do cariz social que envolve, repercute-se, diretamente, na atividade operacional das Forças de Segurança.

2.5. O CTer de Faro: Caraterização Sociodemográfica

Sendo uma das regiões mais procuradas do país, essencialmente para uso sazonal, o Algarve carateriza-se pela sua evolução dinâmica. No ano 2011, esta região contava com uma população residente de 451.005¹⁴ habitantes, mais 55.787 residentes que em 2001, o que corresponde a uma aumento significativo de 14,1%, destacando-se claramente das regiões com os segundo e terceiro maior crescimentos¹⁵, a Região Autónoma da Madeira (RA) com (9,3%) e Lisboa (6,0%).

No que respeita a municípios¹⁷, os valores e sentidos de crescimento são díspares. Apenas quatro municípios, Albufeira, Portimão, Lagos e Loulé, conheceram crescimentos populacionais superiores ao da média da Região; estes, encontram-se entre os 15 municípios do País com maiores crescimentos populacionais, mas, contrariamente, o município de Alcoutim e Monchique estão entre os decréscimos populacionais mais acentuados do País¹⁸. (Ramos e Domingues, 2011)

Tendo em conta que nos últimos anos, a Região do Algarve tem sido, essencialmente, uma região de destino, onde o saldo migratório tem compensado, significativamente, crescimentos negativos, esperar-se-ia que estes movimentos tivessem reflexo na demografia da Região, designadamente que a população jovem apresentasse um peso relativo mais relevante. De igual modo, esperava-se que a população economicamente

¹⁴ Cfr. Quadro n.º 29, em anexo

¹⁵ Cfr. Fig. 21 e 37, em anexo.

¹⁶ Cfr. Fig. 22, em anexo.

¹⁷ Cfr. Fig. 23, em anexo.

¹⁸ Cfr. Fig. n.º 24, em anexo.

ativa (25-64 anos) fosse mais expressiva¹⁹. No entanto, o peso deste grupo etário é de 55,5%, que é semelhante ao valor para o total nacional (55,1%).

Nesta Região, o Índice de Juventude (127,2) é inferior ao restante País (134,4), e o Índice de Envelhecimento (78,6) superior aos (74,4) do País²⁰. A população residente da Região do Algarve, quanto ao grau de ensino completo, apresenta algumas dissemelhanças comparativamente à situação nacional; contudo, de forma geral, pode-se afirmar que a população da Região apresenta taxas mais altas de escolarização no ensino Secundário e pós-Secundário, e uma taxa de escolarização mais baixa no nível superior do ensino²¹. A percentagem de população com o ensino Superior completo verifica-se nos principais centros urbanos (Faro, Portimão, Lagos, Albufeira...) e nos municípios envolventes (São Brás de Alportel e Lagoa, por exemplo), onde residem grande percentagem da população que trabalha nos centros urbanos. Os municípios de cariz mais rural – Alcoutim, Monchique e Castro Marim possuem valores mais significativos referentes aos graus de ensino Básico completo, devido à fraca expressão de população com os graus de ensino superiores completos²² (Ramos e Domingues, 2011).

No que respeita ao estado civil, a Região tem uma percentagem de população solteira superior ao total nacional, e uma percentagem de população casada inferior ao total nacional; quanto à percentagem de população divorciada, esta é superior ao total nacional e a percentagem de população viúva idêntica ao total nacional²³. Numa análise mais pormenorizada, verifica-se que os municípios de Albufeira, Faro, Olhão, são os que possuem mais população solteira, enquanto os municípios do interior – Alcoutim, Castro Marim e Monchique, possuem mais população casada e viúvos, que se traduz numa população mais envelhecida. (Ramos & Domingues, 2011).

O Algarve é a segunda Região que mais cresceu no número de famílias clássicas residentes, e em 2011, o peso percentual das famílias com uma e duas pessoas era superior ao total nacional²⁴.

Também, o número de alojamentos no Algarve sofreu um grande desenvolvimento, contabilizando-se, um total de 381.026, valor só ultrapassado pela Região da Madeira. Em termos de municípios, destacam-se claramente Portimão, Albufeira, Tavira, Lagos e Vila Real de Santo António, sendo os dois primeiros predominantemente devido ao turismo, e

¹⁹ Cfr. Fig. n.º 25, em anexo.

²⁰ Cfr. Fig. n.º 26, em anexo.

²¹ Cfr. Fig. n.º 27, em anexo.

²² Cfr. Fig. n.º 28, em anexo.

²³ Cfr. Fig. n.º 29 e n.º 30, em anexo.

²⁴ Cfr. Fig. n.º 31 e n.º 32, em anexo.

os três restantes devido ao custo dos alojamentos, visto que são locais mais favoráveis para constituir famílias²⁵.

Apenas na Região do Algarve o número de alojamentos de residência habitual é inferior a 50% dos alojamentos existentes, sendo claramente nesta Região que o alojamento para o uso sazonal assume maior expressão (39,4%). Em 2011, existiam 149,127 alojamentos para uso sazonal, sendo os municípios de Castro Marim e Albufeira que mais se destacam²⁶ (Ramos e Domingues, 2011).

Em suma, no ano de 2011, a Região do Algarve possuía 451,005 habitantes, 381,026 alojamentos e 186,456 famílias²⁷ (Ramos, 2011). No que concerne ao turismo, mais concretamente às nacionalidades mais representadas, podemos constatar que o grosso pertence ao Reino Unido, Espanha, França e Holanda²⁸.

2.6. A GNR no Comando Territorial de Faro

O CTer de Faro revela-se de alguma forma singelo, em relação aos restantes. Começando pela localização geográfica, que denota ser zona com grandes afluxos populacionais durante todo o ano, mas é na época balnear que se revela uma maior densidade, que se traduz num aumento do volume de serviço.

Um outro problema, é a rotatividade de militares que verifica; a primeira colocação de uma grande parte dos militares que terminam um alistamento é no CTer de Faro, o que leva a uma movimentação em massa de militares, sendo os PTER(s) deste Comando caracterizados por “Postos de passagem”. Assim, quando os militares se encontram familiarizados com o serviço da GNR são transferidos. Tal, traduz-se num constrangimento para os Comandantes, visto que todos os anos têm militares sob o seu comando que têm de ser enquadrados com o serviço e com zona de ação²⁹.

De referir, que o CTer de Faro, possui uma vasta extensão territorial, sendo quase todo policiado pela GNR. Apenas as cidades de Portimão, Lagos, Faro, Olhão, Tavira e

²⁵ Cfr. Fig. n.º 33 e n.º 34, em anexo;

²⁶ Cfr. Fig. n.º 35 e n.º 36, em anexo;

²⁷ Cfr. Fig. n.º 38, em anexo;

²⁸ Cfr. Fig. n.º 37, em anexo

²⁹ Sobretudo para os CMDT (s) de Posto torna-se complicado ter militares nestas circunstâncias, visto que tem de haver algum cuidado na nomeação para o serviço. Dois militares que tenham sido colocados pela primeira vez, possuem sempre limitações quer no desempenho da missão, quer no conhecimento da área. Neste sentido, há sempre necessidade de ter cuidado em colocar, nos primeiros tempos, uma patrulha constituída por um militar mais antigo juntamente com um destes mais modernos.

Vila Real de Santo António, são de responsabilidade partilhada com a PSP, o que reduz de certa forma, a criminalidade participada à GNR nessas cidades.

Com recurso à figura n.º 1 e ao quadro n.º 2, verifica-se a distribuição dos militares da GNR no CTer de Faro no ano de 2011. De referir, que num total de 1318, encontravam-se 75 militares do género feminino³⁰.



Figura n.º 1 — Efetivos por classes no CTer Faro

Unidades e Subunidades	2011
Comando	129
DTer Faro	113
DTer Tavira	136
DTer Loulé	202
DTer Portimão	176
DTer Silves	175
DTer Albufeira	186
DTr. Faro	110
DTr. Lagos	18
Dinter.	72
TOTAL	1318

Quadro n.º 1 - Distribuição de militares no CTer de Faro no ano de 2011

2.7. A Criminalidade no Comando Territorial de Faro

O aumento da criminalidade em Portugal tem sido um fenómeno incontornável, visto que, cada vez mais, as condições socioeconómicas dos cidadãos estão condicionadas. A conjuntura atual, também se tem revelado insuficiente para fazer face à situação. O aumento da Criminalidade Violenta e Grave³¹ (CVG) verificada nos últimos anos³² tem sido a área mais preocupante.

Em 2011, verificou-se um ligeiro decréscimo da criminalidade a nível nacional. O Algarve, nomeadamente, o distrito de Faro, foi das regiões que mais participações

³⁰ Valores fornecidos pela SOITRP do CTer de Faro.

³¹ Cfr. disposto no art. 1.º, da alínea j) do CPP, a CVG é definida “como as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a cinco anos”. Este tipo de crimes abrange, simultaneamente, os ilícitos penais em que o ato violento é o objetivo, assim como aqueles em que a violência é o meio para atingir o fim pretendido.

³² Cfr. RASI 2007 – 2011. Os números e valores apresentados têm por fonte a Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça e são somente relativos à CVG participada aos/pelos órgãos de polícia criminal (OPC) de competência genérica (GNR, PSP e PJ). A DGPJ é a “Entidade competente para assegurar a recolha, utilização, tratamento e análise da informação estatística da Justiça e promover a difusão dos respectivos resultados, no quadro do sistema estatístico nacional, nos termos do Artigo 2.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de abril”. (RASI, 2010, p. 48).

criminais registou, apenas superado pelos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal sendo os crimes de furto os mais frequentes³³.

Quanto à CVG no ano em questão, numa análise nacional, verifica-se uma redução³⁴ do número de participações, essa também constatada no Distrito de Faro. Contudo, em 2011 a percentagem de CVG aumentou 0,05% em relação a 2010, tendo em conta a criminalidade total participada, conforme se confirma pelo quadro n.º 2.

Quadro n.º 2 — Percentagem da CVG relativamente ao Total da Criminalidade Participada / Número De Crimes Violentos e Graves Participados

ANO	Percentagem de CVG em relação ao total da criminalidade participada	Variação %	N.º crimes CVG participados
2007	5,60%		21947
2008	5,80%	+0,20%	24317
2009	5,80%	0%	24164
2010	5,91%	+0,11%	24456
2011	5,96%	+0,05%	24154

Os crimes contra o Estado, obtiveram um aumento de 2,1%, relativamente ao ano de 2010³⁵. Contudo, o crime de Resistência e Coação sobre Funcionário³⁶ (previsto no art.º 347º do CP) verificou uma ligeira redução.

Importa salientar, que todos os valores supra enunciados são referentes à criminalidade participada aos OPC. No que concerne apenas à GNR, podemos constatar que no ano de 2011, foram registados em todo o TN, 3062 crimes contra o Estado, dos quais 411 foram registados no CTer de Faro; por sua vez, dos 3062 crimes contra o Estado registados em TN, 799 são pelo crime de Resistência e Coação sob Funcionário, e dentro destes 799, ocorreram no CTer de Faro 133 crimes³⁷.

³³ Cfr. Quadro n.º 24 e n.º 25, em anexo.

³⁴ Cfr. Quadro. n.º 26, em anexo.

³⁵ Cfr. Quadro. n.º 27, em anexo

³⁶ Cfr. Quadro. n.º 28, em anexo. As agressões aos militares da GNR são registadas em SITREP e PERINTREP, assim como são, em diversos mapas, inseridas no Crime de Resistência e Coação sobre Funcionário. Desta forma, apenas se evidencia este tipo de crime, que está compreendido nos crimes contra o Estado.

³⁷ Cfr. Quadro n.º 29 e n.º 30, do anexo . Os 133, correspondem aos autos notícia que foram identificados por nós no CTer de Faro.

Capítulo 3

Trabalho de Campo — Metodologia e Procedimentos

3.1. Introdução

No seguimento da exposição da parte teórica como meio de sustentação a este trabalho de campo, importa obedecer a determinados procedimentos metodológicos. Assim sendo, o presente capítulo visa referenciar os métodos, os procedimentos e as técnicas usadas para a realização do trabalho de campo, bem como o universo e amostras.

3.2. Metodologia do Trabalho de Investigação Aplicada

Entende-se por metodologia, a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, dos instrumentos utilizados (questionário, entrevista, recolha documental, etc), do tempo utilizado, da divisão do trabalho, das formas de tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Segundo CARVALHO (2009, p. 83) o método científico é “o processo racional que se emprega a investigação”. Citando o mesmo Autor, o método caracteriza-se por uma abrangente abstração dos fenómenos observados.

O método adotado para este estudo foi o método Hipotético-dedutivo. Este tipo de método inicia-se com a percepção de uma omissão nos conhecimentos, que conduz à formulação de hipóteses Seguidamente, através do processo de inferência dedutiva, testa-se a predição da ocorrência dos fenómenos abrangidos pelas hipóteses, isto é, perante um problema, surgem para explicar o mesmo algumas conjeturas ou hipóteses, que irão ser testadas para se comprovar a sua veracidade ou falsidade (Carvalho, 2009)

De acordo com (Lakatos & Marconi, 1991), o método Hipotético-dedutivo deve seguir determinados passos: colocação do problema, construção de um modelo teórico,

dedução de consequências particulares, teste de hipóteses e introdução das asserções na teoria.

Também, se recorreu ao método inquisitivo³⁸ que se baseia na realização de entrevistas semi-estruturadas a entidades, em que a sua contribuição é considerada de extrema importância à execução dos objetivos propostos.

Como estamos perante uma investigação qualitativa, usou-se para a recolha de dados, a entrevista, a observação e análise de documentos, que servem para operacionalizar as investigações qualitativas (Sousa e Baptista, 2011).

Deste modo, os dois capítulos iniciais do trabalho visam a colocação do problema, construção de um modelo teórico e dedução das consequências particulares, e os três restantes capítulos têm como objetivo testar as hipóteses levantadas e concluir sobre as mesmas.

3.3. Procedimentos e Técnicas

O método Hipotético-dedutivo só se revela eficiente se forem utilizados os procedimentos e técnicas adequadas. Neste sentido, inicialmente, optou-se por uma pesquisa bibliográfica em várias bibliotecas, estabelecimentos superiores de ensino, e em algumas unidades da GNR, a fim de sustentar teoricamente o trabalho de campo que se iria desenvolver.

Para se verificar as hipóteses levantadas e dar resposta às questões formuladas na investigação, houve necessidade de recorrer a técnicas qualitativas e quantitativas de recolha de informação, nomeadamente a entrevistas e análise de dados.

3.4. Levantamento dos Dados

Relativamente à análise documental, realizou-se entre 18 e 29 de junho, através de uma pesquisa exaustiva de elementos dos autos de notícia (processos-crime) referentes aos crimes contra os militares da GNR do CTer de Faro, no ano de 2011³⁹. Para tal foi efetuado

³⁸ “Baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2008, p. 5)

³⁹ A pesquisa e análise decorreu mediante autorização do Cmdt do CTer de Faro, que por sua vez deu orientações aos Cmdt (s) dos DTer; estes que por sua vez, deram orientações aos Cmdt (s) dos PTer (s).

previamente uma tabela em *Microsoft Office Excel 2007*, com todos os elementos a recolher, de forma agilizar a recolha nos PTer(s). Seguidamente, identificaram-se todos os militares que foram alvo de qualquer tipo de Agressão. Como existiam elementos essenciais a identificar para o estudo, como a idade, estado civil e habilitações literárias do militar, recorreu-se ao sistema *AS400*⁴⁰ em uso na GNR.

Posteriormente, efetuou-se, inferência estatística dos dados obtidos, com recurso ao programa *IBM SPSS 20.0 for Windows*, com idioma em Português. Para esta inferência estatística definiu-se um coeficiente de significância $\alpha=0,05$.

Perante tais instrumentos, estamos em condições de afirmar que usamos a observação direta (análise e interpretação de expediente) e a observação indireta (entrevistas); pois, segundo Quivy e Campenhaut (1992, pp. 165-166), “ a observação direta é aquela em que o próprio investigador procede diretamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados”, e na observação indireta “ o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada”.

3.5. Entrevistas

Para levar a cabo o nosso estudo a nível qualitativo, elegemos a técnica da análise de conteúdo, que, segundo BARDIN (2003) pretende estudar com detalhe a mensagem de uma comunicação escrita, oral ou visual, tendo como objetivo analisar, categorizar e organizar a informação obtida, através dos processos comunicacionais com os entrevistados.

De acordo com AZEVEDO, C. e AZEVEDO, A. (2008, p.29) “a entrevista pretende recolher a opinião do sujeito da investigação sobre temáticas de interesse para a própria investigação”. A entrevista define-se como sendo uma forma de recolha de informações através de conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações (Ketele *apud* Sousa e Baptista, 2011).

Devido à ineficácia do SIIOP, foi necessário recorrer à consulta dos livros de registo de processos crimes e de registo de detidos, de forma a identificar os processos que versassem sobre os crimes contra os militares da GNR, nomeadamente: Ameaça e Coação, Injúria, Difamação, Ofensa a Integridade Física, Resistência e Coação sobre Funcionário

⁴⁰ O AS400 é uma base de dados onde se encontra a ficha biográfica completa de todos os militares e civis que pertencem à GNR. A consulta foi efetuada na SRH do CTer Faro e na SRH da EG.

Neste sentido, as entrevistas foram essenciais porque acrescentaram profundidade à investigação no sentido de saber qual a opinião concreta dos entrevistados sobre determinados assuntos, possibilitando que os mesmos justificassem as respostas.

A seleção dos entrevistados foi com base na análise dos processos-crime em que os mesmos foram intervenientes, tendo em conta a natureza do incidente e a reincidência do militar neste tipo de situações.

O conjunto de entrevistados foi constituído por militares da GNR, com funções de comandantes e patrulheiro, cujos dados sociodemográficos se encontram no quadro n.º 3. As entrevistas foram enviadas por correio eletrónico institucional, no dia 17 de Julho de 2012, com exceção de uma (entrevistado n.º 5), que foi realizada presencialmente no dia 21 do mesmo mês e ano.

Esta entrevista seguiu um guião, conforme é apresentado no Apêndice A.1, em que os entrevistados responderam às suas questões, permitindo obter informação essencial à prossecução dos objetivos anteriormente apresentados.

As entrevistas foram analisadas com recurso à técnica de análise de conteúdo, elaborando-se um quadro sinopse das respostas. Esta técnica “permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação” (Berelson, 1952, *apud* Carmo & Ferreira, 2008, p. 269). Mais tarde, a análise de conteúdo foi definida “como uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (Krippendorff *apud* Silva, A. e Pinto, J., 1986). Esta técnica é composta pelas seguintes etapas: definição dos objetivos e do quadro de referência teórico, constituição de um *corpus*, definição das categorias e das unidades da análise e a quantificação e interpretação dos resultados; com estas etapas, incrementam na técnica um elevado grau de validade e fidelidade (Carmo & Ferreira, 2008).

Quadro n.º 3 - Caracterização da Amostra das Entrevistas

Entrevistado	Género	Idade	Posto	Tempo serviço	Colocação em 2011	Colocação atual	Função
Nº 1	Masculino	30	Cabo	8 anos	PTer Loulé	PTer Loulé	Patrulheiro
Nº 2	Masculino	25	Guarda	3 anos	SDTer Albuf.	NIC Loulé	Patrulheiro
Nº 3	Masculino	34	2º Sarg.	14 anos	SDTer Albuf.	EG	Secção de Avaliação
Nº 4	Masculino	36	1º Sarg	15 anos	DI Faro	DI Faro	Cmdt Secção
Nº 5	Masculino	28	Guarda	5 anos	SDTer Albuf	PT Penafiel	Patrulheiro

3.6. Universo e Amostra

Em qualquer trabalho de investigação, é necessário definir o Universo ou a População da investigação e a Amostra. Pois, segundo SARMENTO (2008), o Universo representa a totalidade da população que se quer analisar e a amostra constitui-se pelo subconjunto dos indivíduos pertencentes a uma população.

Assim sendo, como se pode ver no quadro n.º4, a amostra do trabalho são todos os autos de notícia, elaborados no CTer de Faro em 2011, que constituam crimes contra os militares da GNR.

De referir, que os crimes participados pelos militares que não pertenciam às subunidades referidas no quadro, mas que pertenciam a outras do CTer de Faro, foram contabilizados nas subunidades da área em que ocorreram, visto serem situações esporádicas.⁴¹

Quanto às entrevistas, a amostra são alguns dos militares seleccionados entre todos os que estiveram envolvidos em incidentes de que resultaram agressões contra os militares, como já tinha sido anteriormente referido.

Quadro n.º 4 - Caraterização do Universo e Amostra (autos de notícia)

Comando Territorial de Faro																										
Dter Albufeira			Dter Faro		Dter Loulé					Dter Portimão					Dter Silves					Dter Tavira						
SDter Albufeira	PTer Olhos D'Àgua	PTer Paderme	PTer Faro	PTer Olhão	PTer S.B. Alportel	PTer Loulé	PTer Almarcil	PTer Quarteira	PTer Salir	PTer Vila Moura	PTer Portimão	PTer Aljezur	PTer Lagos	PTer Monchique	PTer Odeceixe	PTer Vila do Bispo	PTer Silves	PTer Armação de Pera	PTer Carvoeiro	PTer Lagoa	PTer S.B. Messines	PTer Tavira	PTer Alcoutim	PTer Castro Marim	PTer Martinlongo	PTer V.R.S. António
31	3	0	9	4	4	16	2	6	0	3	3	0	1	4	0	1	5	10	3	5	2	8	0	5	0	8
34			17		27					9					25					21						
133																										

⁴¹ Foi o caso do DInter. e NPA.

Capítulo 4

Apresentação, análise e discussão dos resultados

4.1. Introdução

No capítulo anterior, abordou-se a metodologia utilizada no estudo realizado; neste capítulo, apresentam-se os resultados dos dados recolhidos e das entrevistas realizadas. Dos dados que foram alvo de tratamento estatístico, apresentam-se tabelas e gráficos que permitem efetuar diversas comparações e deduções. Na análise dos dados das entrevistas são elaborados quadros síntese, com as respostas dos diversos entrevistados, de forma a clarificar e completar os dados obtidos na análise estatística.

4.2. Análise e descrição dos dados

4.2.1. Caracterização das ocorrências analisadas

Relativamente às 133 ocorrências identificadas e analisadas, há diversos aspetos que são importantes descrever para melhor se perceber o alcance das hipóteses.

Quanto à frequência dos incidentes por DTer e por PTer, conforme o quadro n.º 3, apresentado anteriormente, verifica-se que foi o DTer de Albufeira que mais agressões registou (34 agressões). Em contrapartida, DTer Portimão (9 agressões) foi o que apresentou menos agressões⁴².

No que diz respeito ao tipo de agressões, podemos verificar pela fig. n.º 2, que em 9% (12 agressões) apenas houve agressão física, 36% (48 agressões) foram por agressão verbal e em 44% (58 agressões) houve agressão física e verbal; apresentam-se ainda 11% (15 agressões) por diversas formas de agressão (arremesso de objetos, tentativa de atropelamento, cuspos, aticar animais), que pela sua esporadicidade se agruparam.

⁴² De referir, que o PTer Portimão, o PTer Lagos, PTer Faro, PTer Olhão, PTer Tavira e PTer V.R.S. António partilham a área com a Polícia de Segurança Pública (PSP).

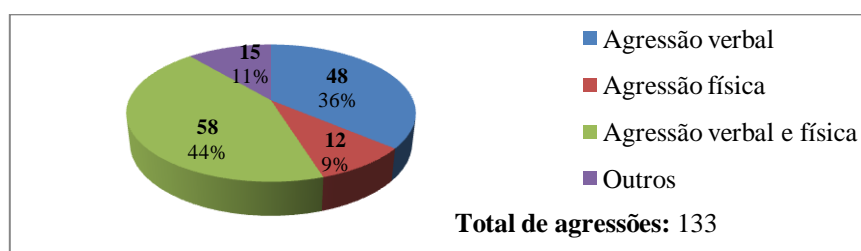


Figura n.º 2 — Tipo de Agressões

Relativamente à fig. n.º 3, intitulada por “Agressões por mês”, observa-se que os meses de março e maio, com 13,5% (18 agressões) e 14,3% (19 agressões) respetivamente, foram os meses que mais agressões registaram contra os militares da GNR. Em contrapartida, os meses de fevereiro e dezembro, com 5,3% (7 agressões) e 4,5% (6 agressões) respetivamente, foram os meses do ano de 2011, que menos agressões ocorreram.

Quanto ao dia de semana, pela análise da fig. n.º 4, observa-se que o número de agressões aumenta no fim de semana.

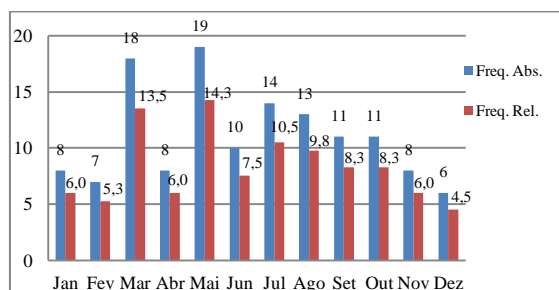


Figura n.º 3 — Agressões por mês

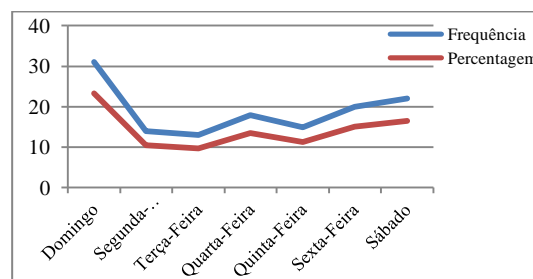


Figura n.º 4 — Ocorrências por dias de semana

No que respeita à hora do dia em que as ocorrências aconteceram, pensou-se em dividir em três períodos, esses coincidentes com os turnos dos militares; mas, após melhor avaliação e tendo em conta que não é objetivo estudar o turno mais ou menos afetado, decidiu-se dividir em quatro períodos (quadro n.º 5). Assim sendo, há dois períodos que se destacam com mais agressões. São eles o período compreendido entre as 00h00m e as 05h59m, registando 30,8% das agressões, e o período compreendido entre as 18h00m e as 23h59m, em que se registaram 33,1% das agressões. O período 06h00m-11h59m, com 15,8%, foi o que menos agressões registou. Quanto ao número de agressores por

ocorrência (fig. n.º 5), verificaram-se 146 agressores para 133 ocorrências; assim, em 90% (120) das ocorrências as agressões foram praticadas apenas por um agressor, e, nos restantes 10% (13) das ocorrências, as agressões foram perpetradas por 2 agressores.

Quadro n.º 5 – Períodos das Agressões

Período	Freq. Abs.	Freq. Rel.	Freq. Rel. Ac.
00h00m - 05h59m	41	30,8%	30,8%
06h00m - 11h59m	21	15,8%	46,6%
12h00m - 17h59m	27	20,3%	66,9%
18h00m - 23h59m	44	33,1%	100,0%
Total	133	100,0%	

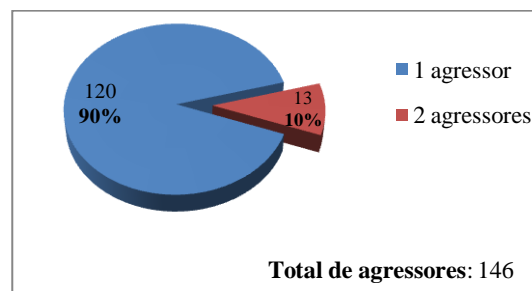


Figura n.º 5 — Agressores por Ocorrência

4.2.2. Caracterização dos militares agredidos

Relativamente ao género dos militares agredidos constatou-se claramente, através dos autos de notícia analisados e como podemos ver pela figura n.º 6, que de um total de 278 militares, houve uma proeminência de militares agredidos do género masculino, com 96% (267 militares) contra 4% (11 militares) do sexo feminino. Convém referir, que esta disparidade é compreensível porque o CTer de Faro, em 2011, apenas possuía 75 militares femininas.

No que diz respeito às idades dos militares agredidos, verificou-se que recaiu maior incidência (133) sobre os militares mais jovens, com idades compreendidas entre os 24 e os 28 anos, o que se constata claramente na figura n.º 7.

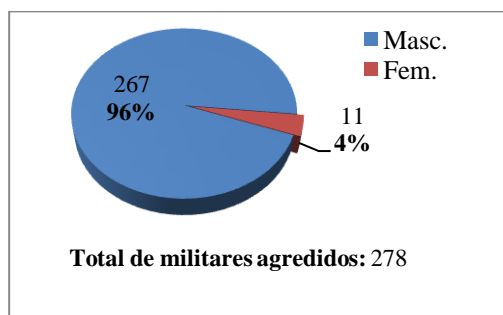


Figura n.º 6 — Género dos militares agredidos

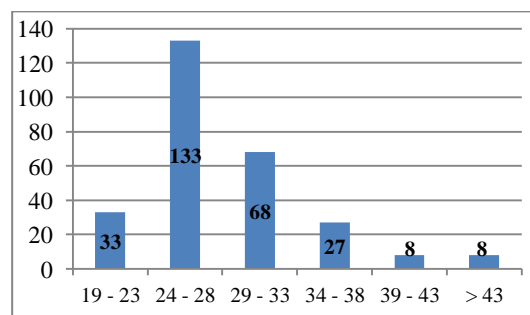


Figura n.º 7 — Militares agredidos por classes de idade

Quanto às habilitações literárias, observa-se, através do quadro n.º 6, que 42,75% (118) dos militares possuíam o 12.º ano de escolaridade e 30,66% (84) dos militares agredidos possuíam o 3.º ciclo (9.º ano).

Quadro n.º 6 — habilitações literárias dos militares agredidos

Níveis Ensino ⁴³	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
< 4.º ano	0	0
1.º ciclo ⁴⁴	1	0,36
2.º ciclo (5.º - 6.º ano)	2	0,72
3.º ciclo (7.º - 9.º ano)	84	30,66
10.º ano	36	13,14
11.º ano	28	10,22
12.º ano	118	42,75
Ensino Superior	7	2,54
Total	276⁴⁵	100%

O tipo de serviço que os militares desempenhavam no ato da agressão encontra-se plasmado na figura n.º 8. Observa-se que as agressões incidiram predominantemente, sobre os militares que se encontravam a desempenhar o serviço de patrulha às ocorrências (184), sendo que, embora com bastante disparidade, aparece em segundo lugar, com 34 agressões, os militares que se encontravam a desempenhar outro tipo de patrulhas (auto, moto e ciclo). Com menor registo aparece o serviço remunerado, que apresentou 4 militares agredidos

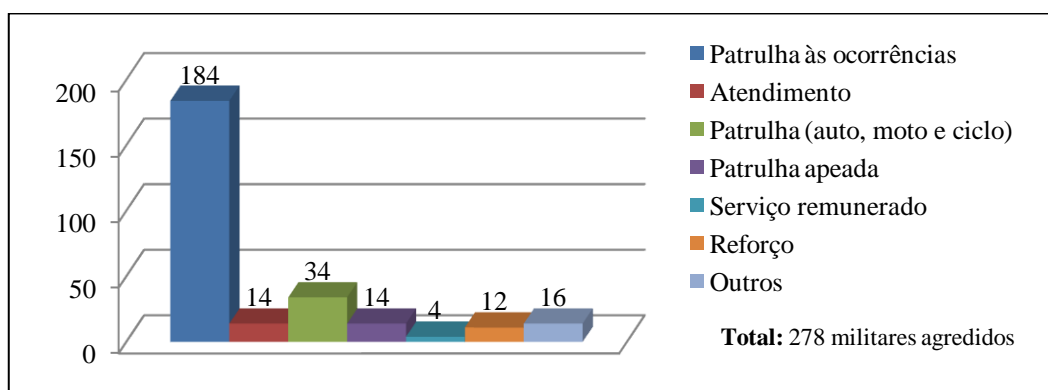


Figura n.º 8 — Militares agredidos por tipo de serviço

⁴³ Cfr. www.gepe.min-edu.pt.

⁴⁴ 1.º ciclo, significa aprovação na 4.ª classe.

⁴⁵ Não se conseguiu identificar a escolaridade de 2 militares, daí o número ser inferior.

4.2.3. Caraterização dos Agressores

No que concerne ao género do agressor, de acordo com a fig. n.º 9, constatou-se que o masculino foi o que teve mais tendência para agredir os militares da GNR. Deste modo, 92% dos agressores eram do sexo masculino, e 12% eram do sexo feminino. No que concerne ao estado civil, a maioria (66%) dos agressores eram solteiros (fig. n.º 10).

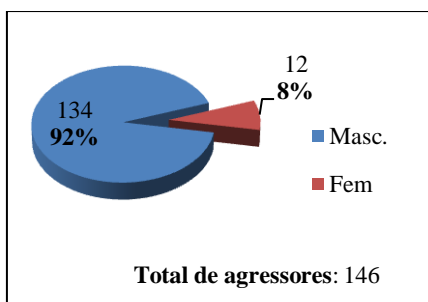


Figura n.º 9 — Género dos agressores

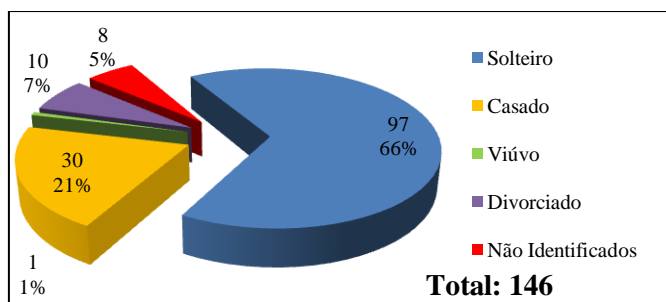


Figura n.º 10 — Estado civil dos Agressores

Relativamente à idade dos agressores, podemos verificar pela figura n.º 19, que a idade dos agressores apresenta uma média de 36,28 anos, e um desvio padrão de 11,036, que significa uma grande dispersão das idades. Os agressores com idade compreendida entre os 20 e 30 anos, foram os que mais agressões (16) dirigiram aos militares da GNR.

A nacionalidade dos agressores, como mostra a fig. n.º 10, é maioritariamente portuguesa. Contudo, identificou-se uma vasta diversidade de nacionalidades, das quais se evidenciam a Inglesa e a Bósnia, com 8 e 6 agressores respetivamente.

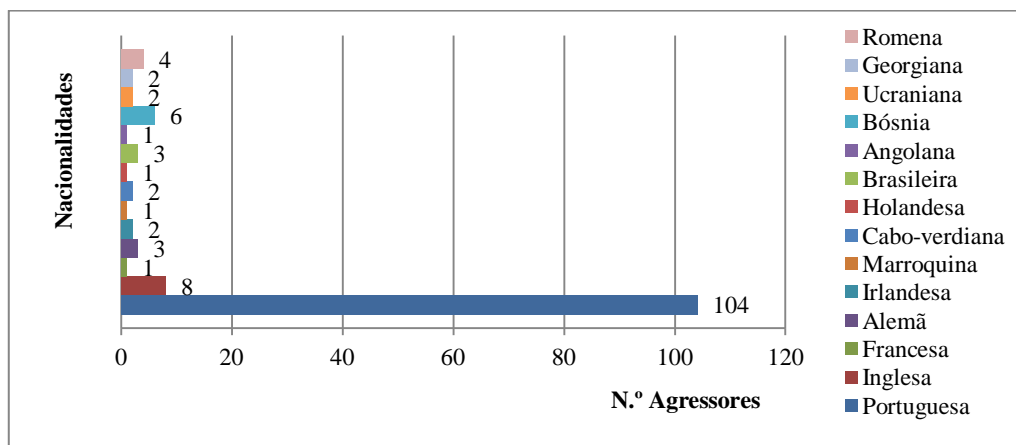


Figura n.º 11 — Nacionalidades dos agressores

Pelo analisado nos 133 autos de notícia, constatou-se, pela descrição dos fatos, que grande número de agressores apresentava indícios de estar sob influência de álcool ou outras substâncias. Resolveu-se então, dividir em os agressores em três grupos (Sim; Não; e Talvez, não testado); o “Sim” significa que os agressores foram testados com resultado positivo; o “Não” significa que foram testados e deu resultado negativo ou então pela natureza da ocorrência e descrição dos fatos, tudo indicava que não estavam influenciados; o “Talvez, não testado” quer dizer que havia grande probabilidade de os agressores se encontrarem sob influência do álcool ou outras substâncias, nomeadamente pela descrição do autuante no expediente, mas que não foi testado ou então recusou-se. Desta forma, observando a figura n.º 12, conclui-se que em apenas 28% das ocorrências, o álcool ou outras substâncias não estavam presentes. Pelo que podemos deduzir que os restantes agressores encontravam-se sob o efeito do álcool ou outras substâncias.

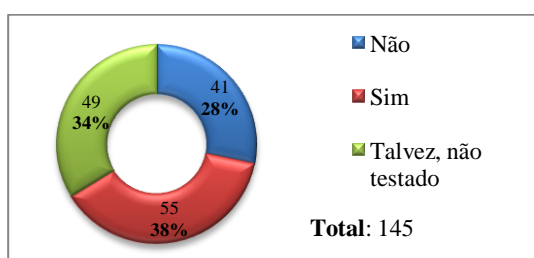


Figura n.º 12 — Influência de álcool ou outras substâncias nos agressores

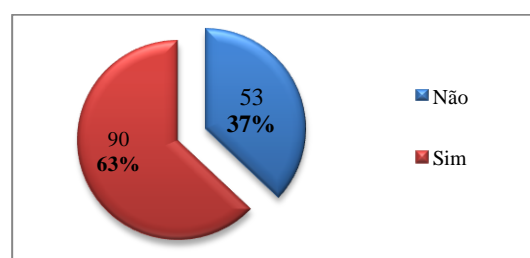


Figura n.º 13 — Agressores residentes na área da agressão

Um aspeto importante e pertinente é perceber se o agressor atuou ou não na sua área (município) de residência. Avaliar este aspeto foi complicado, porque nem sempre o expediente estava completamente preenchido, na medida que não se conseguiu identificar se 2 dos agressores residiam dentro ou fora da área de residência. Assim sendo, como mostra a fig. n.º 13, verificou-se que 37% dos agressores não residiam na área em que perpetraram as agressões, enquanto que, os restantes 63% residiam na mesma área.

4.3. Análise e descrição das Entrevistas

De seguida, procede-se à apresentação e análise de cada uma das perguntas que constituem a entrevista, tendo como base uma sinopse de todas as respostas dos

entrevistados. Este método de análise vai permitir a comparação de respostas e posteriormente uma eventual validação das hipóteses e questões derivadas.

Foram solicitadas entrevistas a dezanove (19) dos militares agredidos com reincidência, tendo-se apenas obtido cinco (5), e uma delas foi efetuada presencialmente.

4.3.1. Análise das Respostas à questão n.º 1

O quadro n.º 7, apresenta a sinopse à pergunta: **Perante uma situação de desordem pública ou de distúrbios, que seja comunicada e solicitada a presença da GNR, o militar de atendimento tem a preocupação de colher o máximo de informação sobre o incidente, com intuito de colocar a patrulha às ocorrências (PO), plenamente inteirada da situação?**

Quadro n.º 7 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 1

E _n	Resposta	Ic
Nº 1	“Principalmente, o número aproximado de intervenientes, e se o denunciante sabe se há armas, e ainda é pedido ao atendimento para recolher a identidade e contacto do denunciante, e se possível fazer uma chamada ao mesmo para confirmar a chamada. Mas nem sempre isto é efetuado, infelizmente”.	N.º intervenientes Existência de armas Veracidade da chamada.
Nº 2	“Por vezes o atendimento/central rádio não segue uma lista de parâmetros necessários para que a patrulha na rua consiga constatar o que realmente se passa no local, a fim de preparar uma intervenção no sentido de solucionar a situação com a maior eficácia e brevidade possível. As questões “número de indivíduos”, “género de distúrbios” (um indivíduo contra outro, um grupo contra um grupo ou um indivíduo contra um grupo), “local onde ocorre o incidente” (com referências no terreno), “movimentações após as agressões” (para onde se deslocam, se estão em fuga, se seguem em viaturas), “características” (roupas, etnias, sinais mais evidentes), são por vezes descuradas, o que na comunicação da situação não dá a possibilidade aos militares de se prepararem para a realidade da ocorrência”.	Incumprimento de parâmetros necessários. N.º indivíduos; Tipo de distúrbio. Local exato, com pontos de referência. Movimentações após as agressões; Caraterísticas dos agressores
Nº 3	“Sim”.	
Nº 4	“Deveria realmente ser assim, mas atualmente vê-se que não ocorre a exploração completa da notícia por parte do militar de atendimento, sendo que posteriormente muitas vezes depara-se com a comunicação da ocorrência por exagero”.	Não há exploração completa da notícia.
Nº 5	“Eu tento obter o máximo de informação possível, mas como é óbvio, falha sempre alguma coisa. Mas, infelizmente, há muitos camaradas que não têm esse hábito, que é preocupante. Um bom serviço de atendimento é fulcral para a intervenção da GNR ser bem-sucedida. Neste tipo de situações, deve ser também acionado um meio de socorro (ambulância).” Mas respondendo à questão, caminhamos num bom sentido.”	Ainda há militares que não obtém máximo de informação.

Podemos verificar pela análise à questão n.º 1, que ainda existe muitas lacunas no serviço de atendimento. Dos 5 entrevistados, apenas 1 (20%) referiu que os procedimentos são sempre adotados de forma a obter o máximo de informação; os outros 4 entrevistados (80%) referiram que o militar que se encontra de atendimento não efetua a exploração

completa da notícia. Foi também referido que há aspetos essenciais a obter neste tipo de situações, tais como: o número de intervenientes, existência de armas, veracidade da comunicação, tipo de distúrbio, localização exata com pontos de referência, movimentações após as agressões, e caracterização dos agressores.

4.3.2. Análise das Respostas à questão n.º 2

O quadro n.º 8, apresenta a sinopse à pergunta: **Quando se encontra de serviço de atendimento ao público e lhe é solicitada a presença da GNR para uma situação que em princípio poderá despoletar uma agressão sobre o militar, como costuma proceder?**

Quadro n.º 8 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 2

E _n	Resposta	Ic
Nº 1	“Eu, habitualmente, não faço serviço de atendimento, mas na eventualidade de receber uma denúncia de desacatos, antes de acionar a patrulha as ocorrências, sigo os procedimentos atrás mencionados, confirmo a escala PIR, e faço uma comunicação radio, a todas as patrulhas disponíveis”.	Seguir procedimentos Comunicação para o PIR e patrulhas disponíveis
Nº 2	“Informar a patrulha com os pontos referidos no número anterior, informar o graduado/comandante em caso de ser uma situação gravosa que possa colocar gravemente em causa a integridade física dos militares e ser necessário uma intervenção além das patrulhas disponíveis”.	Seguir procedimentos Comunicar com escalão superior Solicitar reforço de outras patrulhas
Nº 3	“Procedo de forma a salvaguardar a integridade física dos meus militares, adequando o uso da mínima força para qualquer tipo de situação, tendo em atenção que qualquer ameaça seja ela de que tipo for, deve ser imediatamente repelida”	Salvaguardar integridade física dos militares. Repelir ameaças.
Nº 4	“Por norma mando apoio à patrulha de ocorrências”.	Apoio à PO
Nº 5	“Obter o máximo de informação sobre o incidente, nomeadamente a natureza da ocorrência. Importante será também, colocar pronto a intervir algum reforço, como o PIR ou outras patrulhas”.	Máximo informação sobre ocorrência; Colocar reforço em alerta.

Questionados os entrevistados, sobre o seu procedimento perante uma solicitação da GNR, para uma ocorrência com risco de agressão aos militares, obteve-se uma opinião consensual. Todos os entrevistados evidenciam a prioridade em obter o máximo de informação a fim de salvaguardar a sua integridade. Neste sentido, foi também referido que quando estão a desempenhar o serviço de atendimento, e se deparam com situações de risco, para além de informar a PO, também informam o escalão superior e colocam o PIR e as outras patrulhas existentes em reforço e prontidão.

4.3.3. Análise das Respostas à questão n.º 3

O quadro n.º 9, apresenta a sinopse à questão: **A comunicação deste tipo de situações à PO, é efetuada via rádio ou por outra via? Porquê?**

Quadro n.º 9 - Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 3

E_n	Resposta	Ic
Nº 1	“Deve ser sempre ao rádio, pois tem sempre uma maior probabilidade de ser acompanhada das outras patrulhas, mas infelizmente tem sempre uns camaradas que preferem o telemóvel, a lei do menor esforço, que expõe os outros ao perigo”.	Via rádio, porque permite informar o restante dispositivo
Nº 2	“Atendendo à realidade que me deparei no ano de 2010 e 2011, as comunicações são em grande parte efetuadas por via rádio. Atendendo à realidade que me deparei no ano de 2010 e 2011, as comunicações são em grande parte efetuadas por via rádio.”	Via rádio
Nº 3	“Via Rádio, visto haver uma maior celeridade na resposta às ameaças”.	Via rádio
Nº 4	“Deverá ser por via rádio, para que todas as patrulhas possam ficar inteiradas da situação e possam acorrer ao local sem demora”.	Via rádio, porque permite apoio mais rápido.
Nº 5	Este tipo de situações devem ser sempre transmitidos pelo rádio, pois permite informar o restante dispositivo; mais, é fundamental que seja ao rádio, porque assim a comunicação é ouvida por todos os militares que compõem a patrulha, havendo mais retenção de informação, enquanto se for por telemóvel, apenas há um recetor”.	Via rádio, porque permite informar restante dispositivo. Ser ouvida por todos militares da PO.

Perante a necessidade de comunicar uma ocorrência que possa colocar em causa a integridade física da PO, todos os entrevistados referiram que o melhor meio para o fazer é através do rádio. Justificando a escolha, todos referiram que a comunicação ao ser efetuada pelo rádio, permite informar o restante dispositivo, e, ao ser ouvida por todos os militares que compõem as patrulhas, permite uma retenção de informação maior.

4.3.4. Análise das Respostas à questão n.º 4

O quadro n.º 10, apresenta a sinopse à pergunta: De forma genérica, como descreve a evolução do incidente que resulta em agressões contra o(s) Guarda(s)? Conflito verbal inicialmente e depois agressão física ou o inverso?

Quadro n.º 10 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 4

E_n	Resposta	IC
Nº 1	“Habitualmente começa com injúrias, e depois para consumir a detenção acaba no confronto físico”.	Injúrias seguidas de confronto físico
Nº 2	“Atendendo à realidade que me deparei no ano de 2010 e 2011, nas situações em que existia agressão física, a grande parte das mesmas partiam desse ponto, ou seja, a PO chega ao local e ainda se encontram a decorrer as agressões, pelo que é necessário intervir com a mínima força necessária a fim de cessar os atos, facto que despoleta as agressões por parte dos cidadãos envolvidos contra os militares intervenientes. As situações que partiam do diálogo para agressão estão praticamente todas relacionadas com o consumo de álcool ou substâncias por parte dos cidadãos, sendo que os seus atos de agressão não são possíveis de evitar com diálogo”.	Uso estritamente necessário da força por parte dos militares, a fim de pôr cobro aos incidentes; Ocorrências que começam com conflito verbal, associam-se ao consumo de álcool e outras substâncias.
Nº 3	“Começa inicialmente pela agressão verbal”	Agressão verbal
Nº 4	“Conflito verbal seguido de conflito físico”	Inicialmente verbal
Nº 5	“Há situações e situações. Mas, a maioria das agressões físicas decorre das agressões verbais. São poucas as vezes que há apenas agressões físicas, e mesmo essas, levam sempre a agressões verbais, quanto não seja pela força usada na detenção.”	Agressão verbal seguida de agressão física.

Quanto à evolução do incidente, as respostas obtidas foram unânimes. Todos responderam no mesmo sentido, ou seja, inicialmente ocorrem as agressões verbais e seguidamente as agressões físicas. Também, foi referido por um dos entrevistados, que as agressões contra os militares decorrem da necessidade daqueles intervir prontamente de forma a cessar determinada conduta ilícita; tal verifica-se quando os militares têm de intervir com o uso da força, ação essa que é mal interpretada pela sociedade, e de imediato assume uma atitude hostil para com os militares. O mesmo entrevistado realçou que grande parte das ocorrências estão associadas ao consumo de álcool e outras substâncias, o que inviabiliza solucionar a situação apenas como diálogo.

Outro entrevistado, evidenciou que por vezes os próprios militares provocam agressão ou a continuação da mesma, nomeadamente no momento da detenção, em que se usa mais que a força estritamente necessária.

4.3.5. Análise das Respostas à questão n.º 5

O quadro n.º 11 apresenta a sinopse à pergunta: **Na sua opinião e pelas ocorrências que tem sido ou foi solicitado, qual será o principal motivo que leva o(s) agressor(es) a ter uma conduta agressiva perante os militares da GNR?**

Quadro n.º 11 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 5

E_n	Resposta	Ic
Nº 1	“A inércia dos tribunais, e a triste política do civil tem sempre razão, e a má preparação dos militares ao não quererem fazer o expediente muitas vezes deixam que os civis «cresçam»”.	Justiça lenta; Opinião pública; Militares inseguros
Nº 2	“O agressor não respeita qualquer género de indicação/ordem dada, mantendo em muitos dos casos uma conduta bastante provocatória contra o militar com o intuito de fazer o mesmo «perder a cabeça». Conciliando ainda que a presença dos militares atribui por vezes ao agressor a indicação que é um “inimigo”, facto que por vezes quando existem rixas entre grupos, e com uma intervenção da GNR os mesmos se «unem» contra a Guarda.”	Agressor não é cooperante; Presença de muito público, origina solidariedade para com o agressor.
Nº 3	“Estado de alteração psicológico”.	Alteração psicológica
Nº 4	“Falta de brio, aprumo, desleixo e profissionalismo por parte dos militares, uma vez que numa patrulha a dois ou a três consegue-se ver muitas vezes três tipos de fardamento o que numa perspectiva do cidadão comum é visto como falta de organização; temos também o excesso de confiança que é dado pelos militares ao chegar à ocorrência uma vez que muitas vezes não se conseguem manter neutros perante a ocorrência”.	Pouco brio, aprumo e profissionalismo; Excesso de confiança
Nº 5	“Não há situações iguais. Contudo, os militares têm de estar preparados para o pior. Mas, na minha opinião, a forma como se chega à ocorrência e aborda os cidadãos são fundamentais. Um militar da GNR tem de se abstrair de determinadas coisas, manter o bom senso e ser tolerante. Não tenho dúvidas que o diálogo é muitas vezes a solução. Assim, pelo que já vi e ouvi, são os próprios militares que fomentam a agressão, pois são muito impulsivos e com um temperamento medíocre”.	Forma como os militares encaram o incidente é preponderante para evitar a agressão

Nesta questão, encontramos uma maior diversidade de respostas, pois se as anteriores eram unânimes, esta não é tanto. Todos os entrevistados invocaram motivos diferentes: o entrevistado n.º 1 referiu como principais motivos a lassidão da justiça, a opinião pública e a insegurança dos militares, sobretudo na realização do serviço; o n.º 2, referiu que os agressores não são cooperantes, não acatam as ordens emanadas pelos militares, e que facilmente se reúne muito público, o que faz com que os agressores se sintam protegidos e se insurjam contra a GNR; o entrevistado n.º 3, apenas realçou a alteração do estado psicológico, que atua como causa das agressões contra os militares da GNR; quanto ao entrevistado n.º 4, o mesmo referiu que um dos grandes motivos é a imagem que os militares transparecem, ou seja, a falta de brio, atavio e profissionalismo no desempenho da missão. Diversas são as vezes que os militares se apresentam mal uniformizados, o que é de imediato apontado pelo cidadão e entendido como falta de organização; outro aspeto apontado por este entrevistado, é a dificuldade que os militares possuem em serem imparciais perante as ocorrências. Na opinião do entrevistado n.º 5, a forma como os militares abordam a ocorrência é preponderante para evitar a agressão. Eles, têm de ir preparados para enfrentar o pior cenário possível, o que não acontece; há um excesso de zelo da parte deles que pode originar resultados desagradáveis. O entrevistado acrescentou, que um militar da GNR tem de se abstrair de determinadas

coisas, manter o bom senso e ser tolerante; por fim, referiu que o diálogo é muitas vezes a solução, mas são os próprios militares a fomentarem a agressão.

4.3.6. Análise das Respostas à questão n.º 6

O quadro n.º 12, apresenta sinopse à pergunta: **No seu entendimento, uma patrulha composta por três militares ou mais desencorajaria o(s) agressor(es) e teria evitado algumas agressões? Ou as agressões ocorreriam à mesma?**

Quadro n.º 12 — Quadro de análise de conteúdo à questão n.º 6

E _n	Resposta	Ic
Nº 1	“Em algumas vezes sim seria um fator dissuasor, mas as viaturas deviam de ser equipadas com gás pimenta e <i>taser</i> , uma coisa que nunca entendi em serviço; o caso dos elementos GIOP, que são bem treinados, melhor remunerados e atuam em equipa têm direito ao material, os patrulheiros que andam a dois, e não tem hipóteses de ter treino físico devido à grande carga de serviço, as vezes cometem-se grandes excessos por se estar mal equipado.”	Fator dissuasor em algumas situações; Viaturas equipadas com gás pimenta e <i>taser</i> ;
Nº 2	“O número de militares, na minha opinião e atendendo à realidade do PTER onde me encontrava à data pedida para este estudo não é o fator principal, mas sim a imagem que transparece para o agressor; isto é, “impõe” e transmite mais respeito dois militares do GIOP devido à farda que usam, do que três ou quatro militares do PTER com farda n.º2.”	Nº militares não é fator principal, mas a apresentação dos mesmos já influencia.
Nº 3	“As agressões ocorrem independentemente do número de elementos que componham uma patrulha”.	n.º militares não influencia.
Nº 4	“De maneira nenhuma, muitas vezes uma parelha bem enquadrada, apumada e treinada desencoraja muito mais o adversário se atuar com profissionalismo e souber o que está a fazer do que uma trielha”	Preponderância ao enquadramento, aprumo e treino.
Nº 5	“Em determinadas situações poderia ser determinante; contudo o sucesso depende essencialmente da abordagem efetuada por nós militares. A patrulha até pode não ser de grande porte físico, mas se tiver os “pés bem calçados”, ou seja, souber o que está a fazer dentro da Lei e ter confiança de que a sua ação é a mais correta para a situação, certamente que é bem-sucedida. É claro, que há sempre variáveis que não se conseguem controlar, mas mesmo assim, se cumprirem com o que está estabelecido e adotaram os procedimentos devidos, a probabilidade de resolverem a situação sem danos é grande, mesmo com apenas dois elementos”.	Conhecimento da Lei; Confiança na sua ação Procedimentos corretos.

As respostas apresentadas por todos os entrevistados seguiram a mesma linha de orientação, sendo o número de militares pouco determinante para evitar ocorrências com agressões contra os militares. Assim sendo, o entrevistado n.º1, referiu que o número de militares poderá, em algumas situações, ser um elemento dissuasor; mas, mais eficaz que a quantidade de militares, seria haver meios e equipamentos ao dispor da patrulha, ou seja, armas menos letais. Com a possibilidade de recorrer a equipamentos como gás pimenta e pistola *taser*, os militares colocariam cobro a condutas hostis mais eficazmente, assim como mostravam mais capacidade, ou seja, poder de dissuasão. O entendimento do

entrevistado n.º 2 é idêntico ao do anterior; o número de militares não é determinante para evitar as agressões, mas sim a forma como se apresentam e se uniformizam. O entrevistado n.º 3, desassocia a ocorrência de agressões ao número de militares que compõem a patrulha, pois, as agressões ocorrem de qualquer forma. O entrevistado n.º 4, também discorda da primeira parte da questão, visto que, o número de militares não interessa, mas sim o nível de preparação e enquadramento que os mesmos possuam. Quanto ao entrevistado n.º 5, este apresenta uma opinião muito peculiar relativamente aos restantes; entende que o número de militares pode, eventualmente, dissuadir a ação do adversário, mas, o enfoque especial dado por este militar entrevistado, vai para o conhecimento da Lei, a confiança na própria ação e adoção dos procedimentos corretos, por parte dos militares.

Resumindo, todos os entrevistados não veem o número de militares como prioridade, mas sim aspetos como preparação e treino dos militares, vontade para executar o serviço, brio e aprumo, conhecimento da legislação e utilização de outros equipamentos.

4.4. Verificação das Hipóteses

Estudaram-se as ocorrências do ano de 2011, que resultaram em Agressões aos militares do CTer Faro, como já foi mostrado no capítulo anterior. De seguida, apresentam-se as hipóteses formuladas no início do trabalho, a fim de serem verificadas ou refutadas.

4.4.1. Hipótese n.º 1

H1 — As agressões aos militares da GNR dependem do tipo de ocorrência e do período semanal em que ocorre.

Pela análise do quadro n.º 13⁴⁶, verifica-se uma distribuição diferenciada de agressões quanto ao tipo de ocorrência e o período semanal. Evidencia-se logo o tipo de ocorrência classificada como "outros"⁴⁷, que abrange uma enorme diversidade de situações com frequência reduzida. Os dois tipos de ocorrência que mais agressões originaram, foram a "Fiscalização" (18 ocorrências) e os "distúrbios em via pública" (15 ocorrências). Verifica-se também, que ambas as ocorrências ocorrem com uma frequência quase igual

⁴⁶ Cfr. Apêndice B.1.

⁴⁷ Agressões, injúrias e ameaças a terceiros, danos, posse droga, urinarem em eventos, arremesso de objetos, incêndios, entre outros.

em ambos os períodos. Contrariamente, as ocorrências por acidente de viação, são aquelas que menos vezes resultaram em agressões para os militares da GNR, em ambos os períodos.

Até que ponto podemos deduzir que a diversidade do tipo de ocorrências está associada ou não ao período semanal? Para esta análise não nos basta a análise descritiva acima referida. Para tal, recorreu-se ao teste do Qui-Quadrado⁴⁸, teste que afere a independência entre variáveis. Obteve-se uma significância estatística ($\alpha_{est}=0,754$) superior ao nível de significância pré-estabelecido para o estudo ($\alpha=0,05$). Sendo assim, o teste de Qui-Quadrado diz-nos que existe significância estatística para deduzirmos que existe independência entre as variáveis, ou seja, a variação do número de agressões, dentro dos diferentes tipos de ocorrências, não está associada ao período semanal das ocorrências. Em suma, as ocorrências, nas suas diversas tipologias, ocorrem independentemente do período semanal. A variação de uma variável não está associada à variação da outra e vice-versa, pelo que se refuta a nossa hipótese.

4.4.2. Hipótese n.º 2

H2 — O tempo de serviço dos militares está associado ao número de militares agredidos por ocorrência.

De acordo com a figura n.º 8, representada no capítulo anterior, podemos verificar que o serviço de patrulha às ocorrências foi aquele que se deparou com mais incidentes de agressões contra os militares. No ano de 2011, foram agredidos 278 militares no CTer de Faro, sendo que 184 desses militares estavam a desempenhar o serviço de “patrulha às ocorrências”. O serviço que aparece em segundo lugar é o de “patrulha (auto, moto e ciclo)” com 34 militares agredidos. No entanto, verifica-se que entre o serviço de maior ocorrência de agressão e o seguinte, existe uma diferença substancial de 150 militares agredidos. No oposto, aparece o “serviço remunerado” como aquele serviço de que resulta menor número de agressões.

Através da figura n.º 14, verifica-se que 33,% (44 casos) das ocorrências resultaram em agressões a militares que se encontravam a desempenhar outro tipo de serviço que não

⁴⁸ Cfr. quadro n.º 14 do Apêndice B.2.

o de “patrulha às ocorrências”. Por sua vez, 52% (69 casos) das ocorrências, foram sobre a “patrulha às ocorrências”⁴⁹, constituída por dois militares.

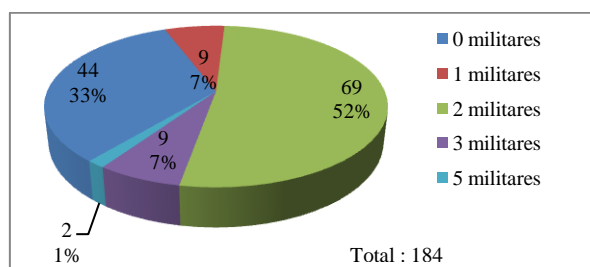


Figura n.º 14 — Militares agredidos no desempenho da PO

Pela análise da figura n.º 17⁵⁰, constatamos que há uma maior concentração de ocorrências com agressão aos militares, nos grupos em que a média do tempo de serviço é menor. Por exemplo, em 21 ocorrências a média de tempo de serviço dos militares agredidos é de 2 anos e em 13 ocorrências a média era de 3 anos de serviço. Contrariamente, a menor concentração de ocorrências com agressão aos militares, encontra-se nas médias de tempo de serviço mais elevadas, o que nos pode levar a concluir que com o tempo de serviço, se vai adquirindo experiência suficiente para evitar determinadas situações; também, a presença de militares mais experientes, leva a que os possíveis agressores ponderem a agressão.

Ainda pela análise do mesmo gráfico, podemos ser induzidos a afirmar que quanto menor for a média do tempo de serviço, maior é a tendência para os militares serem agredidos. Sendo assim, recorreremos a um teste estatístico fiável para mostrar se existe alguma relação entre as variáveis em questão. Com recurso aos testes de correlação, ou seja, testes de relações de variáveis quantitativas, pretende-se mostrar se existe ou não essa relação.

Em primeiro lugar verificou-se se as variáveis seguem uma distribuição normal, de acordo com o teste da normalidade *Kolmogorov-Smirnov*^{51 52}, ambas as variáveis não seguem uma distribuição normal. Por isso devemos optar pelo coeficiente de correlação de *Spearman*⁵³ no teste de verificação da associação entre as variáveis.

⁴⁹ Importa referir que estes números devem-se a dois motivos: o facto de a PO ser aquela que mais exposta se encontra, pela missão que desenvolve; segundo, porque os militares em início de carreira, desempenham todos a função de patrulheiro.

⁵⁰ Cfr. Apêndice C.1.

⁵¹ Este teste dirige-se a amostras superiores a 50.

⁵² Cfr. Quadro n.º 15 (Apêndice C.2).

⁵³ Cfr. Quadro n.º 16 (Apêndice C.3).

Assim sendo, olhando aos valores de significância do teste ($\alpha_{\text{est}}=0,254$) verifica-se que, por ser superior ao coeficiente de significância pré-determinado ($\alpha=0,05$), encontra-se evidência empírica necessária e estatisticamente significativa para se concluir que não existe correlação entre a média de tempo de serviço dos militares em cada incidente e o número de militares agredidos. Ou seja, o número de militares agredidos não está associado ao tempo médio de serviço dos militares, pelo que, se pode considerar a presente hipótese refutada.

4.4.3. Hipótese n.º 3

H3 — O número de agressores estrangeiros é maior na época balnear, isto é, nos meses de julho, agosto e setembro.

Existe uma ideia generalizada de que a época balnear é mais propícia a agressões aos militares da GNR por parte de estrangeiros. Pela análise da figura n.º 17⁵⁴, verifica-se que efetivamente existem mais agressores estrangeiros na época balnear (jul-set) do que nos restantes trimestres. Para 23 agressores nacionais existem 15 agressores estrangeiros no referido período; por sua vez, o primeiro trimestre do ano reflete uma maior variação entre agressores estrangeiros e agressores nacionais (25 portugueses e 8 estrangeiros). Esta análise visual do gráfico não é estatisticamente correta e válida para se inferir na população. Assim, devemos proceder a uma análise mais cuidada e adequada para concluir sobre a hipótese que se colocou.

Em primeiro lugar, iremos verificar se as variações dos incidentes, nos diferentes trimestres, estão associadas ao facto dos agressores serem nacionais ou estrangeiros. Para tal, recorreu-se a um teste de verificação de independência entre as variáveis (teste Qui-Quadrado)⁵⁵. Assim, verifica-se que não existe associação entre as variáveis pois o teste efetuado mostra valores, estatisticamente significativos, para se concluir dessa forma ($\alpha_{\text{est}}=0,288 > \alpha=0,05$). Ou seja, as variáveis são independentes, significando que o fato de ser agressor nacional ou estrangeiro não está associado à alteração do número de incidentes por trimestre.

Já verificado que não existe associação entre o número de agressores estrangeiros e os trimestres, pretende-se agora saber até que ponto existe significância estatística para

⁵⁴ Cfr. Apêndice D.1.

⁵⁵ Cfr. Quadro n.º 17 (Apêndice D.2).

concluir se a média de agressões, entre portugueses e estrangeiros, é afetada por cada trimestre. Segundo a descrição da distribuição de agressões por nacionalidades⁵⁶, retiramos uma média de 0,54 agressores por incidente, com desvio padrão de 0,95 e uma média de 0,78 agressores nacionais por incidente.

Para podermos avançar para um teste de diferenças de médias entre grupos independentes, temos que verificar se as variáveis em estudo seguem alguns pressupostos. Assim, através de um teste sobre a normalidade das variáveis⁵⁷, verificou-se que as variáveis “Total de agressores estrangeiros por incidente” e Total de agressores nacionais por incidente” não seguem uma distribuição normal ($\alpha_{est}=0,0 < \alpha=0,05$).

Sendo assim, avançamos para o teste de *Kruskal-Wallis*⁵⁸ e este diz-nos que não devemos rejeitar a hipótese nula, ou seja, a distribuição das agressões, por estrangeiros e por nacionais, é a mesma entre os quatro trimestres dos anos. Isto significa que, por um lado, apesar de verificar-se, na amostra, um maior número de agressões por estrangeiros na época balnear, existe significância estatística para não inferirmos essa dedução para a população em estudo. Na população, as agressões a militares ocorrerão da mesma forma e variação em todos os trimestres. Por outro lado, o número médio de agressores nacionais por trimestre também não se altera em todos os quatro trimestres.

Concluimos assim, que também esta hipótese não se verifica.

4.4.4. Hipótese n.º 4

H4 — As agressões estão associadas à hora em que ocorrem e à idade dos agressores.

Pretende-se verificar se as agressões aos militares, em horário noturno, ocorrem em situações com agressores mais jovens. É frequente ouvir-se, na opinião pública, que os jovens são mais ativos e mais agressivos durante as saídas noturnas, tornando a missão dos militares da GNR mais difícil durante esse período. Pela análise do gráfico⁵⁹, verifica-se que existe uma grande concentração de agressores com idades entre os 20 anos e os 30 anos e observa-se uma diminuição do número de agressores dos 40 anos. A média de

⁵⁶ Cfr. Quadro n.º 18 (Apêndice D.3).

⁵⁷ Cfr. Quadro n.º 19 (Apêndice D.4).

⁵⁸ Cfr. Fig. n.º 18 (Apêndice D.5).

⁵⁹ Cfr. Fig. n.º 19 (Apêndice E.1).

idades dos agressores é de 36,28 anos, com um desvio-padrão significativamente amplo (11,036).

Verificou-se que a média⁶⁰ da hora de agressão é 12h34m, mas o desvio-padrão amplo (7h33m) não nos indica claramente qual a tendência horária para a ocorrência das agressões sobre os militares da GNR. No entanto, ao agrupar as ocorrências das agressões aos militares em quatro grupos (figura n.º 15) verificamos que há uma tendência para que essas agressões ocorram em horário noturno, visto que 64% das agressões ocorreram entre as 18h00m e as 05h59m.

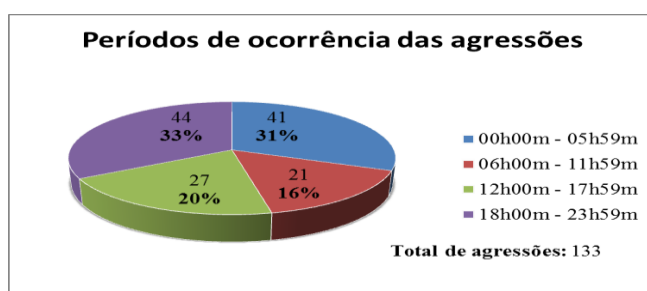


Figura n.º 15 — Períodos de ocorrência das agressões

Sendo assim, pretende-se demonstrar até que ponto poderá existir uma associação entre a idade dos agressores e a hora de ocorrência das agressões. Para tal, recorreu-se a um teste de verificação da existência de correlação entre estas duas variáveis.

Verificada a não normalidade nas distribuições das duas variáveis⁶¹, seguimos para o teste de correlação não paramétrica de *Spearman*⁶². Pela análise dos valores obtidos, decidimos pela rejeição da independência entre a hora de ocorrência das agressões e as idades médias dos agressores. Ou seja, tal como a hipótese inicial nos sugeria, temos significância estatística na nossa amostra, para inferir na população que a variação do número de agressões, em função do período de ocorrência, está associada à variação das idades médias dos agressores. O valor do coeficiente de *Spearman* (0,307) indica-nos que existe uma associação moderada e positiva entre o horário noturno e a maior ocorrência de agressões nos militares. No entanto, apesar de se verificar uma associação entre o período horário e a idade dos agressores, não nos é possível determinar se são os agressores mais jovens que mais atuaram durante os períodos noturnos. Analisando as médias⁶³,

⁶⁰ Cfr Quadro n.º 20 (Apêndice E.2).

⁶¹ Cfr Quadro n.º 21 (Apêndice E.3).

⁶² Cfr Quadro n.º 22 (Apêndice E.4).

⁶³ Cfr Quadro n.º 23 (Apêndice E.5).

verificamos que as idades dos agressores, entre os períodos diários de agressão, não divergem muito umas das outras. No período “00h00m-05h59m” temos uma idade média aproximada de 31,6 anos com desvio-padrão de 8,4 anos. No período “06h00m-11h59m” a idade média dos agressores é de 35,7 anos com desvio-padrão de 12,8 anos. No período “12h00m-17h59m” verifica-se uma idade média de 38,7 anos e um desvio-padrão de 11,9. Por último, no período “18h00m-23h59m”, temos uma idade média de 39,4 anos e um desvio-padrão 10,6 anos.

Apesar de identificarmos idades médias muito aproximadas nos quatro períodos, os desvios-padrões respectivos indicam-nos que poderá haver muita dispersão de idades, em torno das médias de cada período. Por isso, devemos aferir se as variações das médias de idades são iguais em todos os grupos. Recorrendo ao teste de *Kruskal-Wallis*⁶⁴, verificamos que não existem igualdades nas médias de idades dos agressores para os diferentes períodos diários.

Sendo assim, existe significância estatística para se poder inferir na população de que, no período noturno, as agressões aos militares ocorrem com maior frequência por parte de indivíduos mais jovens. Conclui-se então que a presente hipótese se verifica.

4.4.5. Hipótese n.º 5

H5 — O número de agressões a militares está associado ao consumo de álcool ou outras drogas.

Existe uma ideia generalizada de que o álcool está relacionado com uma maior agressividade dos indivíduos. Sendo assim, será que essa ideia também se reflete nos indivíduos que, alterados pelo consumo de álcool ou outras drogas, interagem com os militares da GNR? De acordo com a figura n.º 12, verificamos que existe uma proporção muito próxima entre o número de agressores influenciados pelo álcool ou outras drogas (38%) e os agressores não influenciados pelo álcool ou outras substâncias (28%). Estas diferenças são estatisticamente pouco significativas, visto que, a proporção de indivíduos que indiciavam o consumo de álcool ou outras drogas (categoria “Talvez, não testado”) tem praticamente a mesma proporção (34%) que as restantes.

Assim sendo, podemos dizer que a presente hipótese se considera, parcialmente, verificada.

⁶⁴ Cfr. Fig. n.º 20 (Apêndice E.6).

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

5.1. Introdução

O presente trabalho procurou expor e analisar os elementos ignidores das Agressões contra os militares da GNR no CTer de Faro. Através da análise documental, dos dados estatísticos tratados e das entrevistas que foram realizadas, procurou-se dar resposta aos objetivos que tinham sido delineados para este estudo.

Assim, neste capítulo procurar-se-á enumerar e interpretar algumas respostas às perguntas derivadas formuladas no estreio do trabalho, tendo sempre como suporte a questão de partida. Seguidamente, apresentam-se algumas reflexões finais, que versam sobre as conclusões obtidas e, as dificuldades e limitações que foram sentidas ao longo deste processo de investigação. Por fim, sugerem-se recomendações e investigações futuras.

5.2. Resposta às Perguntas Derivadas

No decorrer do presente estudo, surgiram questões pertinentes que se revelaram incontornáveis.

Em resposta à pergunta n.º 1, em que se pretendia verificar se o serviço de atendimento carregava alguma possibilidade de os militares virem a ser agredidos, constatou-se, essencialmente pela análise das respostas às questões n.º 1, n.º 2 e n.º 3 da entrevista realizada, que uma exploração mais eficiente da notícia poderia evitar situações desagradáveis, bem como, indiretamente, conferir mais alguma proteção aos militares que se deslocaram à ocorrência.

Quanto à pergunta n.º 2, que visa averiguar se os militares foram agredidos no desempenho da sua função por algum motivo evidente, conclui-se pela análise das

respostas à questão n.º 5 da entrevista, que na maioria das vezes, o motivo foram os próprios militares, que não adotaram os procedimentos corretos e uma conduta adequada.

Relativamente à pergunta n.º 3, em que se tenta perceber se uma patrulha mais numerosa se expõe tanto como uma patrulha de menor número, chegou-se à conclusão, através das respostas à questão n.º 6 da entrevista, que embora pudesse dissuadir o agressor em alguns casos, na generalidade não evitaria o intento do agressor. Os militares foram mais uma vez, os responsáveis por transparecerem uma imagem de falta de brio e de desorganização, que a sociedade associa à falta de profissionalismo.

Para responder à pergunta n.º 4, recorreu-se à análise dos dados recolhidos no trabalho de campo, ou seja, aos autos de notícia. Assim, e conforme as figuras n.º 11 e n.º 12, verificou-se que os elementos comuns que existem em grande parte dos agressores foram, para além da ingestão de bebidas alcoólicas e outras substâncias, o desenquadramento familiar (solteiros) e residência na mesma área que cometeram a agressão.

5.3. Resposta à Pergunta de Partida e Reflexões Finais

Este ponto do trabalho, reserva-se, essencialmente, a refletir e concluir sobre a pergunta de partida do estudo – “Quais os elementos ignidores das agressões contra militares da GNR no Comando Territorial de Faro?”. Contudo, importa referir que este trabalho de investigação permitiu estimular a capacidade de iniciativa, a criatividade, autonomia e decisão, bem como, desenvolver o hábito de investigação e de reflexão individual. Somos finalmente chegados ao momento de extrair algumas conclusões fundamentais da nossa reflexão.

Começamos por destacar as limitações imprevistas, que influenciaram em boa medida o alcance da investigação; os constrangimentos daí advenientes foram minimizados, pela agilidade e flexibilidade do Autor, que, por já ter em tempos, desempenhado o serviço de patrulheiro da GNR, encontrava-se, já enquadrado com a realidade que o aguardava. Como tal, perante o cenário observado, adotou-se medidas robustas e afiançáveis⁶⁵. Constatou-se que, a área do estudo — CTer de Faro — é muito peculiar, visto que, o índice de ocorrências diverge abruptamente dentro de cada DTer⁶⁶;

⁶⁵ Cfr. a nota de rodapé n.º 390, pág. n.º 27.

⁶⁶ Cfr. o DTer de Albufeira.

consegue-se obter dois pólos, isto é, ter um PTer com uma elevada incidência de agressões contra os militares e, ter um PTer que não registou uma única ocorrência daquela natureza.

Embora, estejamos a referir-nos a uma zona do país que se engrandece pela atração turística, observou-se que o aumento de movimentações demográficas essencialmente, nas épocas sazonais, aumenta efetivamente o número de ocorrências. Contudo, não se pode afirmar que esse fator seja sempre o impulsionador do aumento, pois o que se verifica num ano, pode não se verificar em outros.

No período estudado, o ano de 2011, verificou-se que um grande elemento ignorante foi o próprio militar agredido, que negligenciou maioritariamente, os procedimentos corretos. Verificou-se ainda, que o período noturno é um elemento a ter em conta, visto que foi o que registou mais ocorrências e pelos testes estatísticos, há a tendência para se repetir, pelo que se consolidou uma das hipóteses deste estudo (hipótese n.º 4).

Concluiu-se que, a inexperiência dos militares que são colocados pela primeira vez no CTer de Faro, pode assumir duas vertentes: a primeira, em que os militares atuam passivamente perante as situações mais delicadas e que exigem uma determinada demonstração de força, o que faz com que o possível agressor sinta que está a melindrar os militares e prossiga com os seus intentos; e a segunda, em que os militares, pela vontade de querer fazer, excedem-se na sua conduta e trato para com o cidadão/agressor.

De igual modo, consideramos que a tenra idade dos agressores, é um ignorante das condutas dolosas contra os militares da GNR⁶⁷. Quanto ao preconceito existente que recai sobre os cidadãos (agressores) estrangeiros, este não se verificou, pois, pelo constatado estatisticamente, não existe substância para se afirmar que os estrangeiros são os mais violentos. Apesar de não ser preocupante, ainda há militares que tem dificuldades acrescidas em falar uma segunda língua, designadamente o inglês; Como já referimos, e reiteramos, a forma mais eficaz de resolver a maioria dos problemas é através do diálogo, pelo que, em caso do desconhecimento do idioma, se coloca um grande obstáculo à solução do incidente.

Das 133 ocorrências analisadas, verificou-se que, em apenas 38% delas, havia evidência para afirmar que os agressores não se encontravam influenciados pelo álcool e outras substâncias; em 72% das mesmas, a presença de álcool e outras substâncias foram evidentes, pelo que se pode afirmar que aquelas substâncias funcionam como um dos grandes ignorantes das agressões

⁶⁷ Aconselha-se a debruçar esforços sobre a variável da idade, em investigações futuras.

Durante a pesquisa e análise de dados, decorrida em todos os PTER(s) do CTER de Faro, despoletaram-se, entre os militares, algumas trocas de ideias sobre o tema, bem como, foi-nos possível assistir a duas intervenções policiais. Face ao exposto, apraz-nos dizer, que grande parte dos militares mais modernos, não efetuam um prévio cálculo do risco a que estão sujeitos; constatou-se também, que os militares não utilizam o equipamento e armamento que têm ao seu dispor da melhor forma, bem como, fazem aquisição de equipamentos⁶⁸ que não estão regulamentados e para o qual não possuem formação.

Sumariando, é necessário que os escalões de comando do CTER de Faro, redobrem esforços no sentido de harmonizar procedimentos de atuação a todos os níveis. A instrução, é prioritária para o bom funcionamento da GNR, pelo que, devem ser implementados mecanismos de controlo presencial, de forma a propiciar a difusão de procedimentos por todo o efetivo do CTER de Faro.

5.4. Recomendações e sugestões

Acrescenta-se ainda, que os Comandantes sejam mais incisivos na sua ação de supervisão, essencialmente no que respeita à organização e elaboração de mapas, estes que vão para o escalão superior a fim de serem estatisticamente tratados. Propõe-se também, que se providencie formações periódicas no que concerne ao SIIOP, visto que ainda há militares com muitas limitações no seu uso, e uma das finalidades deste sistema é no futuro gerar estatística; deste modo, ao continuar a deturpar-se a informação, a estatística gerada pelo SIIOP, transparecerá um cenário diferente. Ainda, aconselha-se a executar um assíduo controlo sobre os objetos inseridos no SIIOP

Foi também constatado, ao longo deste percurso académico, e agora consolidado no trabalho de campo no CTER de Faro, que existem militares da GNR a executar missões para as quais não possuem a melhor preparação e qualificação; refiro-me concretamente, ao uso de bicicletas no serviço operacional. Não se coloca, em caso algum, a pertinência do seu uso, pois é um meio vantajoso; mas, são escassos os militares colocados naquele Cter, que possuem formação para efetuar patrulhamento ciclo. Em conversa com um especialista da área (Tenente Cavalaria Flambó), apurou-se, que o patrulhamento ciclo é de grande

⁶⁸ Gás pimenta, bastão extensível.

complexidade, pois, tem as particularidades do normal patrulhamento, mas com a condicionante “bicicleta”, o que obedece a determinados procedimentos, bem como, não têm à disposição o equipamento adequado. Assim, pareceu-nos que se está a expor em demasia algumas fragilidades; claro que, o “Know How” dessa formação encontra-se em Unidade específica, que não abrirá mão dela facilmente. Deste modo, seria conveniente abordar esta temática, a fim de se apostar na formação.

Observou-se ainda, que o CTer de Faro possui infraestruturas que não se encontram a ser rentabilizadas, nomeadamente, cavaleriças que se encontram vazias, e, constituem-se, como uma mais-valia na dissuasão de atos violentos contra os militares da GNR naquele CTer.

Por último, devia-se esgotar esforços, no sentido de equipar e armar melhor os militares que desempenham a missão de patrulheiro.

5.5. Limitações da Investigação

Foram verificadas imensas dificuldades na elaboração do trabalho, entre as quais a limitação de tempo para este tipo de investigação. O fenómeno das agressões, sobretudo no CTer de Faro, implica a análise de uma enorme multiplicidade de variáveis; só um estudo mais exaustivo de todas as variáveis poderia levar-nos a conclusões mais precisas.

O acesso à informação necessária, foi condicionado por uma ineficaz organização, que começa pelos PTER. Para o estudo foi necessário consultar os autos de notícia, que só foi possível nos respetivos PTER(s). Perante a necessidade de algum enquadramento prévio, foi solicitado no CTer Faro uma relação dos processos criminais que nos interessavam. Já nas subunidades, deparamo-nos com algumas fragilidades, na medida em que o número de processos-crime visados, não correspondiam aos que tinham sido enviados para o CTer. Perante tal, resolveu-se contornar o problema, recorrendo aos livros de registo de processos-crime e de registo de detidos, o que já só alguns PTER(s) ainda dispunham deles⁶⁹. Durante a consulta desses livros, identificaram-se os NUIPC(s) que interessavam, e mais uma vez se verificou algum descuido, nomeadamente na classificação dos crimes.

⁶⁹ A operacionalização do SIIOP, encontra-se prevista na Nota n.º 3016 de 4 de maio de 2007, na Mensagem n.º 845/09, de 18 de setembro de 2009 da DI, e na NEP GNR 2.20 de outubro de 2010. Este sistema foi criado pelo Decreto Regulamentar 2/95, de 25 janeiro, com o objetivo de reunir toda a informação proveniente da atividade operacional da GNR, a fim de permitir a desmaterialização do papel e passar para o registo eletrónico.

Nos PTer(s) em que o SIIOP já se encontrava em pleno funcionamento, efetuou-se a pesquisa pelos NUIPC(s) que se pretendiam, obtendo-se, novamente, impedimentos incompreensíveis, visto que os participantes não concluíam o registo com a “publicação”⁷⁰ do mesmo, de forma a ficar disponível a ser consultado por outro militar. Ainda de referir, que os autos de notícia consultados, encontravam-se com algumas gralhas e com omissão de muita informação útil.

Entendemos também, que a preparação metodológica ministrada na AM, não foi suficiente, pelo que, foi necessário recorrer a formação e ajuda externa à GNR, nomeadamente, no tratamento estatístico, a fim de garantir a credibilidade do estudo.

Por último, o limite de páginas estabelecido tornou-se numa das limitações mais difíceis de contornar, pelo que, para além do poder de síntese usado, foi necessário reformular a quantidade de hipóteses e perguntas derivadas que tínhamos inicialmente, bem como aligeirar a profundidade da Revisão da literatura.

5.6 Investigações Futuras

Após a elaboração deste estudo, deparou-se que muito mais haveria a estudar. Assim sendo, recomendamos que futuramente se realizasse um estudo dentro desta temática, mas mais complexo ao ponto de se comparar dois ou mais anos. Também, seria interessante realizar um estudo de personalidade aos militares reincidentes nas agressões.

Aconselha-se ainda a debruçar esforços sobre a atuação da justiça, recorrendo, se necessário a entrevistas aos magistrados, de forma a perceber até que ponto as sentenças aplicadas são as ajustadas

Seria pertinente conhecer a opinião dos agressores já referenciados, e se necessário ir aos estabelecimentos prisionais, de modo a compreender as suas razões e, se os mesmos tinha conhecimento das consequências dos seus atos aquando do intento.

Por último, é com muita satisfação que encerro aqui o presente estudo, que muito me enriqueceu e sensibilizou; assim, desafio a potenciais investigadores, a agarrarem a temática e desenvolver outras vertentes do estudo. Deste modo, disponibilizo-me a colaborar com os interessados, facultando a base de dados estatística SPSS, que muito potenciou a investigação.

⁷⁰ Procedimento no final de elaborar o auto, para que todos os outros utilizadores consigam consultar o processo.

Capítulo 6

Bibliografia

6.1. Metodologia

Academia Militar (2011). *Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) e outros trabalhos de investigação*. Nep n.º 520/DE, de 30 de junho.

Azevedo, C. e Azevedo, A. (2008) *Metodologia Científica - Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos* (9.ª Ed. Revista). Lisboa: Universidade Católica Editora.

Bardin, L. (2003). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação* (5.ª Ed.). Lisboa: gradiva

Carmo, H. e Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação* (2.ª Ed.). Lisboa: Universidade Aberta.

Durkheim, E. (1996). *As regras do método sociológico* (6.ª Ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Eco, U. (2010). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas* (16.ª Ed.). Barcarena: Editorial Proença.

Pereira, A., (2011). *Guia Prático de Utilização do SPSS - Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia* (7.ª Ed.). Lisboa: Edições sílabo, Lda.

Pereira, A., Poupá, C. (2008). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. (4.ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Pestana, M. e Gageiro, J. (2000). *Análise de Dados para Ciências Sociais - A complementaridade do SPSS*. (2.ª Ed.). Lisboa: sílabo.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

- Silva, A. e Pinto, J. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, M., e Batista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: Pactor.
- Quivy, R., e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5.^a Ed.). Lisboa: Gradiva.

6.2. Livros, Publicações e Dissertações

- Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma sociologia de Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda.
- Andrade, M. (1980). *A vítima e o problema criminal*. Coimbra.
- Antunes, M. (2011). *Código Penal* (18.^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Bloch, H., Chemama, R., e Alia, G. (1993). *Grand Dictionnaire de la Psychologie*. Paris: Larousse-les éditions francaises.
- Burnet, M. (1971). *Meios de Informação e Violência*. Lisboa: Edições 70.
- Caetano, M. (1980). *Manual de Direito Administrativo — Tomo I*. Coimbra: Editora Almedina.
- Canotilho, J. e Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada* (4.^a Ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Canotilho, J. e Moreira, V. (2009). *Constituição da República Portuguesa* (8.^a Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, C. (2008). *Maus-tratos conjugais nos idosos: propostas para a prevenção e intervenção sócio-educativa*. Granada: Editorial de la Universidade de Granada.
- Clemente, P. J. (2006). *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração Interna.
- Dislivro (2009). *Códigos Penal e de Processo Penal* (4.^a ed.). Lisboa: Dislivro.

- Contumélias, F., e Contumélias, M. (2011). *Polícias à Portuguesa — take II*. Lisboa: Arcadia.
- Daron, R., & Parot, F. (2001). *Dictionaire de Psychologie*. Lisboa: Gráfica de Coimbra, Lda.
- DGPJ (2011). *Manual de Preenchimento — Modelo 262/DGPJMJ/DSEJI — Crimes registados 2011*. Direcção-Geral da Política de Justiça.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família — uma abordagem sociológica*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Dias, M. (2006). *II Colóquio de segurança Interna*. Coimbra: 2006.
- Domenach, J. (1981). *La violencia*. in: *La Violencia y sus Causas*. Paris: Unesco.
- Domingues, R. d. (2010). *Violência contra Polícias na Divisão Policial de Loures*, Trabalho de projeto do Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernández, F. A. (1989). *Psicologia Medica y Social*. Barcelona: Salvat editores, S.A.
- Fischer, G.-N. (1992). *A Dinâmica Social*. Lisboa: Planeta Editora, Lda.
- Fontes, J. (2012). *Legislação de Direito Constitucional* (7.^a ed.). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Hacker, F. (1972). *Agressividade (A Violência do Mundo Moderno)*. Lisboa: Livraria Bertrand, S.A.R.L.
- III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Junho, R. d. (2008). *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)*. Lisboa.
- Lourenço, N., Lisboa, M. (1992). *Representações sociais da violência*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Lorenz, Konrad. (1979). *A agressão: uma história natural do mal* (2.^a ed.). Lisboa: Moraes Editores.
- Karli, P. (1987). *L'Homme Agressif*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Matias, A. D. (1978). *A Violência no Mundo Moderno*. Amadora: Livraria Bertrand.

- Monteiro, P. (2002). *Consequência das Agressões a agentes da PSP*. Dissertação apresentada com vista ao grau de licenciado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Vieira, J. M. (2000). *Agressões aos Agentes Policiais — Causas, Consequências e caminho a percorrer*, Trabalho para obtenção de licenciatura. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

6.3. Internet

- Autoridade Nacional Aeroportuária (2012). Relatório anual de tráfego. Retirado: julho, 9, 2012, de http://www.ana.pt/Relatorios/Relatorios_de_Trafego/FARO/index1.html#/16/zoomed.
- Cabral, G. (2012). *Mundo Educação*. Retirado: junho, 7, 2012, de <http://www.mundoeducacao.com.br/psicologia/agressividade.htm>.
- Global Acronyms. Retirado: julho, 17, 2010, de www.globalacronyms.com.
- Impactur Algarve (2010). Anuário estatístico da região do Algarve. Retirado: junho, 28, 2012, de http://ciitt.ualg.pt/impactur/dt_anuais.asp?nut=15.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). Estatística do turismo de 2011. Retirado: julho, 3, 2012, de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=143016014&PUBLICACOESmodo=2.
- Pinizzotto, A. J., et al. (1997). *In the line of the fire*. Retirado: junho, 8, 2012, de https://www.valorforblue.org/Home/Publications/In_the_Line_of_Fire_Federal_Bureau_of_Investigation.pdf.
- Rabe-Hemp, C. e Schuck, A. (2007). Violence Against Police Officers: Are Female Officers at Greater Risk?. Retirado: junho, 14, 2012, de <http://pqx.sagepub.com/content/10/4/411.full.pdf+html>
- Ramos, A. (2011). Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Retirado: Julho, 4, 2012, de: http://www.ccdr-alg.pt/ccdr-alg/files/File/documentos/noticias/Censos_20110930_vf.pdf.

- Ramos, A., e Domingues, A. (2011). Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Retirado: Julho, 4, 2012, de http://www.ccdr-alg.pt/ccdr-alg/files/File/documentos/noticias/Censos2011_20111207.pdf.
- Rodrigues, A. (2006). Agressões À GNR. Retirado: Junho, 6, 2012, de http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete_imprensa/revista_gnr/edicoes/2006/n1/Estudo/AgressoesGNR.asp.
- Roh, S., e Choo, T. (2007). *Citizen Violence against Korean Police*: Retirado: Junho, 14, 2012, de http://www.cjimagazine.com/index2.php?optio=com_content&do_pdf=1&id=207.
- Sistema de Segurança Interna (2007). *Relatório Anual Segurança Interna 2007*. Retirado: junho, 12, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/564311/rasi_2007.pdf.
- Sistema de Segurança Interna (2008). *Relatório Anual Segurança Interna 2008*. Retirado: junho, 12, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/564308/rasi_2008.pdf.
- Sistema de Segurança Interna (2009). *Relatório Anual Segurança Interna 2009*. Retirado: junho, 12, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi_2009.pdf.
- Sistema de Segurança Interna (2010). *Relatório Anual Segurança Interna 2010*. Retirado: junho, 12, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/564302/rasi_2010.pdf.
- Sistema de Segurança Interna (2011). *Relatório Anual Segurança Interna 2011*. Retirado: junho, 12, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf.

APÊNDICES

APÊNDICE A — ENTREVISTA
Apêndice A.1 — Guião da Entrevista



ACADEMIA MILITAR

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

**OS ELEMENTOS IGNIDORES DAS AGRESSÕES CONTRA
MILITARES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO
COMANDO TERRITORIAL DE FARO**

ENTREVISTA

Autor: Aspirante de Infantaria GNR Mário Fernando Pereira Carneiro

Orientador: Capitão de Infantaria GNR Orlando Filipe Abelha de Garcia
Libório

Lisboa, julho de 2012

A entrevista que se pretende realizar insere-se no âmbito de um trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade Segurança – Ramo Guarda Nacional Republicana, subordinado ao tema **“Os Elementos Ignidores das Agressões contra Militares da Guarda Nacional Republicana no Comando Territorial de Faro”**.

O objetivo do presente estudo é perceber quais são as principais dificuldades sentidas nas situações em que os militares são alvo de Agressões, e, através das mesma analisar e propor eventuais medidas que possam ser úteis para combater tal tipo de criminalidade.

De forma a validar cientificamente este estudo, iremos realizar algumas entrevistas a quem de facto se depara diariamente com esta realidade e tem conhecimento de todas as dificuldades e constrangimentos deste tipo de ocorrências.

As entrevistas serão tratadas e analisadas de forma qualitativa sendo bastante importante todas as suas respostas para esta investigação.

Através da análise dos processos crimes do ano de 2011, em que existiram agressões contra os militares da GNR, constatou-se que foi interveniente, pelo que, lhe estou a dirigir a presente entrevista

Com o objetivo de obter o máximo de informação, veracidade e de forma a salvaguardar a identidade dos entrevistados, durante a análise das entrevistas serão representados de forma numérica ficando assim, no anonimato.

Grato pela sua preciosa colaboração.

Cordialmente,

Mário Fernando Pereira Carneiro
Aspirante de Infantaria GNR

Poderá perder alguns minutos a responder às questões que se seguem, o que, espero não o desencorajar a fazê-lo, visto que a sua opinião é extremamente importante para o trabalho que me encontro a desenvolver, bem como para a própria Guarda. De referir ainda, que só alguns foram selecionados, entre todos os militares que estiveram em incidentes e que resultaram em agressões (verbais e/ou físicas) contra a GNR.

Assim sendo, agradeço que responda às seguintes questões com a maior sinceridade possível, podendo explorar a pergunta até onde entender.

Reitero, que em caso algum será identificado; o tratamento das entrevistas será com o máximo sigilo.

NOME:

NIM:

ATUAL COLOCAÇÃO:

Questões:

1. Perante uma situação de desordem pública ou de distúrbios, que seja comunicada e solicitada a presença da GNR, o militar de atendimento tem a preocupação de colher o máximo de informação sobre o incidente, com intuito de colocar a patrulha às ocorrências (PO), plenamente inteirada da situação?
2. Quando se encontra de atendimento ao público e lhe é solicitada a presença da GNR para uma situação que em princípio poderá despoletar uma situação sobre o militar, como costuma proceder?
3. A comunicação deste tipo de situações à PO, é efetuada via rádio ou por outra via? Porquê?
4. De forma genérica, como descreve a evolução do incidente que resulta em agressões contra o(s) Guarda(s)? Conflito verbal inicialmente e depois agressão física ou o inverso?
5. Na sua opinião e pelas ocorrências que tem sido solicitado, qual será o principal motivo que conduz o agressor a ter uma conduta agressiva perante os militares da GNR?
6. No seu entendimento, uma patrulha composta por três militares ou mais desencorajaria o agressor e teria evitado algumas situações? Ou as agressões ocorreriam à mesma?

APÊNDICE B — DADOS DE APOIO À VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE N.º1

Apêndice B.1 — Tipos de Ocorrência por período semanal

Quadro n.º 13 — Tipos de Ocorrência por período semanal

Tipo de ocorrência * Período semanal de ocorrência da agressão Tabulação cruzada				
		Período semanal de ocorrência da agressão		Total
		Seg-Sex	Sáb-Dom	
Tipo de ocorrência	Distúrbios em via pública	8	7	15
	Distúrbio em bar	5	5	10
	Distúrbio em estabelecimento comercial	5	5	10
	Violência doméstica	9	2	11
	Acidente de viação	4	2	6
	Fiscalização	9	9	18
	Infração rodoviária	6	5	11
	Furto/Roubo	7	3	10
	Outros	27	15	42
Total		80	53	133

Apêndice B.2 — Teste do Qui-Quadrado para “Tipo de ocorrência e Período semanal de ocorrência da agressão”

Quadro n.º 14 — Teste do Qui-Quadrado para “Tipo de ocorrência e Período semanal de ocorrência da agressão”

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	5,034 ^a	8	,754
Razão de probabilidade	5,259	8	,730
Associação Linear por Linear	,697	1	,404
N de Casos Válidos	133		

APÊNDICE C — DADOS DE APOIO À VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE N.º2

Apêndice C.1 — Média de tempo de serviço dos militares agredidos

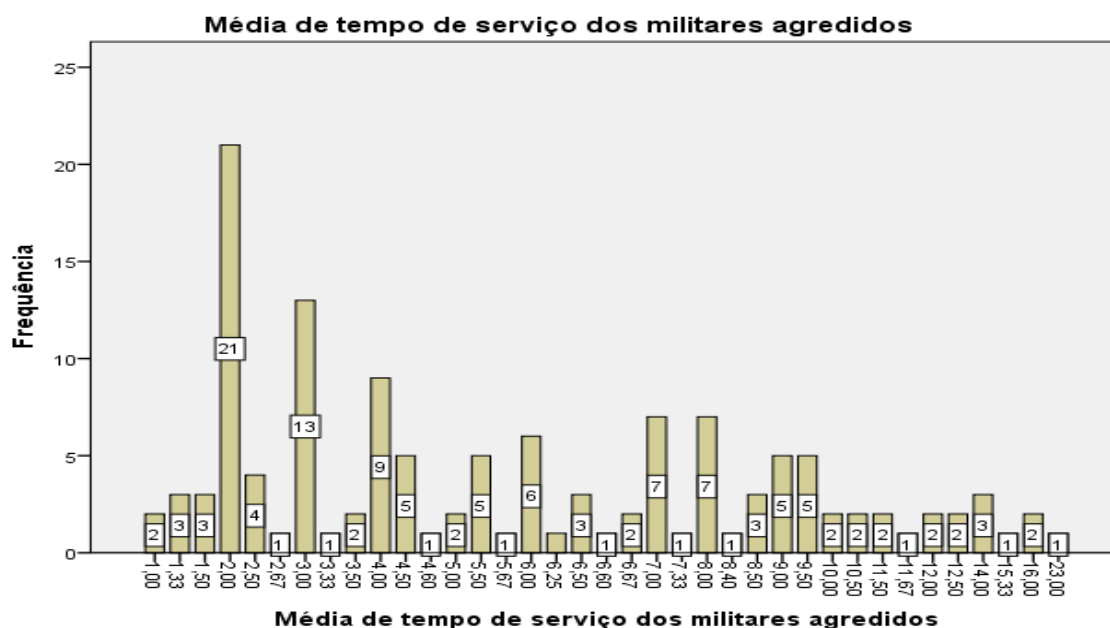


Figura n.º 16 — Média de tempo de serviço dos militares agredidos

Apêndice C.2 — Teste da Normalidade *Kolmogorov-Smirnov*

Quadro n.º 15 — Teste da Normalidade *Kolmogorov-Smirnov*

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Média de tempo de serviço dos militares agredidos	,126	133	,000	,897	133	,000
Total de militares agredidos por incidente	,354	133	,000	,761	133	,000

a. Lilliefors Significance Correction

(Este teste, verifica o valor que nos indica a maior ou menor correlação entre variáveis).

Apêndice C.3 — Teste de Correlações

Quadro n.º 16 — Teste de Correlações

Teste de Correlações			Média de tempo de serviço dos militares agredidos	Total de militares agredidos por incidente
Coef.de Spearman (ρ)	Média de tempo de serviço dos militares agredidos	Correlações de coeficiente	1,000	,100
		Sig. (2 extremidades)		,254
		N	133	133
	Total de militares agredidos por incidente	Correlações de coeficiente	,100	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,254	.
		N	133	133

APÊNDICE D — DADOS DE APOIO À VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE N.º3

Apêndice D.1 — Nacionalidade dos Agressores por trimestre

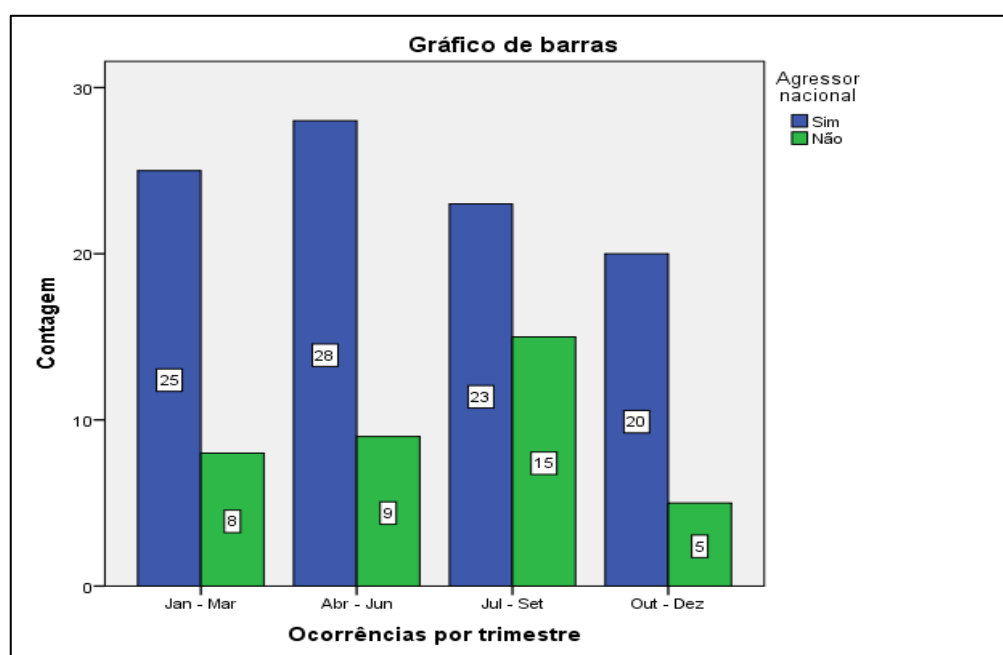


Figura n.º 17 — N.º de ocorrências por trimestre com agressores nacionais e estrangeiros

Apêndice D.2 — Teste do Qui-Quadrado

Quadro n.º 17 — Teste do Qui-Quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	3,767 ^a	3	,288
Razão de probabilidade	3,659	3	,301
Associação Linear por Linear	,096	1	,756
N de Casos Válidos	133		

Apêndice D.3 — Estatística das agressões tendo em conta a nacionalidade dos agressores

Quadro n.º 18 — Estatística das agressões tendo em conta a nacionalidade dos agressores

Descritivos					
			Estatística	Erro padrão	
Total de agressores estrangeiros por incidente	Média		,54	,082	
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	,38		
		Limite superior	,70		
	Desvio padrão		,950		
	Mínimo		0		
	Máximo		4		
Total de agressores nacionais por incidente	Média		,78	,047	
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	,69		
		Limite superior	,87		
	Desvio padrão		,541		
	Mínimo		0		
	Máximo		2		

Apêndice D.4 — Teste da normalidade

Quadro n.º 19 — Teste da normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Total de agressores estrangeiros por incidente	,453	133	,000	,579	133	,000
Total de agressores nacionais por incidente	,378	133	,000	,712	133	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Apêndice D.5 — Teste de *Kruskal-Wallis*

Resumo de Teste de Hipótese				
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Total de agressores estrangeiros por incidente é a mesma entre as categorias de Ocorrências por trimestre.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	,173	Rejeitar a hipótese nula.
2	A distribuição de Total de agressores nacionais por incidente é a mesma entre as categorias de Ocorrências por trimestre.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	,247	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05

Figura n.º 18 — Teste de *Kruskal-Wallis*

(Teste não paramétrico de diferenças de médias entre mais que dois grupos independentes)

APÊNDICE E — DADOS DE APOIO À VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE N.º4

Apêndice E.1 — Média de Idades dos Agressores por Ocorrência

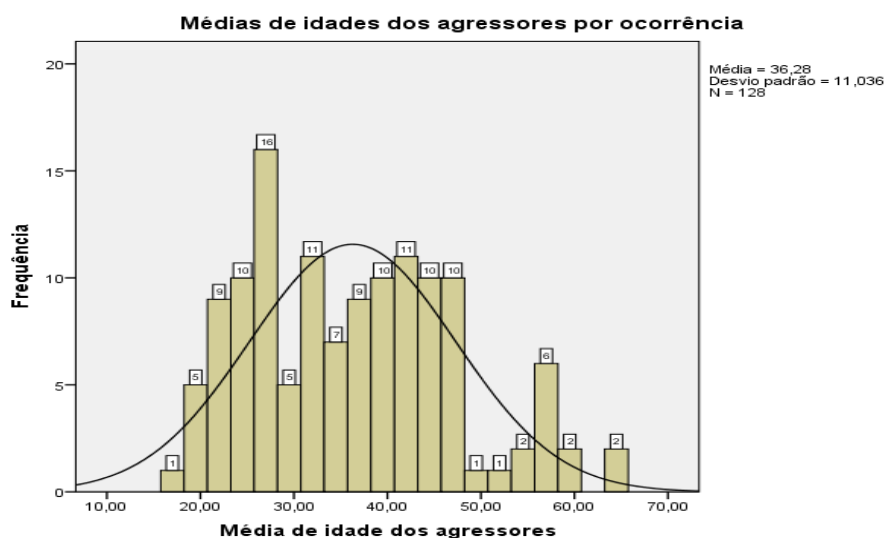


Figura n.º 19 — Média de Idades dos Agressores

Apêndice E.2 — Médias e Desvios Padrão entre variáveis

Quadro n.º 20 — Médias e Desvios Padrão entre variáveis

Descritivos			
		Estatística	Erro padrão
Média de idade dos agressores	Média	36,28	,98
	Desvio padrão	11,04	
	Mínimo	17,00	
	Máximo	64,00	
Hora de ocorrência da agressão	Média	12:34	0:40
	Desvio padrão	7:33	
	Mínimo	0:30	
	Máximo	3:50	

Apêndice E.3 – Normalidade nas distribuições das duas variáveis

Quadro n.º 21 — Normalidade nas distribuições das duas variáveis

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Média de idade dos agressores	,094	128	,008	,964	128	,002
Hora de ocorrência da agressão	,122	128	,000	,914	128	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Apêndice E.4 — Teste de correlação não paramétrica de *Spearman*

Quadro n.º 22 — Teste de correlação não paramétrica de *Spearman*

Correlações				
Rô de Spearman	Média de idade dos agressores	Correlações de coeficiente	Média de idade dos agressores	Hora de ocorrência da agressão
		Sig. (2 extremidades)	.	,000
		N	128	128
	Hora de ocorrência da agressão	Correlações de coeficiente	,307**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,000	.
		N	128	133

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Apêndice E.5 — Médias e Desvios Padrão das idades dos agressores

Quadro n.º 23 — Médias e Desvios Padrão das idades dos agressores

Descritivos				
Média de idade dos agressores	00h00m 05h59m	Período de hora da agressão	Estatística	Erro padrão
		Média	31,58	1,38
		Desvio padrão	8,36	
		Mínimo	20,00	
		Máximo	54,00	
	06h00m 11h59m	Média	35,67	2,79
		Desvio padrão	12,78	
		Mínimo	17,00	
		Máximo	58,00	
	12h00m 17h59m	Média	38,68	2,38
		Desvio padrão	11,89	
		Mínimo	19,00	
		Máximo	64,00	
	18h00m 23h59m	Média	39,44	1,61
		Desvio padrão	10,60	
		Mínimo	20,00	
		Máximo	64,00	

Apêndice E.6 – Teste de Kruskal-Wallis

Resumo de Teste de Hipótese				
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Média de idade dos agressores é a mesma entre as categorias de Período de hora da agressão.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostragem Independentes	,007	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,0

Figura n.º 20 – Teste de Kruskal-Wallis

ANEXOS

ANEXO A — Número populacional e percentual residente em Portugal, por regiões, (2001-2011).

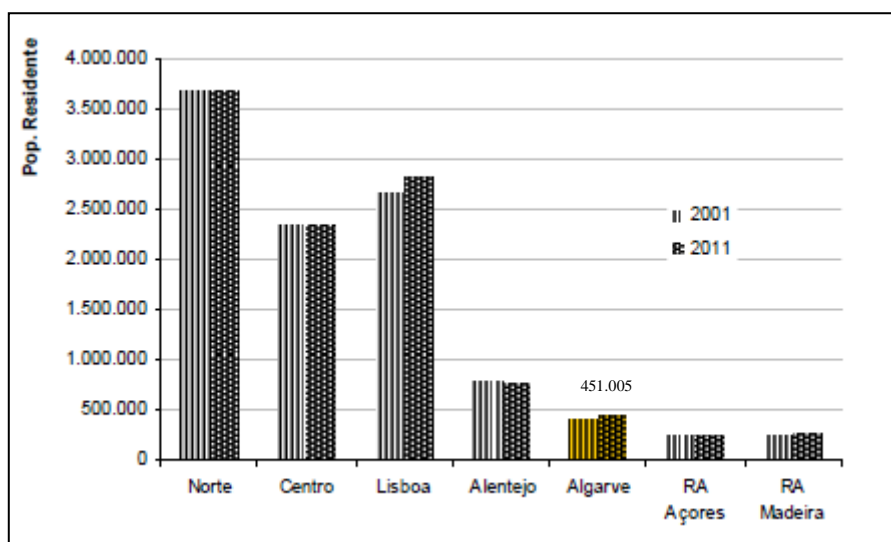


Figura n.º 21 — População residente por regiões, (2001 e 2011).

Fonte: INE, Portugal

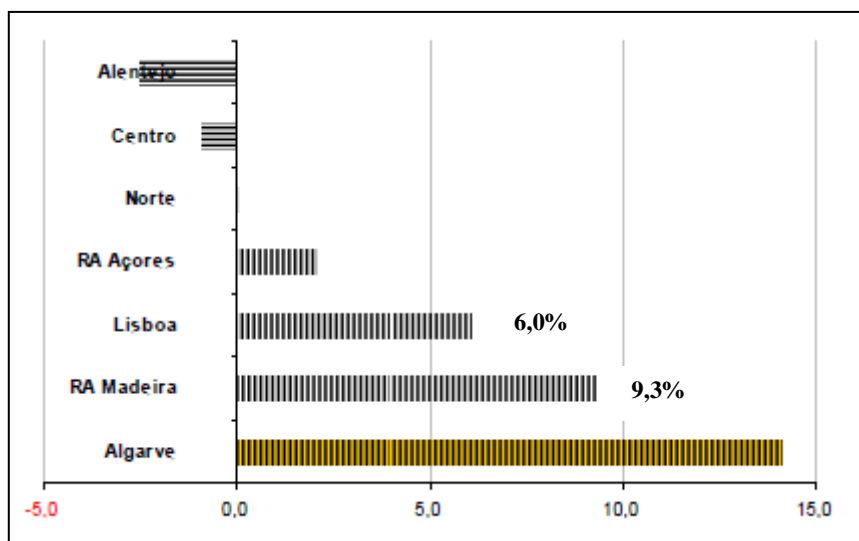


Figura n.º 22 — Percentual da população residente, por regiões (2001-2011)

Fonte: INE, Portugal

ANEXO B — Número e variação da População residente no Algarve (2001-2011)

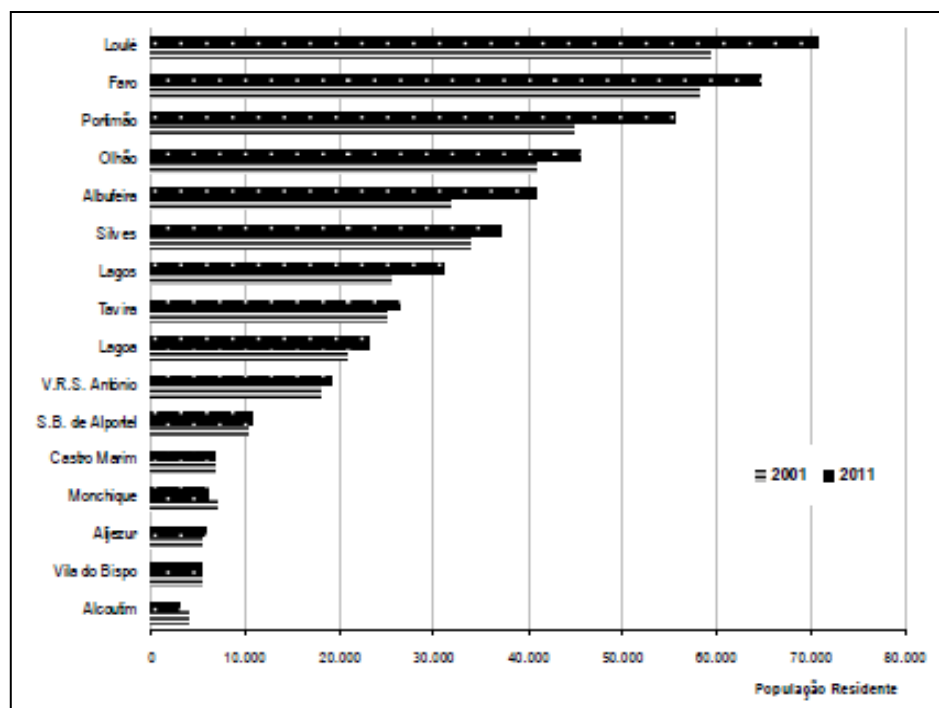


Figura n.º 23 — População residente, por município, Região do algarve (2001-2011)

Fonte: INE, Portugal

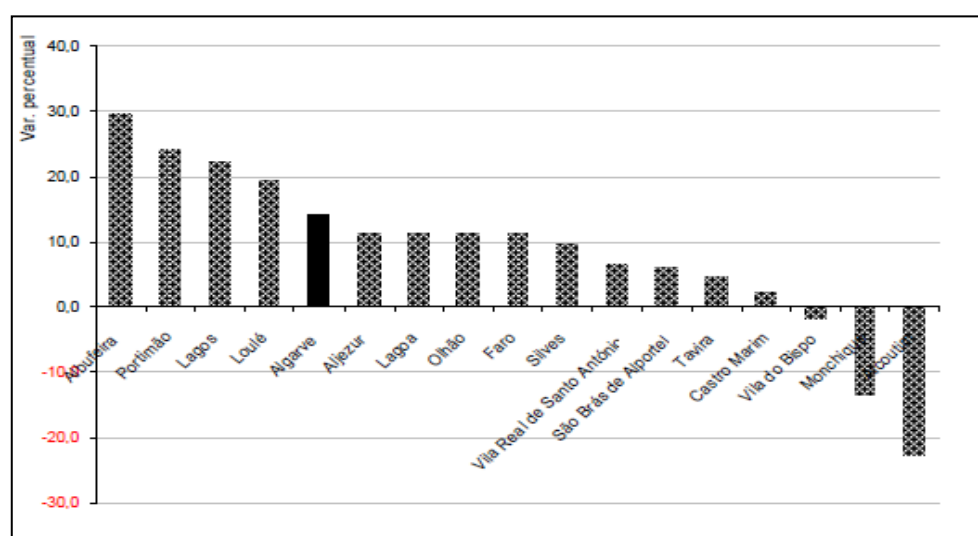


Figura n.º 24 — Variação da população residente, por município, Região do Algarve (2001-2011).

Fonte: INE, Portugal

ANEXO C — Distribuição da população por grupos etários (2011) / Índice de juventude e envelhecimento no País e Algarve (2001-2011).

Posição	0 – 14 anos		15 – 24 anos		25 – 64 anos		65 ou + anos	
	Região	%	Região	%	Região	%	Região	%
1ª	RA Açores	17,9	RA Açores	14,1	RA Madeira	56,2	Alentejo	24,3
2ª	RA Madeira	16,4	RA Madeira	12,3	Norte	55,1	Centro	22,5
3ª	Lisboa	15,5	Norte	11,5	Lisboa	55,7	Algarve	19,6
4ª	Norte	15,1	Portugal	10,8	Algarve	55,5	Portugal	19,1
5ª	Portugal	14,9	Lisboa	10,4	Portugal	55,1	Lisboa	18,4
6ª	Algarve	14,9	Centro	10,3	RA Açores	54,8	Norte	17,2
7ª	Centro	13,7	Algarve	10,1	Centro	53,5	RA Madeira	15,0
8ª	Alentejo	13,6	Alentejo	9,7	Alentejo	52,4	RA Açores	13,3

Figura n.º 25 — População residente, segundo os grupos etários, nas regiões portuguesas (2011)

Fonte: INE, Portugal

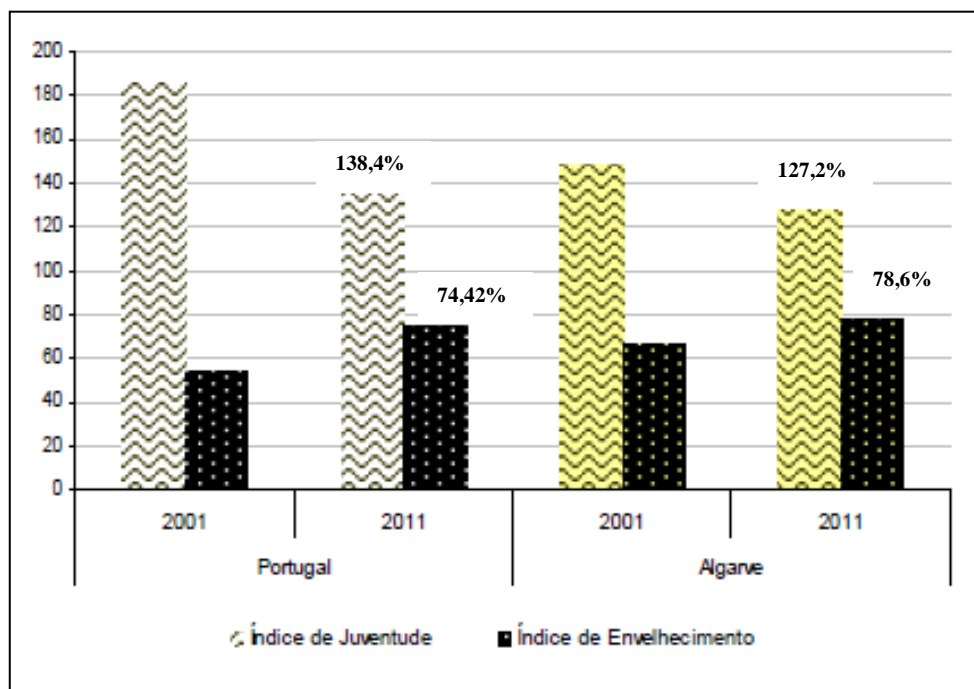


Figura n.º 26 — Índices de Juventude e de Envelhecimento, Algarve e País (2001 e 2011)

Fonte: INE, Portugal

ANEXO D — Habilitações literárias do País e da população do Algarve

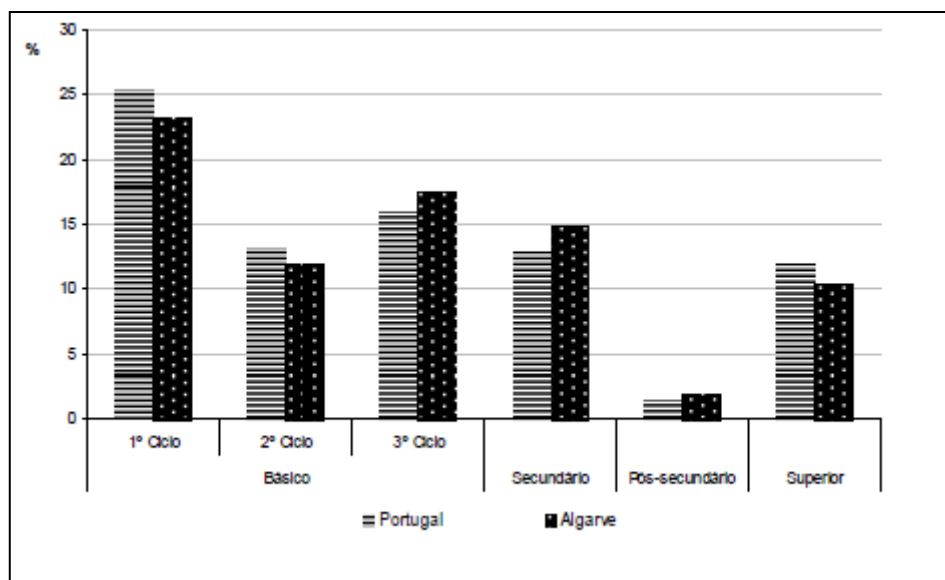


Figura n.º 27 — População residente, segundo o nível de instrução mais elevado completo, Algarve e País (2011)

Fonte: INE, Portugal

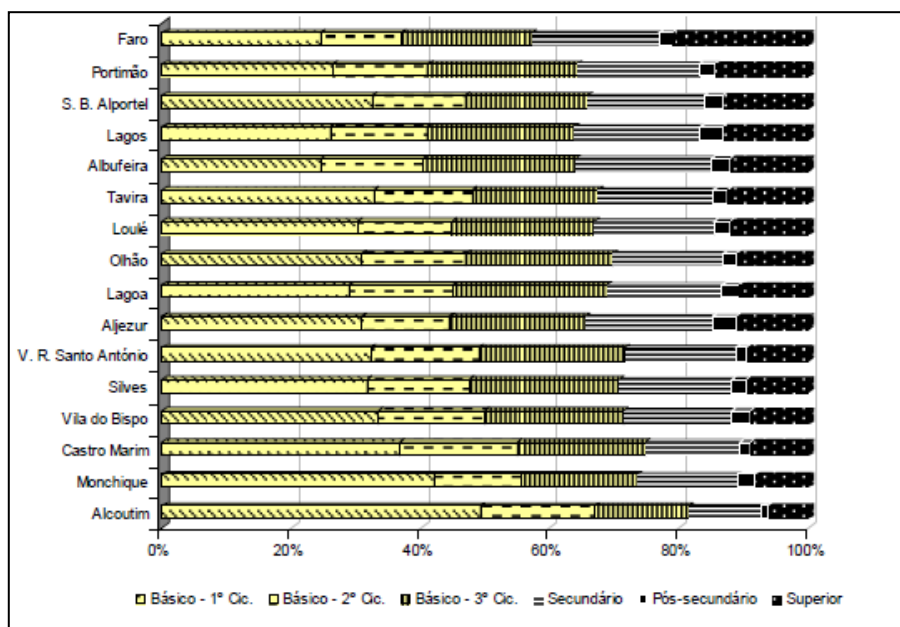


Figura n.º 28 — População residente, segundo o nível de instrução completo, por município, Algarve (2011).

Fonte: INE, Portugal

ANEXO E — Estado civil da população no País e Municípios do Algarve

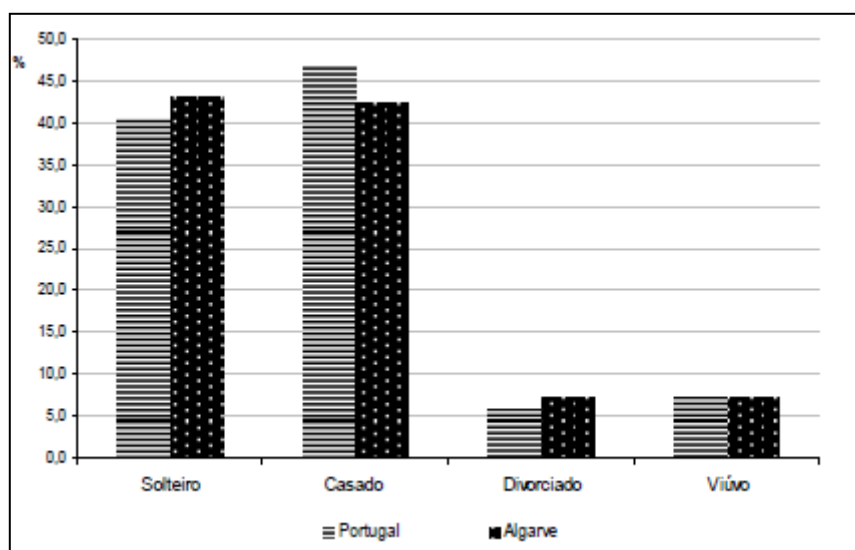


Figura n.º 29 — População residente, segundo o estado civil, Algarve e País (2011).

Fonte: INE, Portugal

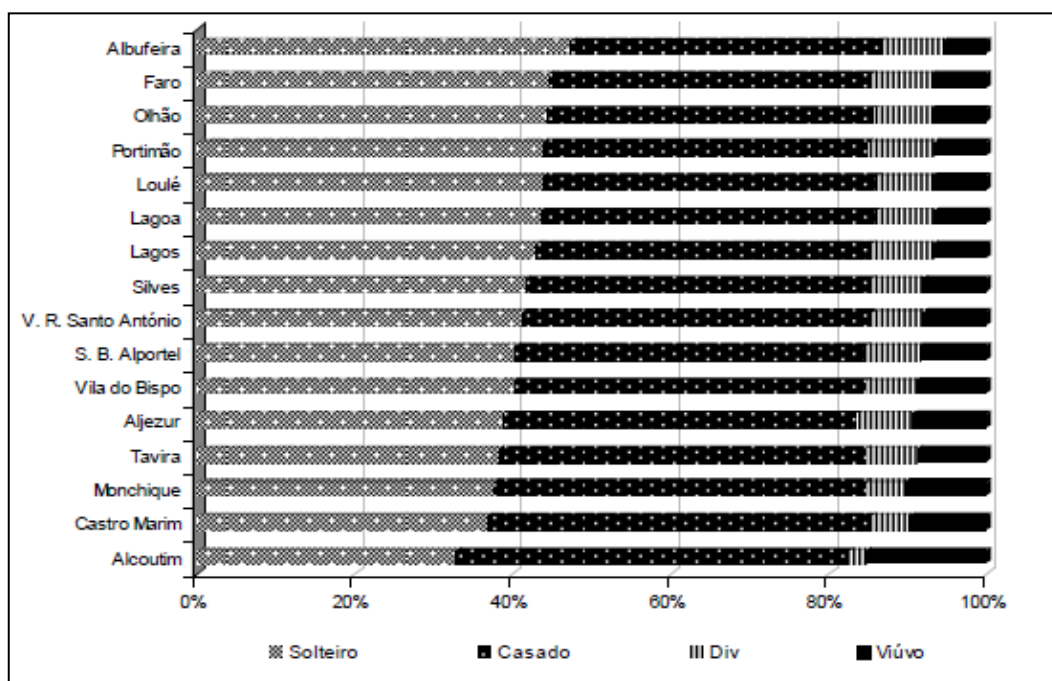


Figura n.º 30 — População residente, por município, segundo o estado civil, Algarve (2011).

Fonte: INE, Portugal

ANEXO F — Taxa de crescimento e estrutura de famílias clássicas

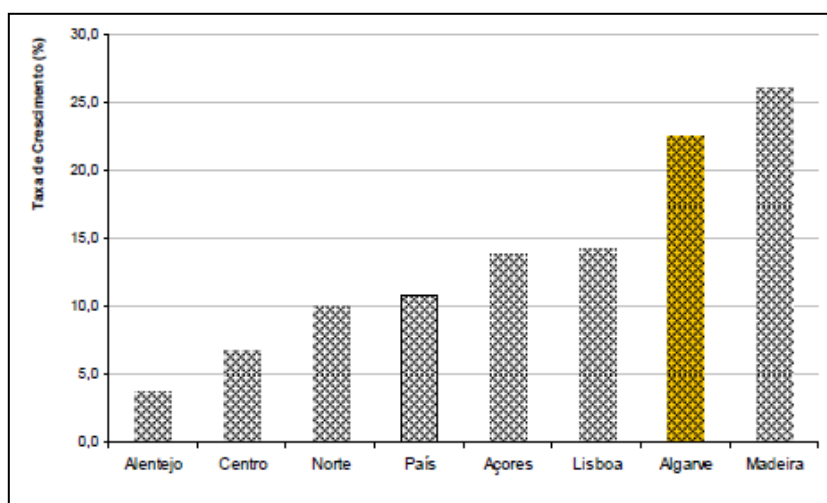


Figura n.º 31 — Taxa de crescimento (%) do n.º de famílias clássicas⁷¹ residentes, por regiões (2001-2011).

Fonte: INE, Portugal

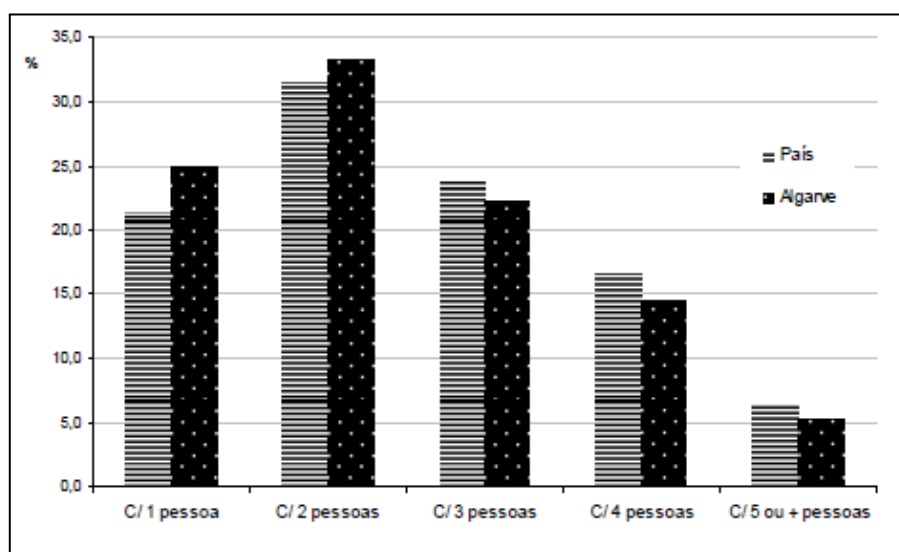


Figura n.º 32 — Estrutura das famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes), Algarve e país (2011).

Fonte: INE, Portugal

⁷¹ “Famílias clássicas residentes – conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento”. Constituem a esmagadora maioria da variável “Famílias Institucionais” (o outro subconjunto das “Famílias”) na Região são apenas 152, em 2011, o que corresponde a uma fração muito insignificante pelo que, nesta abordagem, não serão contempladas.

ANEXO G — Percentagem de alojamentos familiares por região e município

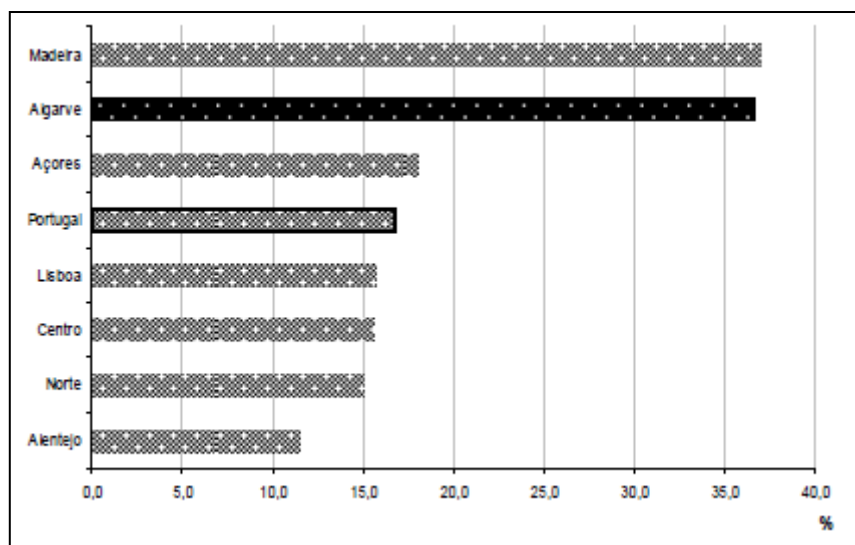


Figura n.º 33 — Variação percentual do n.º de alojamentos familiares clássicos, por regiões (2001-2011).

Fonte: INE, Portugal

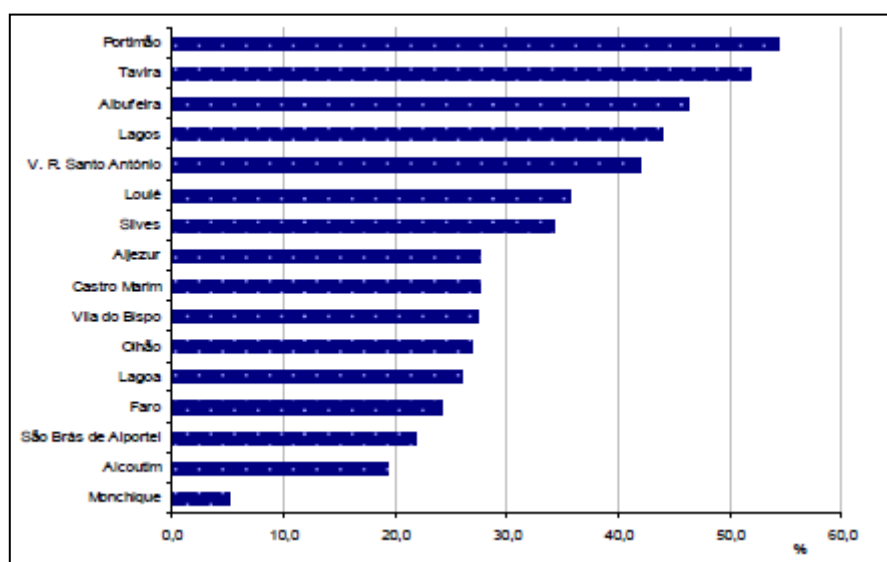


Figura n.º 34 — Variação percentual do n.º de alojamentos familiares clássicos, por município (2001-2011)

Fonte: INE, Portugal

ANEXO H — Forma de ocupação dos alojamentos familiares, por região e município

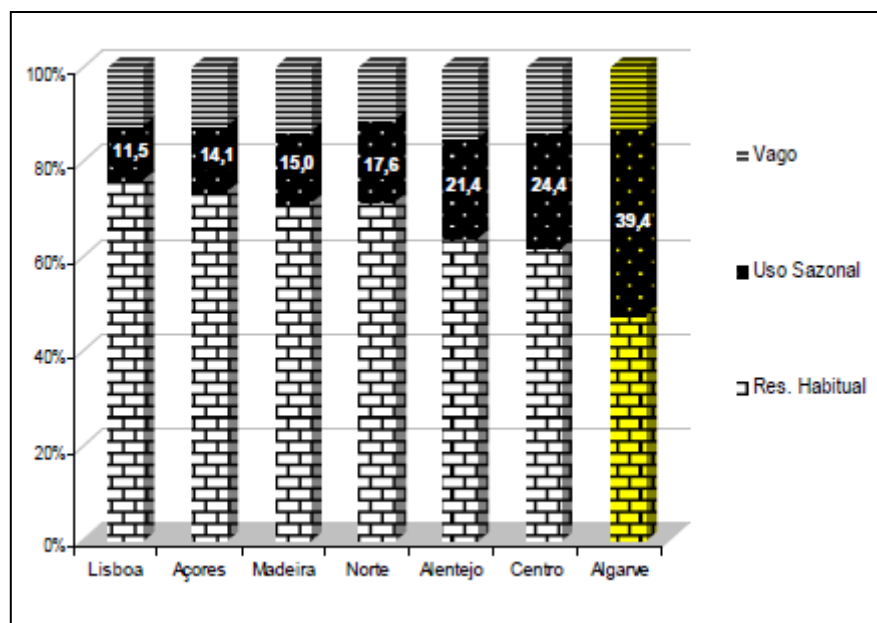


Figura n.º 35 — Alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação, por regiões (2011)

Fonte: INE, Portugal

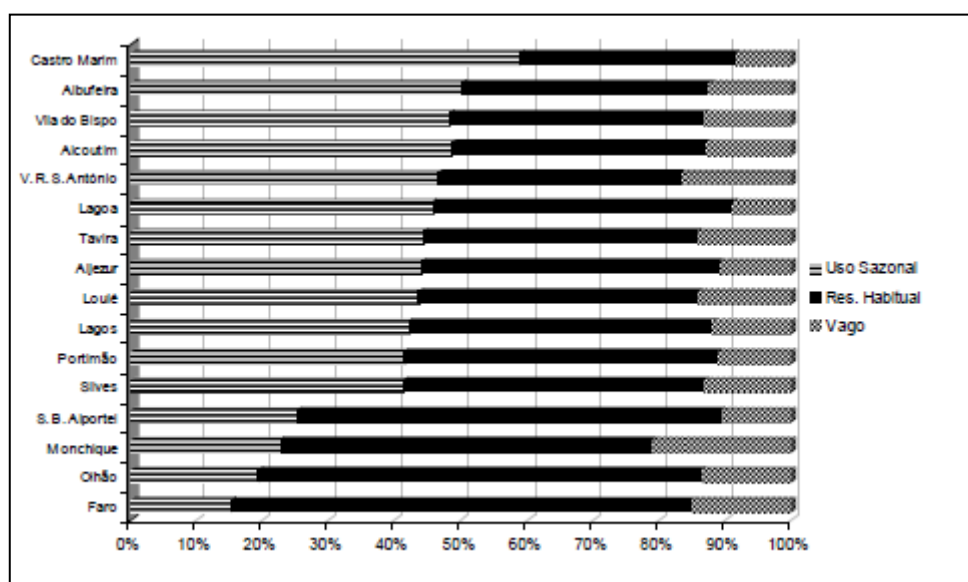


Figura n.º 36 — Alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação, por municípios, Algarve (2011).

Fonte: INE, Portugal

ANEXO I — População Residente, Alojamentos e Famílias no Algarve (1991— 2011)

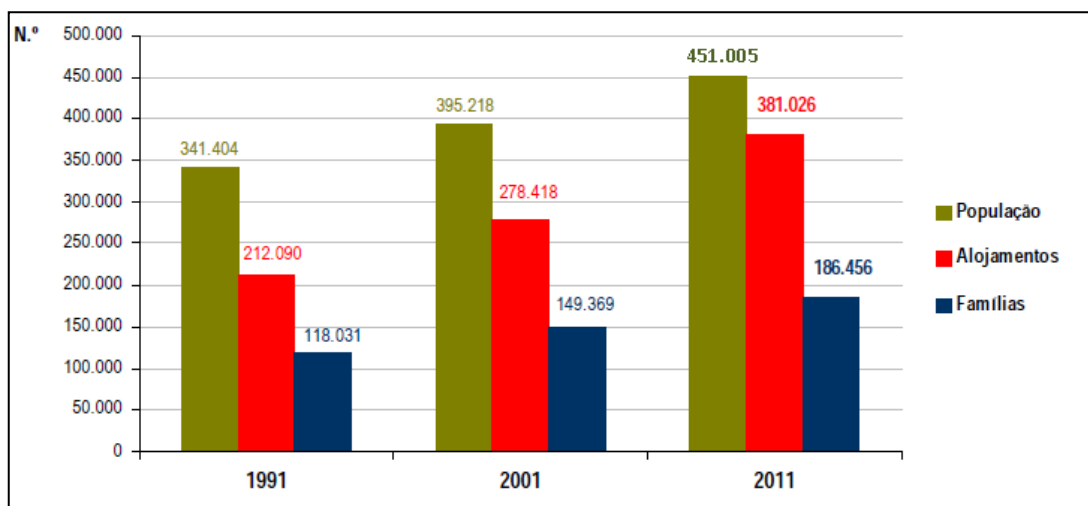


Figura n.º 37 — População Residente, Alojamentos e Famílias no Algarve (1991, 2001 e 2011).

Fonte: INE, Portugal

ANEXO J — Movimento de Passageiros do Aeroporto de Faro em 2010

Movimento de passageiros do Aeroporto de Faro, por principais países de origem de voo 2010													
PAIS	Jan-10	Fev-10	Mar-10	Abr-10	Mai-10	Jun-10	Jul-10	Ago-10	Set-10	Out-10	Nov-10	Dez-10	TOTAL
PORTUGAL	13.847	13.941	19.572	19.262	24.611	27.374	33.616	36.213	31.532	30.244	16.060	17.354	283.624
ALEMANHA	10.397	15.953	33.727	37.654	65.940	70.267	82.183	86.981	84.223	82.434	24.568	8.407	602.733
ESPAÑA	12.413	9.679	14.271	12.939	11.734	13.747	15.491	19.728	15.238	12.700	9.577	9.623	157.138
HOLANDA	12.973	15.856	21.188	23.705	46.921	44.780	66.424	63.912	51.939	49.902	16.664	12.631	426.895
IRLANDA	8.366	10.262	14.131	27.490	51.336	65.457	78.195	75.067	58.681	42.566	9.946	6.927	448.423
REINO UNIDO	79.408	95.613	137.323	195.206	297.819	342.806	406.908	428.287	393.075	318.617	107.468	83.373	2.885.903
AUSTRIA	-	-	3	4	-	-	772	778	830	669	-	-	3.056
BÉLGICA	4.395	4.998	6.383	8.725	12.615	12.560	20.058	20.889	13.138	11.988	5.587	5.195	126.530
DINAMARCA	140	3.922	3.203	4.141	7.649	8.769	11.245	9.265	8.799	8.101	1.454	1.108	67.795
FINLÂNDIA	-	-	552	2.242	4.643	3.980	3.268	2.489	4.002	3.517	209	1.048	25.949
FRANÇA	84	292	211	5.086	14.612	13.505	18.127	25.016	13.088	10.794	4.087	3.989	108.892
ITÁLIA	-	-	778	2.587	3.941	5.444	5.667	4.119	3.412	0	0	125	26.073
NORUEGA	1.383	1.397	1.569	2.561	4.346	5.928	11.538	6.894	4.476	4.200	1.628	939	46.857
POLÓNIA	-	-	567	-	1.726	4.331	4.753	6.044	4.692	1.177	0	-	23.288
SUÉCIA	419	1.138	3.586	5.002	6.111	7.055	8.616	6.960	6.337	6.588	2.626	2.530	56.967
SUIÇA	26	15	4	769	1.995	2.307	4.714	4.317	3.553	2.611	2	15	20.328
OUTROS	1.053	2.859	2.192	3.213	3.308	2.194	3.562	2.303	4.289	5.442	799	1.416	32.631
TOTAL	144.904	175.925	259.258	350.585	559.305	630.503	775.136	799.263	701.302	591.549	200.674	154.680	5.343.083

Fonte: ANA, SA - Aeroporto de Faro, dados tratados

Figura n.º 38 — Movimento de Passageiros do Aeroporto de Faro em 2010⁷²

⁷² Apesar dos dados serem referentes ao ano de 2010, servem para elucidar a percentagem de turistas que o Algarve recebe por via aérea.

ANEXO L — Origens dos turistas no Algarve

2011					TURISMO DE PORTUGAL	
ALGARVE					INDICADORES	
Valor	Var. 11/10	Quota				(Principais mercados)
2011	%	Abs.	2011	Δ 11/10		
1.944,7	7,8	141,3	100,0		1. Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros (milhares)	
757,9	12,7	85,3	39,0	1,7	1.1. Reino Unido	
278,6	11,9	29,7	14,3	0,5	1.2. Espanha	
212,0	-6,3	-14,2	10,9	-1,6	1.3. Alemanha	
186,4	8,7	14,9	9,6	0,1	1.4. Holanda	
67,8	-0,9	-0,6	3,5	-0,3	1.5. França	
13,7	12,0	1,5	0,7	0,0	1.6. Brasil	
26,4	0,0	0,0	1,4	-0,1	1.7. Itália	
121,4	8,7	9,7	6,2	0,0	1.8. Irlanda	
23,5	3,1	0,7	1,2	-0,1	1.9. E.U.A.	
34,6	5,9	1,9	1,8	0,0	1.10. Bélgica	
222,6	6,0	12,6	11,4	-0,2	1.11. Outros	
10.240,3	8,8	824,7	100,0		2. Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros (milhares)	
4.239,1	14,5	538,1	41,4	2,1	2.1. Reino Unido	
887,0	16,6	126,5	8,7	0,6	2.2. Espanha	
1.310,3	-2,2	-28,8	12,8	-1,4	2.3. Alemanha	
1.347,0	7,4	93,3	13,2	-0,2	2.4. Holanda	
337,2	-1,7	-5,8	3,3	-0,3	2.5. França	
33,6	13,5	4,0	0,3	0,0	2.6. Brasil	
90,2	3,0	2,7	0,9	0,0	2.7. Itália	
671,1	6,4	40,5	6,6	-0,1	2.8. Irlanda	
67,0	3,5	2,3	0,7	0,0	2.9. E.U.A.	
177,7	6,2	10,4	1,7	0,0	2.10. Bélgica	
1.080,1	4,0	41,6	10,5	-0,5	2.11. Outros	

Figura n.º 39 — Indicadores das origens dos turistas no Algarve

Fonte: INE, Portugal

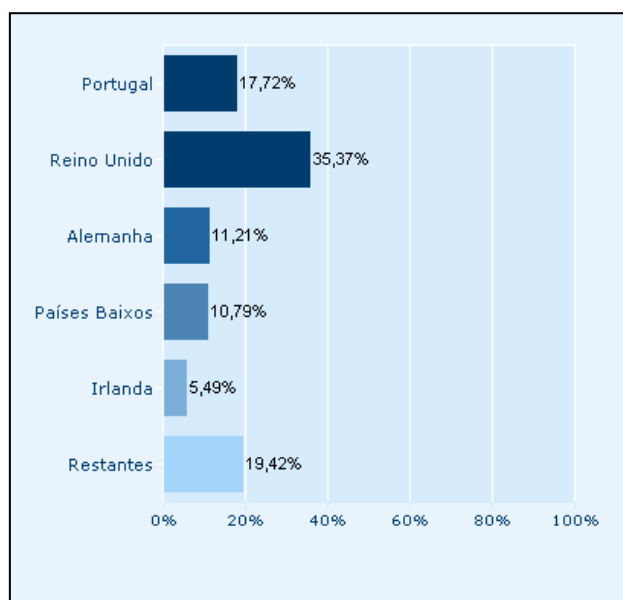


Figura n.º 40 — Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual

Fonte: INE, Portugal

ANEXO M — Criminalidade e CVG, por Distritos e regiões em 2011

Quadro n.º 24 — Crimes mais participados

CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM 2011	
<i>Outros furtos</i>	46.685
<i>Furto em veículo motorizado</i>	38.090
<i>Furto em residência c arromb Escal Ou chaves falsas</i>	28.299
<i>Ofensa à integridade física voluntária simples</i>	27.895
<i>Violência doméstica contra cônjuge ou análogos</i>	23.741
<i>Condução de veículo com taxa de álcool igual superior a 1,2</i>	23.274
<i>Outros danos</i>	20.806
<i>Furto de veículo motorizado</i>	19.478
<i>Condução sem habilitação legal</i>	17.083
<i>Ameaça e coação</i>	15.808
<i>Furto em edif Comerc Ou indust C arromb Escal Ou chav</i>	15.393
<i>Furto por carteirista</i>	11.325
<i>Roubo na via pública exceto por esticção</i>	8.396
<i>Roubo por esticção</i>	7.918
Total	304.191

Fonte: RASI, 2011

Quadro n.º 25 — Participações Criminais por Distrito e regiões Autónomas em 2011

PARTICIPAÇÕES CRIMINAIS POR DISTRITO E REGIÕES AUTÓNOMAS EM 2011									
Distritos	Ano 2011	Ano 2010	Dif	Var %	Distritos	Ano 2011	Ano 2010	Dif	Var %
Aveiro	24.156	25.736	-1.580	-6,1	Portalegre	3.540	3.209	331	10,3
Beja	4.240	4.135	105	2,5	Porto	64.632	65.706	-1.074	-1,6
Braga	25.794	28.435	-2.641	-9,3	Santarém	16.245	16.379	-134	-0,8
Bragança	5.084	4.624	460	9,9	Setúbal	36.469	36.087	382	1,1
C. Branco	5.554	5.704	-150	-2,6	Viana Castelo	8.922	9.084	-162	-1,8
Coimbra	14.663	15.174	-511	-3,4	Vila Real	7.105	6.693	412	6,2
Évora	4.715	4.550	165	3,6	Viseu	9.892	10.010	-118	-1,2
Faro	26.576	28.139	-1.563	-5,6	R.A. Açores	10.234	10.677	-443	-4,1
Guarda	4.254	4.061	193	4,8	R.A. Madeira	7.389	7.762	-373	-4,8
Leiria	17.509	17.206	303	1,8	S/ referência	2.335	2.368	-33	-1,4
Lisboa	105.980	107.861	-1.881	-1,7	Total	405.288	413.600	-8.312	-2,0

Fonte: RASI, 2011

Quadro n.º 26 — Criminalidade Violenta e Grave

CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE POR DISTRITO E R. AUTÓNOMA 2011/2010									
Distritos	Ano 2011	Ano 2010	Dif	Var %	Distritos	Ano 2011	Ano 2010	Dif	Var %
Aveiro	738	746	-8	-1,1 %	Portalegre	119	90	29	32,2 %
Beja	125	120	5	4,2 %	Porto	3.493	3.569	-76	-2,1 %
Braga	935	1.171	-236	-20,2 %	Santarém	591	490	101	20,6 %
Bragança	82	66	16	24,2 %	Setúbal	3.216	3.110	106	3,4 %
C. Branco	102	120	-18	-15,0 %	Viana Castelo	154	183	-29	-15,8 %
Coimbra	453	426	27	6,3 %	Vila Real	125	98	27	27,6 %
Évora	181	160	21	13,1 %	Viseu	198	193	5	2,6 %
Faro	1.353	1.419	-66	-4,7 %	R.A. Açores	235	271	-36	-13,3 %
Guarda	73	77	-4	-5,2 %	R.A. Madeira	343	329	14	4,3 %
Leiria	521	503	18	3,6 %	S/ referência	80	103	-23	-22,3 %
Lisboa	11.037	11.212	-175	-1,6 %	Total	24.154	24.456	-302	-1,2 %

Fonte: RASI, 2011

ANEXO N — Participações Criminais por Grandes Categorias e tipo de crime

Quadro n.º 27 — Participações Criminais por Grandes Categorias

PARTICIPAÇÕES CRIMINAIS POR GRANDES CATEGORIAS EM 2011				
	Ano 2011	Ano 2010	Dif	Var %
<i>Contra as pessoas</i>	91.067	96.424	-5.357	-5,6
<i>Contra o património</i>	228.261	223.871	4.390	2,0
<i>Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal</i>	4	16	-12	-75,0
<i>Contra a vida em sociedade</i>	46.625	50.569	-3.944	-7,8
<i>Contra o Estado</i>	6.266	6.135	131	2,1
<i>Previstos em legislação avulsa</i>	33.065	36.585	-3.520	-9,6
Total	405.288	413.600	-8.312	-2,0

Fonte: RASI 2011

Quadro n.º 28 — Criminalidade Violenta e Grave por tipo de crime

CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE 2011 - 2010					
Crimes violentos / graves	Ano 2011	Ano 2010	Crimes violentos / graves	Ano 2011	Ano 2010
Homicídio voluntário consumado	117	142	Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	907	933
Ofensa à integridade física voluntária grave	809	856	Roubo em estabelecimento de ensino	43	78
Rapto, sequestro e tomada de reféns	507	500	Roubo em transportes públicos	444	504
Violação	374	424	Roubo a transporte de valores	47	69
Roubo por esticção	7.918	6.532	Outros roubos	853	1.053
Roubo na via pública (exceto por esticção)	8.396	9.475	Extorsão	178	211
Roubo a residência	733	683	Pirataria aérea e outros crimes contra segurança da aviação	9	..*
Roubo de viatura	392	380	Motim, instigação ou apologia pública do crime	7	14
Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito	89	115	Associações criminosas	53	42
Roubo a tesouraria ou estações de correio	37	30	Resistência e coação sobre funcionário	1.744	1.837
Roubo a farmácias	107	149	Outras organizações terroristas e terrorismo internacional	..*	..*
Roubo a ourivesarias	137	120	Organizações terroristas e terrorismo nacional	..*	6
Roubo em posto de abastecimento de combustível	250	302			

* Valor não apresentado ao abrigo do segredo estatístico.

Fonte: RASI 2011

ANEXO O — Criminalidade contra o Estado participada à GNR em todo TN**Quadro n.º 29 — Criminalidade contra o Estado participada à GNR em todo TN**

Ano			2011	2010	2009	2008
Tipo de Crime (Nível 1)	Tipo de Crime (Nível 2)	Tipo de Crime (Nível 3)	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes
(CP) Contra o Estado	Contra real. Estado de Direito	> Tráfico de influências	.	23	.	3
		> Outros contra real. E. Dto.	1	.	2	4
	Eleitorais	> Eleitorais	11	.	15	.
	Contra a autoridade pública	> Resis. coacção s/ funcionário	799	759	679	654
		> Desobediência	1.803	1.780	1.393	1.244
		> Tirada, evasão, motim presos	1	13	6	3
		> Viol. de providências públicas	19	19	20	3
		> Usurpação de funções	24	16	17	20
		> Outros contra autoridade públ.	300	338	353	338
	Contra a realização da justiça	> Falsidade depoimento/outro	25	23	39	12
		> Branq. vant. prov. ilícita	.	1	.	.
		> Detenção/prisão ilegal
		> Violação de segredo de justiça	.	.	1	.
		> Outros contra real. justiça	24	43	28	29
	Comet. exerc. funções públicas	> Corrupção	8	7	7	6
		> Peculato	6	4	5	1
		> Abuso de autoridade	14	29	20	15
		> Outros comet. exerc. f. públ.	9	25	12	18
	Outros contra o Estado	> Outros contra o Estado	38	24	17	19
TOTAL			3062	3104	2614	2369

Fonte: DI da GNR

Quadro n.º 30 — Criminalidade contra o Estado participada à GNR no Distrito de Faro

Ano		2011	2010	2009	2008
Distrito	Município	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes
Faro	Albufeira	73	57	32	35
	Alcoutim	.	2	5	5
	Aljezur	13	12	7	8
	Castro Marim	5	3	4	2
	Faro	30	11	8	11
	Lagoa	16	27	17	13
	Lagos	5	1	3	2
	Loulé	39	48	22	29
	Monchique	4	3	6	7
	Olhão	8	5	8	7
	Portimão	7	12	11	5
	São Brás de Alportel	9	3	1	6
	Silves	46	56	43	42
	Tavira	21	11	14	8
	Vila do Bispo	2	2	4	.
	Vila Real de Santo António	11	9	6	24
N.E.		122	109	60	.
Total		411	371	251	204

Fonte: DI da GNR